

Janete de Páscoa Rodrigues

**A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA  
DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: UM ESTUDO  
EXPLORATÓRIO SOB O ENFOQUE DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO**

*Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da  
Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal  
de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Ciência da Informação.*

*Linha de pesquisa: Tratamento da Informação e  
Bibliometria.*

*Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lídia Alvarenga  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Targino*

Belo Horizonte  
Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais  
maio de 2001

R696a Rodrigues, Janete de Páscoa

A produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí: um estudo exploratório sob o enfoque da ciência da informação/Janete de Páscoa Rodrigues. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

157p.

Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Ciência da Informação (Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lídia Alvarenga)

1. AVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE
2. PRODUÇÃO CIENTÍFICA
3. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA
4. EDUCAÇÃO FÍSICA – PRODUÇÃO CIENTÍFICA

I. Título

C.D.D 001.4

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

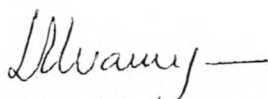
## FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: *A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB O ENFOQUE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.*

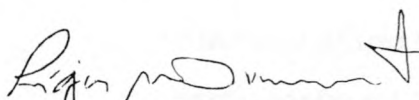
Aluno: **Janete de Páscoa Rodrigues**

Data: **02 de maio de 2001.**

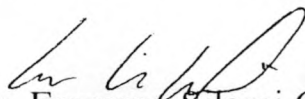
Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, aprovada pela banca examinadora:



Profa. Dra. Lídia Alvarenga - Orientadora  
Escola de Ciência da Informação da UFMG



Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont  
Escola de Ciência da Informação da UFMG



Prof. Dr. Emerson Silami Garcia  
Escola de Educação Física da UFMG

---

Belo Horizonte(MG), 02 de maio de 2001.

*Aos meus pais,  
Estevão e Maria de Jesus, pela carinhosa e atuante  
participação em todos momentos de nossas vidas.*

*E ao meu filho Marcelo,  
por sua existência  
enquanto razão maior de meus esforços e  
pela realização do sonho de ser mãe.*

*Meu reconhecimento e desejo de compartilhar os possíveis méritos provenientes deste trabalho com todos aqueles que contribuíram para a sua realização.*

*Lídia Alvarenga, pela valiosa orientação.*

*Maria das Graças Targino, pela importante co-orientação neste trabalho.*

*Ao Reitor da Universidade Federal do Piauí, Prof. Pedro Leopoldino, pelo incentivo à capacitação de seu pessoal - fator determinante para o desenvolvimento de toda e qualquer universidade.*

*Aos professores da Escola de Ciência da Informação/UFMG, pelo conhecimento e experiências compartilhados durante a realização deste curso.*

*Aos Colegas do curso de mestrado, pelas reflexões trocadas no transcorrer desta tarefa, especialmente, à Mônica, por ter sido mais que colega de todos nós, mas uma constante companheira.*

*Aos meus irmãos, principalmente, pela solidariedade e apoio junto a meu filho durante minha ausência.*

*Aos colegas do Departamento de Educação Física, pela compreensão e incentivo recebidos. Especialmente, à Ana Rodrigues, pelo apoio concedido no período de conclusão deste trabalho.*

*À Gorete e Viviane pela presteza e apoio dedicado a todos nós no decorrer do curso.*

*À memória do amigo Neves, lembrança do companheiro de todas as horas, exemplo de determinação pelos ensinamentos e incentivos prestados. Nossa grande saudade.*

---

# SUMÁRIO

P.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

## LISTA DE TABELAS

## LISTA DE FIGURAS

## RESUMO

## ABSTRACT

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO DISCIPLINAR DA PESQUISA</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação física enquanto área de conhecimento</b>	<b>19</b>
2.1.1	Educação física na universidade	23
2.1.2	Educação física no Piauí	27
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS CONCEITUAIS</b>	<b>29</b>
<b>3.1</b>	<b>Comunicação científica</b>	<b>29</b>
3.1.1	Comunicação formal e informal	36
3.1.2	Comunicação eletrônica	38
3.1.3	Tipologia das fontes de informação	40
<b>3.2</b>	<b>Produção científica</b>	<b>42</b>
3.2.1	Produção e comunicação científica na Universidade	44
3.2.2	Produção científica em educação física	47
<b>3.3</b>	<b>Avaliação na universidade</b>	<b>50</b>
3.3.1	Experiências de avaliação na universidade brasileira	51
3.3.2	Situação atual da avaliação nas universidades brasileiras	63
3.3.3	Gratificação de Estímulo à Docência (GED)	65
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>70</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS - ANÁLISE E DISCUSSÃO</b>	<b>77</b>
<b>5.1</b>	<b>Produção técnico-científica dos docentes, registrada nos relatórios da Gratificação de Estímulo à Docência da UFPI</b>	<b>77</b>
<b>5.2</b>	<b>Produção técnico-científica contemplada pela Gratificação de Estímulo à Docência da UFPI e UFMG</b>	<b>80</b>
<b>5.3</b>	<b>Produção técnico-científica dos docentes registrada nos relatórios</b>	<b>82</b>

---

	<b>de Gratificação de Estímulo à Docência da UFPI no ano de 1999</b>	
5.4	<b>Subáreas temáticas de estudo da produção técnico-científica dos docentes</b>	85
5.5	<b>Idioma e tipo de autoria das publicações</b>	86
5.6	<b>Produção técnico-científica declarada pelos docentes, segundo faixa etária e sexo</b>	86
5.7	<b>Produção técnico-científica dos docentes <i>versus</i> regime de trabalho e classe docente</b>	91
5.8	<b>Produção técnico-científica dos docentes conforme titulação acadêmica e tempo de serviço</b>	93
5.9	<b>Sugestões de atividades especiais da área de educação física para inclusão na GED/UFPI</b>	95
5.10	<b>Grau de satisfação dos docentes quanto às diretrizes da GED/UFPI para avaliar a Produção técnico-científica dos mesmos</b>	97
5.11	<b>Fatores motivadores da produção técnico-científica dos docentes</b>	99
5.12	<b>Fatores inibidores da produção técnico-científica dos docentes</b>	101
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b>	106
7	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	111
8	<b>ANEXOS</b>	117
	<b>Anexo 1 – Diretrizes para implementação da GED na UFPI</b>	117
	<b>Anexo 2 – Diretrizes para implementação da GED na UFMG</b>	125
	<b>Anexo 3 – Relatório de atividades para pontuação da GED/UFPI</b>	145
	<b>Anexo 4 – Roteiro de entrevista aplicada aos docentes</b>	154

---

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
C&T	ciência e tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços a Comunidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CIAG/GED	Comissão Institucional de Atribuição da GED
CNAO/GED	Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação da GED
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEDE	Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desporto
DE	dedicação exclusiva
DEF	Departamento de Educação Física
ENC	Exame Nacional de Cursos
FAS	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
GED	Gratificação de Estímulo à Docência



---

GERES	Grupo Executivo Pela Reforma do Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAIUB	Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
SEED/MEC	Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC
SEPLAN/CNPq	Secretaria de Planejamento do CNPq
SIBRADID	Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	tecnologia de informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGF	Universidade Gama Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS

		p.
TABELA 1	Perfil dos professores do Departamento de Educação Física da UFPI	73
TABELA 2	Produção técnico-científica dos docentes conforme relatórios da GED x entrevista	78
TABELA 3	Produção técnico-científica contemplada pela GED/UFPI e GED/UFMG	81
TABELA 4	Produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI registrada nos relatórios da GED/UFPI em 1999	83
TABELA 5	Produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI, conforme faixa etária e sexo	87
TABELA 6	Produção técnico-científica dos docentes, conforme regime de trabalho e classe docente	91
TABELA 7	Produção técnico-científica dos docentes, conforme titulação acadêmica e tempo de serviço	93
TABELA 8	Sugestões de produção técnico-científica específicas da área de educação física para GED/UFPI	96
TABELA 9	Fatores motivadores da produção técnico-científica dos docentes	99
TABELA 10	Fatores inibidores da produção técnico-científica dos docentes	102

---

---

## LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1	Subáreas de estudo da produção técnico-científica dos docentes	85
GRÁFICO 2	Grau de satisfação dos docentes quanto aos critérios da GED/UFPI para avaliação da produção técnico-científica	98

---

## RESUMO

RODRIGUES, Janete de P. *A produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí: Um estudo exploratório sob o enfoque da Ciência da Informação*. Belo horizonte: Escola de Ciência da Informação -UFMG, 2001. 159p. (Dissertação de Mestrado).

Fundamentada em uma revisão de literatura sobre educação física, comunicação científica, produção científica e avaliação na universidade, a presente pesquisa realiza um estudo exploratório da produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, sob o enfoque da ciência da informação. Objetiva: a) identificar a produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, analisando-a conforme natureza, idioma, subárea de estudo, tipo de autoria; b) levantar sugestões de atividades não presentes nos critérios de avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência da Universidade Federal do Piauí (GED/UFPI), c) detectar fatores motivadores e inibidores da produção técnico-científica dos docentes; d) verificar o grau de satisfação dos docentes quanto aos critérios de avaliação da GED e e) comparar os tipos de atividades contempladas para pontuação da GED/UFPI com a Gratificação de Estímulo à Docência da Universidade Federal de Minas Gerais (GED/UFMG). A investigação é desenvolvida mediante análise dos relatórios de atividades da GED e aplicação de entrevista aos docentes do DEF/UFPI. Os resultados demonstram maior número de atividades contempladas pela GED/UFMG em relação à GED/UFPI. Os tipos de produção técnico-científica mais desenvolvidos pelo corpo docente são palestra/conferência/mesa redonda e produção de material didático. Dentre as atividades mais sugeridas pelos docentes para inclusão na GED/UFPI destacam-se: treinamento de equipes para competição, organização de competições e arbitragem de competições. A maioria dos docentes investigados está satisfeita com os critérios de avaliação de suas atividades pela GED/UFPI. Os professores acreditam que a ascensão na carreira profissional, o desejo de provocar debates e testar as próprias idéias são fatores motivadores para a produção técnico-científica dos mesmos. Os docentes consideram como fatores inibidores da produção científica a falta de motivação institucional e a falta de infra-estrutura institucional. As subáreas temáticas de estudo em educação física com o maior número de produção, desenvolvidas no departamento pesquisado são: educação física escolar, esporte e recreação e lazer, detectadas em trabalhos publicados em português e com autoria individual. Finalmente, constata-se que a única atividade específica de educação física constante das diretrizes das duas universidades consiste em coreografia premiada nacional e/ou internacional.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Janete de P. *The technical - scientific production of the faculty in the Department of Physical Education at the Federal University of Piauí: an exploratory study under the viewpoint of information science*. Belo Horizonte, Brazil: School of Information Science, Federal University of Minas Gerais, 2001. 159 p.

Based on a revision of the literature on physical education, scientific communication, scientific production and on an evaluation at university, this research presents an exploratory study of the technical - scientific production of the faculty of the Department of Physical Education of the Federal University of Piauí (UFPI) – Brazil, under the viewpoint of the information science. The aims set for this research are: a) to identify the technical – scientific production of the faculty of the physical education department at the Federal University of Piauí by analysing it according to its nature, language, sub – areas of study and kind of authorship; b) to suggest activities which are not part of the evaluation criteria of the government document entitled known in Brazil by “Gratification and Encouragement to the Faculty” (GED); c) to detect motivating and inhibiting factors in technical – scientific production; d) to verify the degree of satisfaction with the evaluation criteria among the faculty of the GED; e) and finally, to compare the sorts of activities in the GED/UFPI and the GED of the federal university of the state of Minas Gerais, Brasil (UFMG). The research was developed by analysing the reports of the activities presented in the GED programme and by interviewing the faculty members. This results showed that the technical and scientific production activities contained by GED/UFMG are more complete than the ones of the GED/UFPI. The main types of scientific production developed by the faculty are: lectures, conferences, round tables and the production of educational material. The activities most suggested by the professors are the organisation of competitions, the training of teams for competitions and the ruling of the competitions. Most of the faculty members interviewed considered themselves satisfied with the evaluation criteria of their activities in the GED/UFPI. The professors believe that the success in their professional careers, their will for causing debates and testing their ideas are motivating factors in their technical – scientific production. The faculty regards the lack of institutional motivation and the lack of institutional infra – structure as inhibiting factors in their scientific production. The sub – areas of study in physical education with the largest number of developed productions at are: school physical education, sports, leisure and recreation; these are published in Portuguese and they present individual authorship. Finally, the only specific activity in physical education, which is common in both gratification programmes, is choreography that received national and international awards.

# 1 INTRODUÇÃO

A educação física sempre foi considerada área eminentemente prática, preocupando-se, durante anos, somente com a preparação de profissionais para a execução de movimentos corporais. Diante disso, a produção científica nesta área é relativamente recente se comparada às demais áreas do conhecimento humano.

Por outro lado, a educação física vem atravessando um período bastante delicado e importante de sua história, o que não é privilégio somente da educação física no Brasil, mas um fenômeno de proporções mundiais e em todas as vertentes do conhecimento. Sob tal perspectiva, no momento, há grande preocupação dentre os membros integrantes de tal campo de conhecimento, na busca de uma identidade própria, ou seja, na criação de um corpo de conhecimento definido, uma vez que a área vem sobrevivendo utilizando-se do conhecimento de várias outras ciências, por não possuir um conjunto teórico-conceitual e metodológico independente e universalmente aceito.

Segundo KUHN (1990), somente com o surgimento de teorias básicas, versando sobre problemas de uma área, são consolidados paradigmas norteadores para a mesma. No caso específico da educação física, esse corpo de conhecimento tornaria possível atravessar a crise que hoje a caracteriza, com a observação de que tal crise é essencial para que se desenvolva a capacidade de justificar sua própria existência. Este seria o caminho natural para impedir a “*parasitação*” da área, frente a disciplinas ou ciências sedimentadas e estruturadas, tais como, medicina e pedagogia, que contribuem para mantê-la numa posição delegada aos subsistemas da saúde e da educação.

Frente às questões relacionadas com a criação de um corpo teórico em educação física, torna-se inevitável questionar o papel dos centros de pós-graduação e pesquisa, como, também, dos seus profissionais intelectuais numa tentativa de reverter este quadro através da produção de conhecimento por parte destes.

É neste contexto que se pode fazer uma análise da função e do desempenho das escolas e departamentos de educação física das Instituições Federais de Ensino

Superior (IFES) no Brasil quanto ao processo de produção de conhecimento, o qual tem relação direta com a cientificação da área.

Isto porque são visíveis as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão em educação física, no que se refere às tentativas de avaliar as atividades desempenhadas por seus profissionais, o que gera uma situação de incerteza quanto à identificação das tarefas que produzem ou não conhecimento para a área.

Além das dificuldades abordadas, é necessário considerar, também, até que ponto as IFES oferecem condições a seus professores para a produção de conhecimento, principalmente aquelas situadas nas regiões mais pobres do Brasil, como é o caso da região Nordeste, especialmente o estado do Piauí, que apresenta a menor renda do País.

Nesse contexto, surge a necessidade de se estudar a produção técnico-científica dos professores de educação física da Universidade Federal do Piauí (UFPI), partindo-se do princípio de que uma área, subdividida em tantas subáreas de estudo, sofre mais dificuldades quanto à adequação e valoração do conhecimento produzido pelos docentes quanto a qualidade e quantidade dessa produção. Cumpre-se ainda considerar o fato de ser a autora deste trabalho integrante do corpo docente do Departamento de Educação Física da UFPI (DEF/UFPI), local de aplicação deste estudo que, desenvolvendo uma pesquisa sistematizada, agrega maior possibilidade de comprometimento com a pesquisa proposta, bem como, melhor conhecimento dos problemas existentes no contexto a ser desenvolvida a investigação.

Em resumo, com base nos fatos expostos, é propósito deste trabalho desenvolver um estudo sob o enfoque da ciência da informação sobre a produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI, tendo como parâmetros norteadores os critérios estabelecidos pelo programa de Gratificação de Estímulo à Docência (GED) da UFPI e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para o exercício de 1999.

A inclusão da GED/UFMG nos parâmetros de comparação para realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de mostrar atividades específicas de educação física contempladas pela GED de outra universidade, diferente da UFPI, de forma a apontar diferenças entre os tipos de atividades consideradas como produção técnico-científica para efeito de pontuação da GED entre as duas instituições acadêmicas e

possibilitar um cotejamento entre ambas. Com isso, amplia-se o rol de atividades elencadas pela GED para comparar os trabalhos desenvolvidos pelos docentes do DEF/UFPI.

Criada através do projeto de lei nº 9.678, a referida gratificação objetiva avaliar as IFES, embutida na política do governo federal de não aumento salarial, ao optar-se pela estratégia de gratificação com base na avaliação da produtividade dos seus professores.

Desta forma, para melhor compreensão da pesquisa desenvolvida, seguem os objetivos propostos:

❖ **Objetivo geral:**

Estudar sob o enfoque da ciência da informação a produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela GED/UFPI e UFMG, visando a identificar e analisar essa produção através do cotejamento das duas universidades.

❖ **Objetivos operacionais:**

1. analisar a produção técnico-científica, segundo os parâmetros: idioma, subárea de estudo e tipo de autoria;
2. levantar sugestões de itens de produção técnico-científica não presentes nos critérios da GED/UFPI;
3. detectar fatores motivadores e inibidores da produção técnico-científica no âmbito do DEF/UFPI;
4. verificar o grau de satisfação dos docentes do DEF/UFPI quanto aos critérios de avaliação da produção técnico-científica dos mesmos pela GED.



A investigação proposta por este estudo parte dos seguintes **pressupostos**:

1. o número de atividades de produção técnico-científica realizadas anualmente pelos professores do DEF/UFPI é pequeno em relação ao número de professores em regime de trabalho de dedicação exclusiva, bem como em relação ao número de mestres e doutores do departamento em pauta;
2. os docentes do DEF/UFPI desenvolvem atividades específicas da área de educação física que podem ser consideradas como produção técnico-científica, embora, estas não se encontrem elencadas na lista de critérios da GED para efeito de pontuação;
3. os tipos de produção técnico-científica da área em questão, propostos pela GED, são, em sua grande maioria, atividades não desempenhadas pelo referido corpo docente.

Segue a fundamentação contextual, capítulo 2, que compreende uma revisão de literatura que aborda a problemática da consolidação das bases teóricas no campo da educação física e os processos de desenvolvimento de pesquisas e produção científica da área como disciplina acadêmica de cunho teórico-prático.

O capítulo 3 subdivide-se em: 3.1 - Comunicação científica, onde são discutidos os conceitos relacionados ao tripé formado pela comunicação científica, produção científica e ciência da informação sob a perspectiva de diversos autores que discorrem sobre a importância da comunicação científica no processo de geração do conhecimento.

Ainda no capítulo 3, o item 3.2 - Produção científica, que segundo autores como MEADOWS (1999), defendem a necessidade de se produzir ciência para a melhoria das condições de vida das sociedades humanas, enfatizado-se a função da universidade no desempenho desta tarefa, que deve ser priorizada dentre as diversas atividades acadêmicas, considerando-se as necessidades de conhecimentos nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em se tratando da produção científica na área de educação física, relata-se o processo evolutivo da mesma como campo de

conhecimento científico, as conquistas alcançadas neste sentido e críticas de alguns autores voltados para este tema, além de algumas propostas de desenvolvimento científico para a área.

O tópico 3.3 Avaliação na Universidade, trata do processo de avaliação nas universidades brasileiras, procurando mostrar aspectos negativos e positivos dessas avaliações institucionais, bem como, seus objetivos, avanços e possibilidades de avaliações mais eficientes na construção de uma universidade competente, autônoma e, de fato, relevante para a sociedade.

O capítulo 4 refere-se à metodologia utilizada para o desenvolvimento da investigação, discorrendo sobre os sujeitos, o universo, o material e o método, além dos procedimentos da pesquisa.

O capítulo 5 traz os resultados da pesquisa, seguindo o capítulo 6, alusivo às considerações e recomendações resultantes dos dados obtidos ao longo da pesquisa.

---

## **2 CONTEXTO DISCIPLINAR DA PESQUISA**

O presente capítulo discorre sobre a contextualização histórica e evolutiva da educação física no ambiente universitário, principalmente no que tange às funções da área, como disciplina acadêmica e produtora de conhecimento técnico e científico, uma vez que, atualmente, a CAPES e CNPq e outros centros de pesquisas científicas reconhecem a educação física como campo de conhecimento científico para fins de fomento à pesquisa.

Contudo, não se pretende esgotar aqui o problema da cientificidade da educação física, nem abordar as diversas correntes relativas à esta temática. Entretanto, cumpre-se esclarecer que alguns estudiosos destacados, neste capítulo, podem não estar atualmente em evidência junto à comunidade científica de educação física, porém, as abordagens históricas podem contribuir para o esclarecimento sobre algumas discussões feitas neste trabalho.

### **2.1 A educação física enquanto área de conhecimento**

Alguns fatores devem ser considerados com relação ao processo de busca da educação física em consolidar-se como disciplina acadêmica cientificamente justificada. Sendo campo de conhecimento dedicado ao estudo do movimento humano e suas implicações, trata-se de uma área composta de atividades especiais e de cunho prático. Por esse motivo, é importante ressaltar as dificuldades em definir que atividades realizadas por seus profissionais podem ser identificadas como produção científica, bem como, delimitá-la dentre suas diversas formas de atuação.

Segundo CARLAN (1997), as primeiras pesquisas em educação física no Brasil seguem o modelo das ciências naturais, compreendendo trabalhos desenvolvidos por médicos ou militares, as quais apresentam fundamentação de cunho positivista, enfatizando aspectos fisiológicos, de rendimento físico, biomecânica do movimento, biometria e outros. Tratando o homem como ser distante do mundo, o movimento humano é analisado somente na perspectiva da

quantificação e mensuração de dados, reduzindo-o ao movimento motor destituído de subjetividade, historicidade e criticidade.

Conforme o autor supracitado, diante do processo de transferência da educação física do eixo paradigmático bio/fisiológico para o político filosófico, exige-se da educação física uma nova postura e tomada de consciência frente à realidade em que se encontra o país. Assim, repensar a educação física como disciplina pedagógica, de forma a garantir sua identidade e legitimidade, é tarefa que só pode ser atingida mediante a criação de novos conhecimentos, novas metodologias e sistemas de avaliação adequados e eficientes. Superar a concepção dualista entre corpo e mente, bem como a mediação entre a teoria e a prática tornam-se necessidades emergentes da área.

Contudo autores, como CUNHA (1987), alertam que a produção científica em educação física, desenvolvida principalmente nos cursos de pós-graduação seguindo os pensamentos de cunho progressista, não consegue ainda discutir questões específicas da área, apoiadas nos referenciais teóricos que respaldam seu discurso de transformação social e educacional. Para esse autor, a educação física não atinge verdadeiramente seus objetivos, por não invocar para si o fundamento de que não se pode considerá-la como segmento da pedagogia, uma vez que a inteligibilidade do comportamento motor, numa teorização epistemológica própria, esclarece que esse objeto teórico excede claramente o ato educativo. Assim, esta nova ciência deve girar em torno da compreensão e explicação das condutas motoras.

FARINATTI (1992) ressalta que a crise epistemológica que enfrentam as áreas emergentes da ciência contemporânea parece incidir sobre a educação física de maneira clara e especial, tendo sua superação no momento em que seu dimensionamento teórico, baseado em determinado paradigma, permita a interação de seu corpo de conhecimento a partir de um mesmo tronco, ou seja, quando as teorias surgirem da problematização de questões específicas da educação física. A realidade é que há tantos conhecimentos em educação física quantas forem as realidades onde sejam implementadas e desenvolvidas suas ações específicas, o que,

certamente, influencia a construção de suas bases teóricas. Em vista disso, esse autor expõe que:

*“A investigação em educação física desaparece pelo simples fato de que os centros responsáveis por sua condução falham em suas responsabilidades, tornado-a sinônimo de especialização em um ou outro elemento do seu corpo de conhecimento. A disciplina acadêmica não consegue desenvolver-se porque os que deveriam construir sua matriz teórica não a vislumbram como um bloco sólido e indivisível, transformando sua identificação com ramos específicos de atuação em muros intransponíveis ao estabelecimento de relações interdisciplinares”.* (FRINATTI, 1992, p.63)

Com isso, FARINATTI; BATISTA (1989) asseguram que o conhecimento em educação física não pode deixar de lado a prática, da qual se frutifica, uma vez que a disciplinaridade acadêmica é constituída pelo *background* teórico que a fundamenta, este só é alcançado mediante a problematização de conhecimentos específicos sobre sua prática, e não a prática surgir como que “*por encanto*” a partir de conhecimento não estruturado para tal. Com isso, a função do pesquisador em educação física é contribuir para a formação de uma disciplina que se desenvolva, além de fornecer seu quinhão de trabalho à construção de uma teoria. O pesquisador não pode ver a realidade como distante de sua prática, pois para o pesquisador que investiga a educação física é ela a sua realidade mais próxima.

Dessa forma, GO TANI (1999) afirma que o movimento humano deve ser reconhecido como objeto de investigação de forma a trazer conhecimentos especiais para a educação física. Define, então, cinco possibilidades de estudo para o movimento humano, a saber: a) análise do significado do movimento na relação ser humano *versus* meio ambiente; b) análise do movimento humano a partir de sua composição interna e sua complexidade; c) estudo do movimento nos diferentes níveis de análise; d) análise do movimento humano a partir das mudanças temporais decorrentes da experiência e aprendizagem; e) análise do significado do movimento, dentro do ciclo de vida do ser humano.

Nesse mesmo sentido, VERENGUER (1997) chama a atenção para a ânsia dos pesquisadores deste campo de conhecimento em obter prestígio acadêmico, produzindo pesquisas que valorizam em demasia subáreas, como fisiologia do

exercício, biomecânica, aprendizagem motora e outras. Por isso, segundo a autora, consolidar a educação física no contexto epistemológico, acadêmico e profissional, é função prioritária da comunidade universitária, possibilitando a fundamentação teórica da área. Essa tarefa significa, em última instância, o desenvolvimento de pesquisas para a fundamentação das próprias práticas profissionais da educação física através da geração de conhecimentos comuns que beneficiem todos os estudantes deste campo profissional. Afirma, ainda, a autora que o movimento humano deve ser a preocupação mais emergente da educação física, para que esta possa de fato ampliar seus conhecimentos e denominar-se de ciência do movimento humano. Colaborando com este pensamento OLIVEIRA (*apud* VERENGUER, 1997, p. 164) destaca que:

*“...a caracterização principal desse relacionamento acadêmico deve ser a preocupação constante com a produção e acúmulo de conhecimentos envolvendo o entendimento e explicação da motricidade humana. O importante é o entendimento da motricidade humana não como um objeto de estudo único da educação física, mas como uma área temática de pesquisa”.*

Sendo assim, é difícil compreender como é possível uma área universitária viver da utilização de conhecimentos produzidos por outras áreas, sem gerar seu próprio conhecimento. Neste caso, a educação física se caracteriza como disciplina de ensino médio, na qual a repetição de técnicas e procedimentos é aceitável.

GO TANI (*apud* VERENGUER, 1997) procura mapear as discussões em torno da legitimidade da área e em estabelecer uma nova ordem conceitual e alerta, ainda, para fato de que os problemas profissionais de preparação de recursos humanos e de pesquisa apresentam como característica comum a falta de conhecimento estruturado da área.

As propostas de cientificação da educação física, feitas até o momento, levaram à fragmentação e especialização das subáreas e ao distanciamento entre produção científica e mundo profissional. Acredita-se que com a produção de conhecimento pela disciplina acadêmica ou ciência de educação física, os serviços dos profissionais da área melhorem automaticamente. Contudo, percebe-se grande distanciamento entre aquilo que é estudado nos centros de pesquisas e estudos em

educação física e o conteúdo que o professor de educação física aplica na sua prática profissional, o que se justifica pelo desencontro entre os objetos pesquisados e as atividades que constituem, de fato, o mundo da educação física. Dessa forma, palavras de PELLEGRINI *et al.* (1987, p.83) reiteram que:

*“A relação profissional e acadêmica de educação física, deveria ser vista na seguinte perspectiva: os resultados dos trabalhos acadêmicos levam a aplicações práticas sobre as quais a sociedade avança. Estes resultados de atividades acadêmicas deveriam ter um impacto sobre a formação profissional e o desenvolvimento de programas de educação física em vários níveis de ensino”.*

Ademais, VERENGUER (1997) defende que, academicamente, cabe à educação física desenvolver programas de pesquisa com características aplicadas à prática desta área, ou seja, capazes de subsidiar e responder aos problemas apresentados pelo cotidiano do profissional da área, uma vez que a função principal da universidade, para com toda e qualquer área de estudo, é promover atividades de pesquisa, fornecendo subsídios para a sobrevivência profissional daqueles que necessitam de conhecimentos inovadores gerados a partir de pesquisas realizadas dentro das universidades. Com a educação física não é diferente, considerando-se que esta apresenta funções bastante especiais no contexto da universidade.

### 2.1.1 Educação física na universidade

Segundo PELLEGRINI *et al.* (1987), a implantação da educação física na universidade apresenta uma série de mudanças a respeito dos profissionais de cursos superiores, o que implica maiores exigências quanto à capacitação profissional, relacionadas a conhecimentos técnicos e científicos. Assim, a cada ano, aumenta a pressão quanto à titulação, pelo menos em nível de mestrado, para os que lecionam nos cursos superiores. Tais exigências são reflexos da necessidade de a universidade assumir o compromisso com o saber e o conhecimento, não devendo, contudo, a titulação ser vista como um fim em si mesma.

A autora supracitada assegura que a universidade enfatiza a investigação científica como atividade necessária do docente, embora os recursos orçamentários das próprias instituições, raramente, destinem-se a esta atividade, o que faz com que as próprias universidades estimulem seus docentes na busca de apoio específico junto às agências de fomento às pesquisas. Infelizmente, até o final da década de 70, as principais instituições de financiamento não reconheciam a educação física como área de pesquisa, fato justificado pela não definição de um corpo de conhecimento peculiar a uma disciplina acadêmica, conforme discutido antes. Sob a ótica interdisciplinar, a educação física depende do desenvolvimento das disciplinas tradicionais e faz com que este processo seja bastante demorado, situação que não fortalece as escolas ou departamentos de educação física como centros de saber.

Assim, PELLEGRINI *et al.* (1987), para que a educação física possa desenvolver, organizar e aplicar um corpo de conhecimento específico é necessário fortalecer seus cursos de graduação e pós-graduação através da formação de recursos humanos e apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisas nas próprias escolas de educação física. Isto não significa negar a interdisciplinaridade que surge com a ida de professores de educação física a departamentos de educação, anatomia, psicologia etc, para a obtenção de títulos de mestre e doutor, como tem ocorrido, ou com a vinda de doutores em disciplinas tradicionais, que apresentam interesse específico em educação física.

Para PELLEGRINI *et al.* (1987), é importante formar um ambiente favorável para os pesquisadores desenvolverem projetos de pesquisa nas próprias escolas de educação física, a fim de garantir a iniciação científica dos alunos de graduação, a integração dos conhecimentos obtidos e a aplicação destes conhecimentos na formação profissional. Como decorrência, nos últimos anos, emerge uma produção científica crescente nas subáreas educacional e social em educação física, sem redução do número de investigações na subárea biológica. Ao que parece, este redirecionamento está intimamente ligado ao desenvolvimento dos cursos de mestrado, que apresentam atualmente um elevado número de linhas de pesquisas voltadas para as subáreas educacional e social.



Em se tratando de fomento à pesquisa, cabe registrar, aqui, algumas contribuições de instituições pioneiras no processo de consolidação da pesquisa em educação física nas universidades brasileiras, conforme relata a autora acima. Assim, a Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desporto (COPEDE), criada pela Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED) do Ministério da Educação (MEC) que, no período de 1981-1984, recebeu 151 pedidos de auxílio, tendo atendido, de forma parcial ou total, 69 projetos, sendo dois terços na área pedagógica.

Cumpre-se destacar, também, a importante iniciativa da SEED/MEC com o patrocínio do centro de documentação nesta área, o Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADID) que funciona na UFMG e está interligado a vários centros através de terminais, com uma grande quantidade de publicações, entre livros e periódicos, favorecendo o processo de comunicação científica entre os pesquisadores e demais profissionais de educação física em todo País.

No que se refere aos problemas e necessidades de capacitação dos profissionais da educação física e o crescimento da produção científica da área, embora bastante antigo, o documento *Avaliação e Perspectivas SEPLAN-CNPq* (1982) aponta alguns fatores fundamentais para a formação de recursos humanos e produção científica em educação física que, ainda, contribuem para os problemas atuais da área:

- conhecimento limitado dos pesquisadores e pós-graduados da área em relação aos mecanismos de solicitação de fomento à pesquisa nos órgãos financiadores;
- ausência de tradição de pesquisa na área;
- ~~pós-graduação em nível de mestrado como fenômeno terminal da produção científica do docente;~~
- hiperdimensionamento quantitativo e qualitativo de linhas de pesquisa;
- falta de publicações com periodicidade e corpo editorial rígido;

- elevado percentual de docentes mestres que não fazem ou nunca fizeram pesquisa;
- número excessivo de entrada anual de alunos nos cursos de mestrado da área, incompatível com as disponibilidades de laboratórios de pesquisas e com o número de orientadores;
- suporte bibliográfico ainda restrito em alguns cursos de pós-graduação e em quase todos os cursos de graduação na área;

Além dos problemas supracitados registram-se, ainda, algumas contradições no entendimento entre teoria e prática em educação física, conforme palavras textuais de PELLEGRINI (*apud* CARLAN, 1997, p.80).

*“ Estas contradições, em grande parte, são características de áreas de conhecimento carentes de pressupostos teóricos, frutos de um processo consistente de qualidade e quantidade de estudos de natureza científica como fundamentos concretos, definidos e coerentes, norteadores do agir”.*

SILVA (1998), por sua vez, disserta sobre o início dos cursos de pós-graduação em educação física no Brasil com a criação do mestrado em educação física da Universidade de São Paulo (USP), em 1977, sendo defendida a primeira dissertação brasileira desse nível na área, em dezembro de 1984. A seguir, em 1979 é implantado o curso de mestrado em educação física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em 1980 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também implanta curso de mestrado nesta área.

Além dos mencionados, foram criados novos mestrados na Universidade Gama Filho (UGF) em 1985; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1988; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1989 e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1989. Atualmente atinge-se a marca de 113 dissertações de mestrado e 30 teses de doutorados defendidas no Brasil até dezembro de 2000, na referida área, conforme PROSSIGA, acessado em 17 de dezembro de 2000. Diante disso, a educação física brasileira apresenta nova fase de sua história, marcada por conquistas a serem feitas, mas que, por outro lado,

aponta para a geração de uma educação física de qualidade, assumindo suas verdadeiras funções como área acadêmica.

### 2.1.2 Educação física no Piauí

Segundo ARAÚJO (1996), a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), órgão mantenedor da UFPI, foi criada através da Lei Federal nº 5.518, de 12 de novembro de 1968. Instalada somente em 1971, a UFPI resulta da fusão de escolas isoladas de ensino superior da época, quais sejam: Faculdade Federal de Direito do Piauí, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina. Conforme o Decreto nº 705, de 25 de julho de 1969, torna-se obrigatória a inclusão da prática de educação física em todos os níveis de escolarização no País. Contudo, somente em 1972, registra-se o início da oferta da disciplina na UFPI.

A partir de então, os docentes pioneiros, após anos atuando tão-somente com a prática desportiva, iniciam discussões sobre a possibilidade de implementação da licenciatura em educação física no Piauí, tendo como principais argumentos o aproveitamento do quadro de docentes e das instalações utilizadas nas atividades físicas, bem como a utilização dos laboratórios dos cursos da área da saúde para as disciplinas biomédicas. Desde esse período, a disciplina prática desportiva ou educação física oferece espaço para o curso em nível de licenciatura. Como decorrência, o primeiro vestibular para o curso de educação física da UFPI é realizado em 1975, em caráter de licenciatura curta, objetivando formar professores para o ensino fundamental. Anos mais tarde o mesmo é transformado em licenciatura plena. Em vista disso, é possível afirmar que a educação física no Piauí entra numa nova fase em consequência da fundação do primeiro curso de formação de professores em nível superior, na Universidade Federal do Piauí.

---

ARAÚJO (1996) afirma, ainda, que conforme o panorama da educação física no Brasil entre 1969 e 1974, a formação do professor de educação física no Piauí mantém-se fiel à visão competitiva disseminada em todo o País, ao privilegiar o treinamento físico em detrimento de qualquer preocupação com as categorias intelectuais do conhecimento humano.

Identifica-se um caráter predominantemente técnico desportivo, com pouca ou nenhuma preocupação com os aspectos cognitivos, considerando-se a concepção competitivista em plena ascensão no Brasil naquele período. Os cursos de formação adotaram esta concepção, considerando que os participantes dos cursos nessa área eram geralmente ex-atletas ou pessoas envolvidas com esporte, devido à forte influência que a mídia exerce neste sentido.

No que diz respeito ao quadro de professores do Departamento de Educação Física da UFPI, o autor acima mencionado comenta que durante a fase de implantação e implementação do curso, o corpo docente foi composto por piauienses formados em diferentes escolas superiores de educação física do País, professores provenientes da região Sul e Sudeste, bem como profissionais egressos de escolas militares. Devido a origens tão distintas, embora o currículo mínimo (já extinto) em nível nacional constitua imposição legal desde 1962, reestruturado posteriormente em 1969, emerge um campo de heterogeneidade que transcende as concepções e metodologias de ensino repassadas a esses profissionais quando de sua formação, atingindo dimensões culturais presentes no cotidiano de cada um.

Concluindo, ressalta-se que é função do professor do DEF/UFPI pesquisar e produzir conhecimentos que contribuam para o crescimento e melhoramento das atividades desempenhadas por estes profissionais e de demais setores que estejam relacionadas a este campo da ciência.

---

### 3 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Como área que necessita desempenhar atividades de pesquisas para a ampliação de suas bases conceituais e consolidar-se como disciplina acadêmica, torna-se imprescindível que a educação física desenvolva produção científica com quantidade e qualidade satisfatória, dentro das suas diversas linhas de atuação. Com isso, o processo de comunicação, envolvendo a comunidade científica em educação física, ocupa lugar de destaque no contexto da produção e circulação de conhecimentos no meio acadêmico.

Os fundamentos conceituais apresentados neste capítulo consistem numa revisão de literatura baseada nos temas comunicação científica, produção científica e avaliação na universidade. São abordados sob os pontos de vista da ciência da informação e da educação, procurando fundamentar a presente dissertação.

#### 3.1 comunicação científica

Não esgotando todos os enfoques sobre a temática da comunicação científica, busca-se, aqui, focar os conteúdos essenciais no que se refere à conceituação e importância da mesma, vistos sob a ótica de autores considerados clássicos na área, tais como: MERTON (1970, 1973); MEADOWS (1974, 1999); MUELLER (1995) e outros. Por isso, diante do processo de geração, uso e disseminação do conhecimento científico, ressalta-se o papel da troca de informações entre os cientistas, no exercício de suas atividades acadêmicas como necessidade indispensável para o desenvolvimento da ciência.

No que diz respeito à informação, WURMAN (1992, p.42) a define como:

*“... a ação de informar, formação ou moldagem da mente ou do caráter, treinamento; instrução; ensinamento; comunicação de conhecimento instrutivo”.*

Tal definição prevalece até o período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o termo informação passa a definir tudo aquilo que é transmitido por canais

elétricos ou mecânicos, interagindo ao vocabulário das ciências e das mensagens. Neste sentido, LE COADIC discorre literalmente que:

*“As atividades científicas e técnicas são o manancial de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas. Mas, de modo inverso, essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações. A informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente”.* (LE COADIC 1996, p.27)

Conforme o exposto, conclui-se que a informação é um produto que circula mediante o ato de comunicar-se, portanto, um processo de interação que possibilita a troca de conhecimento entre os pesquisadores. A comunicação, por sua vez, é característica natural e inerente ao homem, variando conforme a natureza dos grupos que a processam e que detêm um estoque comum de elementos preexistentes, tais como a linguagem, as expressões, códigos etc., necessários à fluência da informação.

Segundo TARGINO (1998), diante do caráter provisório dos resultados das pesquisas científicas, a ciência caracteriza-se como instituição social, dinâmica, contínua e cumulativa. E, por isso, a mesma utiliza-se da evolução dos meios de comunicação e das tecnologias de informação (TI) para orientar o homem em seu processo de evolução. Aliada aos modernos meios de comunicação, a informação conduz ao desenvolvimento científico e tecnológico das nações através da transferência de informação ou propagação de novas idéias e tecnologias, assumindo função democratizante e educativa, contribuindo para o desenvolvimento cultural e social da humanidade.

Para MEADOWS (1999), a necessidade de acumular dados, desenvolver teorias, experiências e modificar idéias, faz com que os cientistas se envolvam com o processo de comunicação, uma vez que comunicação é, por definição uma atividade de grupo. MERTON (1970, p. 47) assegura que: *“o conceito institucional da ciência como parte do domínio público está ligado ao imperativo da*

*comunicação de seus resultados*”, visto que é através da divulgação das descobertas científicas e pelo incentivo à fama que se reforça a meta institucional de ampliar as fronteiras do saber, bem como da consciência por parte dos cientistas de que dependem de uma herança cultural à qual não possuem direitos diferenciados.

No que diz respeito à conceituação de comunicação científica, GARVEY; GRIFFITH (1979) asseguram que consiste no tipo de comunicação que abrange as etapas de produção, divulgação e utilização da informação científica, a partir da concepção da idéia a ser investigada pelo pesquisador, até o momento de divulgar seus resultados para serem avaliados pelos pares e incorporados ao acervo do conhecimento científico universal.

ZIMAN (1976), por sua vez, conceitua comunicação científica como a troca de informações entre cientistas de uma mesma área, a qual se realiza conforme práticas estabelecidas pela comunidade científica e registrada em veículos formal e informal de comunicação científica.

Neste sentido, CHRISTOVÃO (1997) comenta que a comunicação científica é parte fundamental da ciência e encontra-se sujeita às influências e exigências do conjunto de normas que governam as formas de publicações dos pesquisadores em determinada comunidade científica. Assim, MUELLER (1995) esclarece que comunidade científica refere-se a um grupo específico de cientistas, às vezes, sua totalidade. Enquanto KHUN (1990) conceitua comunidade científica como um grupo composto por cientistas que praticam uma mesma especialidade científica e cujos membros tiveram a mesma educação e iniciação profissional, absorveram a mesma literatura técnica e os mesmos ensinamentos. As comunidades científicas, por sua vez, encontram-se sujeitas a certos padrões de comportamentos que determinam um ideal tanto para a atividade de pesquisa quanto para a comunicação dos resultados das pesquisas de seus membros.

CHRISTOVÃO (1997) assegura que a comunicação científica surgiu em decorrência do crescimento desordenado e acelerado da literatura científica, bem como da dificuldade de recuperação da informação. Em vista disso, OLIVEIRA (1996) ressalta que devido à necessidade de entendimento do crescimento

exponencial da ciência, assim como da literatura científica após a Segunda Guerra Mundial, esse fenômeno se tornou motivo de preocupação, principalmente por parte dos cientistas da informação que o denominaram de “*explosão da informação*”. A literatura sobre o tema se expandiu e muitas de suas questões tornaram-se objeto de estudo, na tentativa de se compreender o fenômeno da comunicação científica.

De acordo com MUELLER (1995), os primeiros estudos da ciência da informação sobre comunicação científica utilizaram-se bastante do método quantitativo, focalizando, geralmente, aspectos relacionados à produção e uso da literatura científica, este último representado pelo estudo da citação. Diante do desenvolvimento da área, estudiosos em comunicação científica passaram a incorporar métodos e conhecimentos de outras áreas como, por exemplo, a sociologia da ciência.

Dentro desta perspectiva, TARGINO (1998) concorda que a formalização da comunicação científica resulta da necessidade de compartilhamento dos resultados das pesquisas desenvolvidas entre o crescente número de acadêmicos/cientistas, deixando a ciência de ser uma atividade privada para tornar-se uma atividade social. Conseqüentemente, o cientista passa do isolamento para a posição de pesquisador engajado na comunidade científica que dele exige competitividade e produtividade. As novas informações e concepções formuladas deverão ser utilizadas para novas contribuições científicas reconhecidas pelos pares e devem ser comunicadas de maneira a favorecer sua comprovação e verificação e, conseqüentemente, sua utilização em novas descobertas.

Segundo a autora mencionada acima, os primeiros estudos em comunicação científica surgiram nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), durante a década de 40, com os objetivos básicos de analisar os problemas de uso da informação por cientistas e tecnólogos, denominados de estudos de usuários. Durante os anos 60 e início da década de 70, o interesse pela comunicação científica e pela literatura científica é mantido, principalmente, pela disputa entre os EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em busca da supremacia científica e tecnológica, bem como pelo interesse de estudiosos como



GARVEY (1979); GRIFFITH (1989); MENZEL (1966); MERTON (1973) e PRICE (1976,1976b), considerados clássicos no âmbito desta temática.

Diante disso, o caráter empírico dos estudos iniciais foi substituído por uma abordagem teórica, a qual prioriza cinco hipóteses defendidas por MENZEL (1966): a) a comunicação na ciência constitui um sistema; b) vários canais podem atuar sinergeticamente na transmissão de uma mensagem; c) a comunicação tem papel vital no sistema de informação científica; d) os cientistas constituem um público específico e e) os sistemas de informação científica assumem múltiplas funções.

Em se tratando do processo de comunicação científica e os agentes necessários para o crescimento atual da ciência, LE COADIC (1996) enumera:

a) *crescimento das indústrias de informação e do conhecimento*, através de novos produtos no mercado, como teletextos, videotextos, fibra ótica etc, novos processos de produção, miniaturização, automação etc., novas atividades e novas empresas;

b) *mudanças na geografia das disciplinas científicas* - devido à ramificação e fusão de tantas outras, bem como a telemática (telecomunicação + informática).

c) *avanço no campo das tecnologias de informação e de comunicação*.

Esses elementos apresentam influência direta no processo de produção do conhecimento em geral e não somente nos produtos gerados e no fluxo informacional. Considerando que os fatores supracitados produzem impactos na produção da própria pesquisa quando estes conduzem a recursos metodológicos que favorecem a manipulação de dados mais precisos, mais rápidos e mais seguros, incluindo indistintamente coleta, tratamento e análise, pode-se deduzir a importância dos sistemas de comunicação para a ciência, bem como para seus métodos.

---

Acerca da função da comunicação científica, REIS (1978, p.291) assegura que consiste em:

*“Fornecer a todos os cientistas a oportunidade de pôr a prova as idéias e experiências, tentar verificá-las e submetê-las ao processo de validação do texto e, afinal, incorporar um elo a mais, por pequeno que seja, às muitas*

*correntes que formam a grande cadeia do conhecimento.*”

A este respeito, OLIVEIRA (1996) ressalta a importância do pesquisador comunicar os resultados de suas pesquisas, devido à necessidade de fornecer aos pares a oportunidade de pôr à prova suas idéias e experiências, submetendo à avaliação os textos finais, com intuito de receber contribuições dos avaliadores.

MENZEL (*apud* KAPLAN; STORER, 1968) discorrem sobre as funções da comunicação científica, como: fornecer respostas a perguntas específicas; concorrer para a atualização profissional do cientista, no que concerne ao campo específico de sua atuação; estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse; divulgar as principais tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas idéia de relevância de seu trabalho; testar a confiabilidade de novos conhecimentos diante da possibilidade de testemunhos e verificações; redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas; fornecer *feedback* para o aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

ZIMAN (*apud* OLIVEIRA, 1996, p. 368), por sua vez, ressalta que:

*“A função do cientista é produzir e publicar trabalhos originais, comunicar a seus pares, e, assim, contribuir para o conhecimento público. A publicação dos resultados de pesquisa em padrões autorizados e referendados por um periódico científico constitui não somente uma característica da ciência e um direito do pesquisador, mas um dever, e tal tipo de comportamento é esperado pelos seus pares e empregadores”.*

MERTON (1973) reitera a citação acima ao tratar o processo de comunicação científica como forma de compartilhamento, afirmando que a ciência é conhecimento disponível para todos, ou seja, os resultados das pesquisas de um cientista não lhe pertencem, mas a toda humanidade, constituindo produto de colaboração social, devendo ser compartilhados com todos, sem privilegiar segmentos ou pessoas. Apenas o reconhecimento da autoria é direito de propriedade na ciência. Para isso, o pesquisador deve requerer para si a autoria das suas descobertas e o reconhecimento dos pares através da publicação de seus trabalhos, disponibilizando-os, automaticamente, aos interessados para seu uso. De comum acordo com tais pensamentos, STORER (1966) defende que os conhecimentos não

disponíveis ao público não constituem conhecimento público e, portanto, não podem ser referenciados pela comunidade científica. Com isso, o incentivo à ampla divulgação da pesquisa científica é essencial para vitalizar, animar, revigorar e, sobretudo, construir a ciência. Por isso, retoma-se aqui o lema anglo-saxônico, *publish or perish*, divulgado nas comunidades acadêmicas do mundo inteiro.

MOREL; MOREL (1977) por sua vez, asseguram que a publicação é considerada produto final do trabalho do cientista, uma vez que, de um lado comunica informações e de um outro garante a propriedade científica e através dela o cientista passa a ser reconhecido pelos pares. Grande parte dos trabalhos de pesquisa científica é publicada em revistas especializadas, avaliadas e hierarquizadas pela comunidade científica, segundo critérios de legitimação ou de importância científica dos trabalhos que publicam.

Conforme o exposto, a publicação deve ser vista, ainda, como reflexo das desigualdades socioeconômicas entre países e condicionamentos sociais da produção científica, medida em termos de autores de prestígio internacional, além de questões relativas à qualidade do sistema educacional enquanto formador de recursos humanos para a pesquisa, especialmente, quanto à formação de autores científicos de reconhecimento internacional. MOREL; MOREL (1977, p.101) discorrem sobre as desigualdades internas do País afirmando que: “*As desigualdades em termo de produção científica refletem as desigualdades em desenvolvimento sócio-econômico entre os diversos estados e as diversas regiões do País*”.

Neste sentido, o Brasil tem se mostrado ineficiente no sentido de promover o desenvolvimento de ciência e tecnologia (C&T), embora os cursos de pós-graduação estejam em plena expansão no Brasil e se observe um aumento significativo das comunicações científicas apresentadas em congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Isto se mostra devido às diversidades geográficas brasileiras no aspecto socioeconômico, ao constatar-se menor produtividade científica nas regiões Norte e Nordeste frente ao Sul e Sudeste brasileiro. Considerando-se fatores determinantes

para esta realidade, o repasse de recursos financeiros para os centros de pesquisas, a infra-estrutura das universidades para geração de seus próprios conhecimentos, o número de cientistas, dentre outros fatores.

### 3.1.1 Comunicação formal e informal

A comunicação entre pesquisadores se processa prioritariamente através da produção científica e da realização de eventos científicos promovidos pelos profissionais das respectivas e específicas áreas de estudo. Como processo básico da ciência vista como “*instituição social*”, a comunicação pode ser descrita como uma rede de inter-relações e referências cruzadas, constituída por um subgrupo de cientistas de determinada disciplina, ou seja, pelas comunidades científicas.

Considerando-se que as comunidades científicas brasileiras se encontram nas universidades, nos institutos de pesquisas e outras instâncias industriais e empresariais, ressalta-se que LE COADIC (1996) defende a função das comunidades científicas de realizar a comunicação científica entre os pares, com o objetivo de garantir a troca de informações científicas, recorrendo aos seus próprios e característicos meios de comunicação.

A tradicional subdivisão da comunicação científica em informal e formal, não implica necessariamente isolamento de ambas as modalidades. Estes segmentos não são estanques, suas relações formam uma espécie de rede na qual fluem cientistas e os produtos de seus trabalhos em constante interação.

Entretanto, os sistemas de comunicação formal e informal apresentam objetivos diferenciados, no que tange à operacionalização das pesquisas, sendo ambos indispensáveis à comunicação da produção científica, mas usados em momentos e cronologias diferenciados.

No que se refere aos sistemas de comunicação informal, CHRISTOVÃO (1979) assegura que são os contatos interpessoais, telefonemas, cartas, visitas interinstitucionais, reuniões científicas (desde congressos internacionais até pequenas reuniões de grupos locais) etc. Conforme MEADOWS (1999), este tipo de

comunicação tem crescido muito nas últimas décadas devido a sua “*maior velocidade*”, requisito fundamental para a ciência moderna. Ao comparar o tempo com que uma carta atinge seu objetivo e a publicação de resultados de pesquisas é possível visualizar esta realidade. Além do fato de que são informações trocadas entre pessoas com interesses comuns. Assim, os grupos de mesmo interesse estarão refletindo sobre o mesmo problema na busca de soluções. Neste estágio a informação ainda não passou por processos de “*filtragens*”, pois este só acontece na medida em que a informação flui da escala da comunicação informal para a formal. Por isso, as comunicações em congressos preservam características informais na sua forma de apresentação oral e nos debates e, simultaneamente, guardam características formais quando divulgados sob forma de cópias ou anais, ou seja, quando submetidos a processos de “*filtragens*”.

MEADOWS (1999) discorre sobre as principais características dos canais informais de comunicação científica, a saber: público restrito; informação não armazenada e não recuperável; informação recente; o produtor direciona o fluxo da informação selecionada; às vezes apresenta acentuada redundância; não há avaliação prévia e o *feedback* é significativo para o autor.

Quanto aos sistemas formais de comunicação, autores como ARAÚJO (1979); GARVEY (1979) e outros asseguram que a comunicação formal é lenta, embora esteja na dependência da área e especialidade em questão. Concretiza-se através de diversos meios de comunicação escrita, com destaque para livros, periódicos, obras de referência em geral, relatórios técnicos, revisões de literaturas e outros. Para LE COADIC (1996), compreende, principalmente, as publicações primárias, ou seja, aquelas apresentadas pela primeira vez ao público, informando os resultados de uma pesquisa, bem como as publicações secundárias e terciárias, as quais são dependentes das primárias, já que as resumem e as indexam.

---

RAMOS (1994) afirma que nos sistemas de comunicação formal, o meio de comunicação científica mais característico é o artigo de periódico, o qual publica os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos cientistas. Sua formatação geral mantém-se quase inalterada, nos últimos três séculos. Os artigos apresentam

características significativas que retratam a forma de trabalho de determinada comunidade científica, além de outras características da mesma.

Conforme ZIMAN (1979), a literatura científica possui três características fundamentais, que são: a) *fragmentária* – em decorrência da veiculação de artigos em periódicos que são, geralmente, fragmentos de trabalhos científicos ainda em andamento; b) *derivativa* – devido se apoiar em trabalhos realizados anteriormente, o que é constatado pelas referências e citações e c) *editada* – avaliada pelos *referees* (avaliadores). Assim, para esse autor, as características dos canais formais de comunicação refletem-se diretamente na estrutura intrínseca de seu veículo de comunicação mais utilizado, no caso, o periódico.

### 3.1.2 Comunicação eletrônica

Diante dos significativos avanços da ciência e da tecnologia em todos os setores da sociedade, é importante ressaltar os reflexos de tais avanços no âmbito da ciência da informação, destacando-se aspectos positivos como também negativos desse tipo de comunicação para crescimento da produção científica na sociedade contemporânea. Assim, questões relacionadas às novas tecnologias de comunicação de informação científica são abordadas aqui.

Considerando-se palavras textuais de MOURA (1998, p. 105-106), este assegura que:

*“... Hoje, o acesso à informação tornou-se condição ‘sine qua non’ para sobrevivência nas sociedades de capitalismo avançado e periférico. Isto se deve sobretudo à noção de simultaneidade e interatividade no acesso à informação que, em termos globais, foi fixada pelas tecnologias.... vê-se, por exemplo, que em alternativa aos endereços territoriais, têm surgido os endereços eletrônicos, cuja referência básica diz respeito às posições geográficas de equipamentos informáticos. Neste contexto é possível não ser proprietário de um espaço territorial e, ao mesmo tempo, possuir uma identidade eletrônica, que dá a possibilidade de ir e vir no ‘ciberespaço’. Neste espaço virtual é possível aprender, comunicar e produzir coisas, eventos e idéias, independente de espaços físicos e temporalidades reais “.*

MEADOWS (1999) faz uma análise da passagem da comunicação tradicional para a comunicação informatizada e assegura que tal fenômeno pode afetar de forma diferenciada as comunidades de pesquisadores.

*“...Um número crescente de temas de pesquisa não pode mais ser investigado de modo adequado sem o emprego da tecnologia da informação. Parte do motivo disso está em que simplesmente há uma quantidade excessiva de informações em circulação para que se possa processá-la de outra forma. Os dados coletados por satélites, por exemplo, chegam em enormes quantidades todos os dias e só podem ser assimilados com recursos tecnológicos adequados”. (MEADOWS, 1999, p.112)*

O autor mostra as vantagens para a ciência com a mudança para a comunicação eletrônica, principalmente no que tange à velocidade de divulgação e resposta. Em geral, a natureza do processamento tende a favorecer um estilo de comunicação mais informal e flexível que os processamentos impressos, o que, talvez, se mostre mais apropriado aos pesquisadores de áreas mais "flexíveis".

Outro aspecto amplamente reconhecido na comunicação eletrônica é a relação entre distintos níveis de usuários, que assegura a tendência de reduzir as diferenças. Assim, (MEADOWS, 1999, p.113) afirma que:

*“... Em geral é difícil na troca de informações eletrônicas, detectar qual é o status da pessoa que está na outra ponta da linha. Em termos de aceitação, isso pode significar que estudantes de doutorados ou pesquisadores iniciantes têm mais chance de se dirigir em igualdade de condições ao pessoal mais experiente do que se estivesse utilizando modos tradicionais de comunicação”.*

Tal constatação evidencia a possibilidade de democratização da informação científica, uma vez que não somente os membros da comunidade científica podem ter acesso as descobertas mais recentes, mas todos que quiserem buscá-la.

### 3.1.3 Tipologia das fontes de informação

CAMPELLO (1993) classifica as fontes de informação baseadas no papel da informação contida nos diversos tipos de documentos, quais sejam: fontes primárias; fontes secundárias e fontes terciárias. Ressalta-se, entretanto, que cada fonte de informação tem função específica conforme a fase do desenvolvimento da pesquisa.

São consideradas *fontes primárias* aquelas que contêm informações originais ou mesmo novas interpretações de fatos ou idéias já conhecidas, e podem apresentar-se nas formas de artigos de periódicos, relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, literatura comercial, normas técnicas e outros. As *fontes secundárias* possuem a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias, pois este tipo de fonte possui a informação filtrada e organizada conforme arranjo definido, dependendo do objetivo da obra. São exemplos desse tipo de fonte as enciclopédias, dicionários, manuais, livros textos e anuários. E, finalmente, segundo a autora, as *fontes terciárias* são aquelas que apresentam o objetivo de guiar o usuário da informação para as fontes primárias e secundárias, por exemplo, as bibliografias, os periódicos de indexação e resumo, os catálogos coletivos, os guias de literatura, os diretórios etc.

DIAS (1998) assegura que, atualmente, são considerados válidos e, portanto, utilizados todos os tipos de registros de informação dentro da literatura científica e cita as diversas formas de documentos que podem ser encontrados, como o artigo de periódico, trabalhos ou resumos apresentados em congressos, livro, folheto, relatório e outros. E confirma, conforme dito antes, que o artigo de periódico é a forma mais utilizada pelos pesquisadores para divulgar suas pesquisas, isto porque o periódico oferece maior credibilidade e sua publicação é mais rápida comparada a outras.



Quanto ao tipo de suporte físico, o autor relata os três tipos mais utilizados atualmente, a saber: o papel, a microforma e o meio eletrônico (magnético ou ótico).

Diante do exposto, conclui-se que as fontes de informação têm finalidade de materializar a informação a ser transmitida, o que pode ser feito de diversas formas, dependendo do tipo de informação a ser veiculada, bem como do contexto em que se encontra o pesquisador. Assim, os tipos de fontes de informação devem ser complementares, considerado-se que o pesquisador deve recorrer a todos os meios para divulgar os resultados de suas pesquisas. Por isso, as diversas fontes existentes são válidas para realização do processo de comunicação científica.

Cumprido, entretanto, ressaltar que em algumas áreas do conhecimento, as formas convencionais de comunicação não são suficientes para atender as peculiaridades específicas do conhecimento a ser comunicado. Campos disciplinares como as artes plásticas, educação física, música e outras, pela natureza de seus produtos de pesquisas, necessitam de outros espaços para divulgação de conhecimento, dentre estes, as exposições, apresentações coreográficas e teatrais, concertos musicais, atividades estas, que se constituem como produtos de trabalhos sistemáticos de pesquisas e criação original.

## 3.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O capítulo anterior faz referência à importância da comunicação científica para a evolução da ciência através da divulgação de conhecimentos científicos inovadores entre os pares de determinada comunidade científica e sociedade em geral. Em se tratando da produção científica, esta se insere no contexto da comunicação científica, a partir do momento que informa sobre resultados de pesquisas em determinadas áreas científicas.

Diversos autores, como PARSONSON (1993) e KNUDSEN (1995) questionam, com frequência, as reais contribuições da produção científica das universidades para a ciência, argumentando que, face à forte pressão exercida sobre professores e estudantes universitários no sentido de incrementarem sua produção técnico-científica, com vistas a melhorias salariais e progressões funcionais, há comprometimento da qualidade dessa produção. Alertam que há, no meio acadêmico, a tendência de negligenciar as atividades de ensino, extensão e pesquisa científica, no sentido restrito do termo, para incrementar a pesquisa produtora de papéis, em que a quantidade assume prioridade sobre a qualidade. Sob a mesma perspectiva, VALIO (1992) assegura que a necessidade de se produzir e publicar rapidamente resultados de pesquisa tem causado uma massificação de pouca contribuição para o conhecimento científico. Essa massificação de dados não aumenta em nada o conhecimento científico inovador. SILVA (1997) também acredita que as pesquisas e publicações realizadas atualmente pelos professores universitários não passam de respostas burocráticas às pressões das instituições de avaliações acadêmicas, o que, certamente, compromete a qualidade do desempenho global do corpo docente das instituições de ensino superior. Contudo, este autor não nega a importância das atividades de pesquisa e publicação para o ambiente universitário, mas defende que se questione a relevância e contribuição dos resultados dessas pesquisas e estudos para os diversos campos do conhecimento científico, como também para a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela universidade à sociedade em geral.

Por outro lado, BOTH (1998, p.42) defende a idéia de que a qualidade das atividades acadêmicas é requisito indispensável para a sobrevivência das instituições de ensino superior e afirma que:

*“... a qualidade não ocorre quando se é razoável, apenas, mas quando se dá tudo de si, sempre. A qualidade não pode ser gratuita, mas certamente custa muito menos que a não-qualidade. A não-qualidade pode, até mesmo, ser encarada como perda de tempo, de recursos, de esperança e de paciência. A qualidade tem grandes possibilidades de ocorrer quando há efetiva adequação entre o fazer e a utilidade conseqüente que daí decorre. A qualidade necessita ser plena, permanente e progressiva”.*

Já autores como MEADOWS (1999) defendem a idéia de que a produção científica deve existir, independente de estar sendo realizada para atender exigências institucionais ou não, e que todo estudo ou pesquisa possui seu valor para a sociedade. Sendo assim, é dever de professores e estudantes universitários produzir ciência para a melhoria das condições de vida da população em geral. Nesta esfera de discussão, CALDEIRA (1979, p. 434) afirma:

*“A produção científica de uma comunidade mostra o desenvolvimento que uma área do conhecimento alcançou em um determinado período. Para melhor se visualizar esse desenvolvimento há que se usar certas técnicas e parâmetros que indicam essa evolução”.*

Segundo MEADOWS (1974,1999), há relação direta entre o crescimento científico e o crescimento econômico das nações, e acrescenta que os países que mais produzem C&T são os que mais avançam no processo desenvolvimentista global. O sistema de construção dos conhecimentos encontra-se, hoje, integrado ao desenvolvimento econômico e social das nações, ou seja, quem mais produz ciência produz também mais riquezas.

---

TARGINO (1998) reitera a assertiva acima e afirma que nenhuma nação pode esquivar-se cultural e politicamente dessa nova revolução. A solução imediata para esses países é priorizar, como projeto político, pesquisas em ciência e tecnologia, o que implica investimentos para sua operacionalização, propiciando desenvolvimento econômico, industrial e social.

No aspecto quantitativo, a ciência contemporânea apresenta índices bastante satisfatórios. Conforme MEADOWS (1999), enquanto a população mundial dobra a cada 50 anos, o número de cientistas duplica a cada 10 anos. Frente a essa evolução acelerada da ciência neste século, encontram-se vivos 80 a 90% de todos os cientistas que já existiram e existem na história da humanidade. Contudo, em termos qualitativos, tal avanço difere conforme as áreas e subáreas, regiões, época, prioridades adotadas pelos governos em determinados momentos históricos, maior ou menor ênfase à teoria ou à experimentação etc. Isto significa que o fato de países produzirem a mesma quantidade de material científico (artigos, livros, periódicos e outros) não significa que estejam no mesmo nível de desenvolvimento científico e tecnológico.

### 3.2.1 Produção e comunicação científica na Universidade

Segundo SILVA (1998), o aumento do número de pesquisas científicas é extremamente favorável para o desenvolvimento de uma área do conhecimento. Mais do que isso, o crescimento das pesquisas possibilita a ampliação das alternativas de solução para os problemas enfrentados pelo homem, como sujeito histórico, vivendo, por isso, as dificuldades próprias do seu tempo e em condições sociais que marcam e determinam dialeticamente a sua existência. Um importante passo para que a pesquisa cumpra esse importante papel social é, com certeza, socializá-la.

Torna-se, então, necessário instituir no âmbito da universidade a articulação da pesquisa, uma vez que a partir dela pode se oferecer um ensino mais bem fundamentado e, conseqüentemente, prestar serviços de maior qualidade à comunidade.

NEVES *et al.* (1997) comentam que a universidade apresenta-se como instituição que se legitima perante a sociedade devido à sua função social de produção e socialização de conhecimentos e como promotora da formação de

agentes capazes de realizar essa mesma função em todas as instituições que possuem objetivo similar.

Os conhecimentos produzidos e vinculados à universidade, assim como todo conhecimento, orientam-se por determinados interesses. Neste sentido, categorizam-se os processos de produção de conhecimento, vinculando-os aos diferentes interesses norteadores dos conhecimentos gerados, reafirmando o pressuposto de existir sempre uma intencionalidade que conduz cada ação, NEVES *et al.* (1997, p.101-102) asseguram que:

*“Quando passamos então a esclarecer e destacar as funções da universidade, enquanto instituição comprometida com ‘gerar o saber’, percebemos que este compromisso vai além da simples produção. Passa pela perspectiva de expandir as fronteiras da ciência, da arte, da cultura, e vai além, encaminhando soluções para os problemas sociais. Compromete-se assim à ‘gerar um saber’, pautado por vezes na manutenção, por outras na inovação, onde a ruptura e a transformação são pressupostos básicos na sua relação com a sociedade. Para tanto, é necessária a construção de novas relações entre a universidade e a sociedade, não mais baseada no distanciamento, mas fundada no compromisso social da instituição e do saber ali gerado”.*

SEVERINO (1998) acredita que o professor necessita da prática da pesquisa para ensinar eficazmente. O aluno precisa dela para aprender eficaz e significativamente. A comunidade precisa da pesquisa para poder dispor de produtos de conhecimento. A universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação, evitando, dessa forma, a utilização de conhecimentos “*empacotados*” que tendem a fomentar influências assistemáticas manipulatórios e ideologizante.

Segundo NUNES (2000), o Brasil apresenta pequena dotação orçamentária destinada à C&T, cerca de 0,76% do PIB nacional. Considerando-se a insuficiência de recursos e desigualdades regionais, a condução de pesquisas básicas, tecnológicas e patentes mostram-se pouco inovadoras. Contudo, as universidades públicas desenvolvem 92% das pesquisas no País.

WITTER (1996) acrescenta que o pesquisador atua dentro de uma instituição pela qual é afetado por suas variáveis, mas dentro desse ambiente, encontra consumidores especiais, os seus pares, que formam um colégio invisível no ambiente universitário e fora dele. Por outro lado, no que tange à questão, muitas

vezes, não se sabe o que o colega da sala ao lado está pesquisando; não há suficiente intercomunicação entre pesquisadores de uma mesma instituição. Mesmo em nível de mestrado e doutorado, a comunicação é insuficiente, sendo que este ambiente de troca de informações deve ser uma cultura construída dentro das universidades. Para a autora, deve-se formar, dentro das universidades, o produtor-aluno e o consumidor-aluno de informação científica. No entanto, muitas vezes, limita-se a repassar informações e este não é o papel do professor universitário; como qualquer profissional, tem que ser produtor e, como tal, ser consumidor da informação.

Outro aspecto a ser considerado, segundo a autora, diz respeito às condições materiais e financeiras, as quais dependem da área ou disciplina em que se trabalha, das agências financiadoras internas e externas e da política de distribuição de verbas do País e da instituição. Em várias instituições brasileiras, já existem fundos de pesquisas. Mas, nem todas as universidades brasileiras possuem verbas destinadas especificamente para pesquisa. É notório, desde 1930, que as chamadas ciências pesadas têm sempre mais recursos, não só nas agências financiadoras como nas próprias instituições, até porque, politicamente, acabam tendo mais força nos vários estamentos de tomada de decisão. Conforme WITTER (1996), quando se pensa em instituição, pensa-se na universidade e também em cada unidade, em cada departamento e em cada indivíduo. Cada um de nós tem que ter um plano estratégico definido. O grupo de pessoas que se reúne no departamento deve definir uma política departamental para a formação do seu pesquisador, atualização do seu produtor e método de pesquisa, de modo a garantir a criação de conhecimentos nas áreas de sua competência. Todo departamento, mantendo ou não pós-graduação, deve definir linhas de pesquisas, para que os professores pesquisem e se encaixem nessas linhas. Se cada um trabalhar isoladamente, nem em vinte anos se terá massa crítica capaz de reunir professores para formar uma linha de pesquisa. A autora supra-enunciada ressalta que a carreira profissional do professor universitário está vinculada à produção do conhecimento de bom nível e acrescenta que:

*“As pesquisas no Brasil e no exterior mostram que quando há um curso de pós-graduação há o efeito cascata: esta estimula a graduação a produzir, mas*

*nem sempre isso ocorre, porque há um distanciamento entre os dois lados”.*  
(WITTER,1996, p.22)

Em suma, as universidades devem apresentar estratégias de valorização da pesquisa. E de fato, argumenta WITTER (1996), algumas delas oferecem incentivos, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que oferece remuneração extra para o professor que mais produzir pesquisa por ano, além de promoção e aumento de salário correspondente à produção científica. Há muitas estratégias usadas no exterior, adaptáveis à realidade nacional. Por outro lado, a produção científica depende muito da curiosidade do pesquisador e da sua capacidade de passar da idéia para a ação.

### 3.2.2 Produção científica em educação física

FARINATTI (1992), ao analisar a literatura brasileira em educação física, revela atraso em muitos aspectos no seu processo evolutivo. Assegura que grande parte dos textos que se propõe a questionar a educação física, preocupa-se em contrapor correntes e subáreas de atuação de cunho positivista existentes, digladiando-se numa discussão pouco frutífera. Comprometidos com discurso mais panfletário e sem consistência teórica, alguns autores brasileiros apresentam-se estacionários e limitam-se a repetir chavões e a analisar exaustivamente trabalhos realizados por outros autores.

LABORINHA (1991), por sua vez, relata a evolução histórica da produção científica em educação física no Brasil e assegura que a literatura orientada a partir da República Velha é composta por publicações de cunho higienista, retratadas através de manuais de ginásticas (alemã e sueca), manuais de pequenos e grandes jogos, temas ligados à área da educação física militar (esgrima, tiro, lutas etc.), bem como publicações que estabeleciam o liame das atividades físicas com a área médica.

A partir da década de 30, até o fim do Estado Novo (1945), a influência militarista sofre sua maior força no campo da educação física. As publicações da

área deixam transparecer essa influência, claramente, em diversas obras. As publicações que se seguem, mesmo não abandonando a ênfase dada à consecução da saúde e higiene, através dos exercícios físicos, enfatizam no momento a melhoria e o aperfeiçoamento da raça brasileira, atribuindo à educação física a função de eugenia. No ano de 1932, é publicada a primeira revista de educação física do exército, a qual se incumbe, seriamente, de propagar tal conceito, através de seus editoriais. Neste sentido, BETTI (1987) comenta as concepções adotadas pelas produções literárias desse período, em que a educação física aparece como instrumento de consolidação da supremacia da raça brasileira, melhorada em seu potencial físico, juntamente com um sentido de justaposição social, de forma a defender a nação.

As demais obras desse período referem-se a esportes, ginásticas e jogos, começando a aparecer publicações sobre ginástica feminina, além de muitos trabalhos direcionados a medidas antropométricas, à biotipologia e a assuntos de cunho anatômico e fisiológico.

Segundo LABORINHA (1991), entre 1945 e 1964, os estudos em educação física voltam-se para a área da técnica e do esporte. As publicações brasileiras dedicadas à educação física publicam, exaustivamente, artigos sobre a organização dos desportos e da educação física nos países desenvolvidos, sendo que o modelo norte-americano é o mais interessante para a intelectualidade universitária, vinculada às escolas de educação física no período.

GHIRALDELLI (1988) confirma a ênfase dada à saúde física e mental pelo modelo norte-americano, como também a atenção especial dada ao desenvolvimento das habilidades físicas, da formação do caráter e da prática desportiva com o objetivo de desenvolver o controle emocional e a qualidade de comando e liderança, além de um aproveitamento de maneira saudável do tempo de ócio do indivíduo.

De acordo com esse autor, a tecnização atinge seu apogeu com publicações de periódicos de educação física nos anos 60 e 70, aparentemente neutra no aspecto científico, casa-se perfeitamente com os interesses da educação física competitivista



representada pelo militarismo presentes na área. Sendo que a produção científica em educação física neste período volta-se para temas que atendem aos interesses e ideologia das classes dominantes. Contudo, nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, começam a surgir os primeiros sinais de resistência ao positivismo, representados pelo tecnicismo presente no campo da educação física. Em contrapartida, observam-se alguns sinais de mudanças através de trabalhos que procuram abordar discussões sob a perspectiva de uma educação física em processo de transformação, propondo de maneira tímida, caminhos pelos quais possa revestir-se de identidade própria. Esforços são concentrados pelos autores da área que permitem revelar a situação atual da educação física dentro do contexto brasileiro, além de tentarem elevar os condicionamentos que têm impedido essa área de estudo de desenvolver uma consciência crítica acerca de sua ação prática. Os trabalhos produzidos priorizam, principalmente, temas relacionados com a formação do professor, prática da educação física nos sistemas formais e não formais de ensino, análise de documentos oficiais que regem a prática da educação física em nível nacional, atualização do desporto como meio de desportização social etc.

LABORINHA (1991) conclui, então, que a grande maioria dos trabalhos produzidos é constituída de dissertações de mestrado e teses de doutorado, configurando-se estas produções como o fio condutor de uma série de questionamentos sobre o ensino e a pesquisa científica em educação física no Brasil.

GONÇALVES; VIEIRA (1989), por sua vez, afirmam que, nas universidades onde a educação física normalmente esteve vinculada ao setor biomédico, ela se apresentava como concorrente direta das áreas da saúde. Por isso, até o ano de 1970, praticamente não há incentivos à pesquisa em educação física e desportos no Brasil. Neste período, a pesquisa depende exclusivamente da fonte orçamentária das próprias unidades. Contudo, inicia-se, a partir de então, a produção científica dos mestrados, com o apoio de agentes financiadores importantes, como a loteria esportiva e o estímulo da reforma universitária, promovendo o desenvolvimento das pesquisas em educação física e conseqüentemente o aumento da sua produção científica.

### 3.3 AVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Não é recente a necessidade do homem avaliar os resultados de seus feitos. Considerando-se a intensificação do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo contemporâneo, intensifica-se a necessidade de sistemas de avaliação mais eficientes para este fim. No que se refere às atividades de ensino, pesquisa e demais atividades acadêmicas, é de fundamental importância a utilização da avaliação para continuidade, redirecionamento e até mesmo substituição da pesquisa em andamento, conforme os resultados do processo avaliativo empregado.

Avaliar algo implica atribuir valor, o que pode estar relacionado tanto a aspectos qualitativos como quantitativos de determinada área. No entanto, tal julgamento só é possível, quando uma comunidade compartilha os mesmos conhecimentos, conceitos e possuem os mesmos parâmetros sobre algum tema. BIELSCHOWSKI (1996, p.32) defende o conceito de avaliação como:

*“Um processo pelo qual avaliadores e interessados juntos e em colaboração criam uma construção consensual de valor a respeito de algum tema. Tal construção está sujeita à contínua reconstrução, incluindo refinamento, revisão e, se necessário, substituição”.*

Por isso, o processo avaliativo necessita de um paradigma orientador de seus caminhos, ou seja, algo aceito e compartilhado pelos pares de determinado campo de conhecimento e utilizado para dar continuidade ao processo evolutivo da ciência. Sendo a evolução uma característica essencial da ciência, reestruturar conceitos, desfazer e inserir outros, gerando um novo paradigma em algum tema, são metas atingidas somente através da avaliação.

BIELSCHOWSKI (1996) afirma que a finalidade básica da avaliação consiste em estimular a flexibilidade e a adaptação por um lado e, ao mesmo tempo, desafiar e provocar as transformações, principalmente, em programas, instituições ou indivíduos que resistem ao crescimento.

Desta forma, o papel da avaliação é fornecer respostas às questões provenientes essencialmente de três grupos de interessados que são: os responsáveis

em decidir sobre o foco em questão (programa, curso de ação, instituição ou outro); os que, de fora da instituição ou desse objeto, influem direta ou indiretamente na formulação de políticas relacionadas ao foco de atenção e aqueles que formam o corpo da instituição ou do programa e que vivem e dinamizam seu cotidiano. Com isso, são das indagações dos interessados e do tipo de questões formuladas, que as abordagens para as respostas mais apropriadas a cada caso são desenvolvidas de forma a atender os objetivos de cada programa, instituição ou curso.

O momento atual é marcado por grande crise social e econômica, pela convulsão de valores éticos e morais, ao instante em que ocorre uma preocupação também com a reconstrução de uma sociedade mais justa, tornando imprescindível adotar uma postura sensível e crítica, sobretudo de comprometimento sério com soluções que conduzam a um aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos. Portanto, devem ser estes os propósitos da avaliação.

Entende-se que a avaliação é caracterizada como uma ação orientadora de caminhos, os quais os órgãos responsáveis por ela devem seguir e que estimula seus participantes a segui-los, gerando e preservando tal procedimento.

### 3.3.1 Experiências de avaliação nas universidades brasileiras

MAAR (1997) afirma que, durante a década de 70, intensificou-se o processo de desenvolvimento dos sistemas de universidades federais no Brasil. Estas IFES, instaladas paradoxalmente no período da ditadura militar, passaram a ser reconhecidas, até pelo próprio governo, a partir dos anos 80 pela excelente participação brasileira na produção científica mundial, que avançou de 0,3% para 0,7% durante esta década, índice de desenvolvimento considerado satisfatório. Na visão do autor:

---

*“... Se existe um espaço institucional crítico que temos que tentar preservar para sairmos dessa política de miséria, chamada 'neo-liberal' (na verdade é uma política autoritária, conservadora e reacionária), este espaço é da universidade que foi sofridamente construído. Ele é o resultado do movimento social, aquilo que a ditadura levou como sistema instalado até a década de 70 e nos anos oitenta foi permeado pela participação social do Brasil”. (MAAR, 1997, p.18)*

Porém, a necessidade de avaliação da educação superior no Brasil não é recente, considerando-se que tem se apresentado como resposta ao compromisso político e social de seus proponentes, ou ainda, como resultado de uma preocupação tecnocrática do governo. DIAS SOBRINHO (1998, p. 57) afirma que o interesse pela avaliação institucional:

*“... não se deve somente a seu potencial de transformação qualitativa, de melhoramento pedagógico e de maior eficácia de gestão, como geralmente espera a comunidade acadêmica, mas também e com crescente impacto ela se impõe em função das exigências de regulação e de controle da educação superior por parte dos estados”.*

BELLONI (1989) assegura que as mudanças ocorridas no ensino superior decorrem de processos de avaliação promovidos pelo segmento tecnocrático e não de resultados de avaliação com propósitos de maior envolvimento no processo de redefinição das funções política e social da universidade. Na realidade, em se tratando das razões da avaliação nas universidades brasileiras, esta decorre tanto de uma necessidade estrutural quanto de uma necessidade conjuntural. Assim, a referida autora discorre sobre a necessidade estrutural e conjuntural, assegurando que a primeira decorre do caráter público da instituição de educação superior, quando prioriza o desenvolvimento da ciência, da arte e da cultura, além da formação de cidadãos e de profissionais qualificados através da produção e disseminação de conhecimento, contribuindo, portanto, para a solução de problemas sociais. Sob tal perspectiva, o caráter público da universidade requer avaliação constante, para que os recursos humanos e financeiros sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, frente às suas funções, tanto científicas quanto sociais.

Quanto à necessidade conjuntural de avaliação das instituições da educação superior, BELLONI (1989) diz ser esta decorrente da retomada da função política e científica das instituições acadêmicas, especialmente num momento de profundas transformações sociais e políticas. Diante da necessidade de reformular seu projeto institucional, a universidade brasileira depende de três fontes distintas, a saber: o conjunto de objetivos, finalidades e práticas acerca do papel da instituição em suas

atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo isto o que se denomina de política institucional; as diversas perspectivas sobre estes mesmos papéis, compartilhados e vivenciados por todos os segmentos dentro da instituição e, por último, a interação entre a instituição com as instâncias externas, seja em nível de Estado, seja em nível da sociedade como um todo.

A universidade possui a função de associar a competência com a democracia, gerando, a partir de então, uma forma de desenvolver a produção científica e a discussão cultural e artística. Contudo, a universidade, hoje, sofre uma política de atrelamento internacional ao mercado global, assumindo papel subalterno, em que não há espaço para a produção autônoma de ciência, tecnologia, cultura e arte.

MAAR (1997) alerta para os problemas desta política de inserção subalterna de apenas se consumir o conhecimento no ambiente universitário, sem espaço para a produção de conhecimento científico. O governo brasileiro opta pelo investimento em capital “*morto*”, ou seja, conhecimento que não produz outros conhecimentos inovadores, através do incentivo e financiamento do ensino privado infantil, médio e superior, atribuindo a estes a falsa imagem de competentes. Diante disto, é necessário que o próprio governo promova constantes avaliações nas universidades. O autor chama a atenção para o fato de que as empresas brasileiras estão falindo, enquanto a universidade continua sobrevivendo, embora mal, o que se justifica pelo fato de a universidade pública desenvolver 95% das pesquisas brasileiras. Aliás, esta é a função social da universidade pública, produzir pesquisas e pesquisadores, gerar cultura, produzir livros didáticos para o ensino médio e superior, formar os professores, bem como os demais profissionais de que necessita a sociedade.

Para corroborar com a assertiva acima, segundo matéria da revista informativa *Veja*, CRUZ (1998) assegura que o advento da terceira aplicação do Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido publicamente como “*provão*” realizado pelo MEC mostra um ensino superior deficiente e insatisfatório, a partir da avaliação de 582 das 1.030 instituições de ensino superior do País, o que corresponde a 42% dos alunos que receberam seus diplomas até o final do semestre de 1998. Constata-se que, na média, os alunos das universidades públicas federais

apresentam maiores notas nos testes, talvez, como decorrência da maior concentração de mestres e doutores. O avesso desse retrato, de acordo com resultados em discussão, reflete-se nas universidades particulares, que possuem poucos mestres e doutores. Assim, o MEC acredita na validade do exame para retratar a realidade de cada curso e de cada faculdade. Contudo, é necessário um questionamento sobre a real validade dos critérios adotados para realização de tal exame e até que ponto estes resultados podem fornecer dados efetivos para uma tomada de decisão no sentido de melhorar este quadro.

Em se tratando de sistemas de avaliação nas universidades, diante da forte pressão exercida pelos órgãos responsáveis pela avaliação institucional, SILVA (1997) afirma que se tem conduzido a produção de ciência em ritmo “*acelerado*”, priorizando-se, geralmente, a quantidade em detrimento da qualidade e da relevância. Por isso, não se pode negar o valor da avaliação constante nas universidades em sua dimensão global, especialmente no referente ao ensino, extensão, pesquisa e produção. Entretanto, os processos de avaliação dessa natureza devem ser utilizados com bastante cuidado, pois, diante da possibilidade de uma avaliação inadequada, será estimulada a perpetuação de uma indesejável mediocridade acadêmica.

Prosseguindo, SILVA (1997, p. 28) ressalta as dificuldades que envolvem a avaliação no âmbito das universidades, assegurando:

*“Este é um dos mais complicados temas que as universidades em geral têm tido que enfrentar. O problema é que, muitas vezes, a busca de soluções realmente inovadoras para velhos hábitos sempre enfrenta resistência e demanda árduo investimento de tempo e trabalho. Por isso, com freqüência, acaba-se optando por soluções artificiais ou superficiais, o que pode resultar em conseqüências mais danosas do que profícuas, lembrado a velha parábola do remendo novo em roupa velha”.*

WITTER (1996), por sua vez, chama a atenção para a existência, em algumas universidades e empresas, de sistemas de avaliação claramente estabelecidos como forma eficaz de apreciação da produção interna. Por isso, esclarece que é essencial publicar trabalhos científicos, como forma de garantir a avaliação dos pares. Mas, a

universidade que se pretende avaliar deve considerar as condições oferecidas por ela para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Neste momento, observa-se que quanto mais atuante e produtivo for o ambiente científico, mais rigoroso e sério torna-se o processo avaliativo. Assim, nos países desenvolvidos, a ciência se consolida, essencialmente, num sistema de apreciação de propostas, instituições, grupos de pesquisas, cursos etc., ou seja, a maioria dos financiamentos vincula-se a sistemas avaliativos realizados para este fim.

Para melhor compreensão da relação entre avaliação e financiamento, CASTRO (1986) discorre sobre as origens dessa parceria, quando, a partir da década de 60, os recursos destinados à C&T tornam-se escassos e os mecanismos de avaliação passam a florescer. Com isso, o início da avaliação de forma sistemática ocorre no período pós-guerra, com o financiamento de pesquisas e de projetos contratados por agências públicas, ou seja, o sistema de avaliação com propósito de financiamento de pesquisas apresenta suas origens no militarismo, mais precisamente, a partir do *Office for Naval Research* norte-americano.

Dessa forma, SILVA (1997) questiona a situação da universidade pública brasileira e o problema do financiamento de suas atividades, pois, os modelos clássicos de financiamento sempre cumpriram uma importante função no passado, sendo, muitas vezes, a única alternativa cabível. É interessante saber, no entanto, se na sociedade contemporânea ainda é válida esta estratégia ou se deixou de ser a solução mais indicada.

Sabe-se da tendência atual em se consolidar uma ligação estreita e indissolúvel entre o ensino e a pesquisa por meio da publicação dos resultados desta. Daí a crença de que o fator de maior legitimação da existência das universidades, e que pretende lhe assegurar relativa autonomia, é o processo de promoção, de forma sistemática e generalizada do avanço do conhecimento científico, condição seriamente comprometida sem as atividades de pesquisa e publicação.

Segundo CASTRO (1986), no processo de avaliação da ciência, detectam-se no momento atual, duas grandes tendências. A primeira, mais utilizada, é a avaliação pelos pares, que encontra sua força na reputação adquirida pelo avaliado. A segunda provém de critérios quantitativos, desembocando na bibliometria e cientometria, que nada mais são do que técnicas quantitativas que possibilitam desenvolver estudos mais completos e rigorosos. Por isso, encontram-se embasadas no reaproveitamento de avaliações realizadas para o cumprimento de outros objetivos e a técnica quantitativa para o tratamento desta. A bibliometria apresenta a vantagem de diluir tais elementos de julgamento, onde estes elementos quantitativos constituem o somatório de vários processos de avaliação feitos por diversas pessoas. Fundamenta-se no fato de que toda produção científica é comunicada sob a forma de escrita. Ao se monitorar a ciência quando, da sua publicação, tem-se uma imagem bastante real do seu fluxo. Diante disso, há estudiosos da área que acreditam na combinação das duas vertentes.

A avaliação pelos pares (*peer review*) encontra-se apoiada no conhecimento acumulado por aqueles que atuam na área, considerados agentes em condições privilegiadas para realizarem julgamentos de pesquisas e instituições no seu campo de conhecimento. Trata-se de um método simples, barato, confiável e satisfatório, na maioria das situações. Os cientistas ao julgarem seus colegas de maneira consciente, adquirem prestígio e reconhecimento pelo trabalho bem realizado. Contudo, não estão descartadas as possibilidades de julgamentos com tendências discriminatórias e de favoritismo, ou seja, realização de avaliações desprovidas de lisura. Dentro dessa perspectiva, NEILL (1988) defende que a revisão por especialistas no assunto é vista como o critério mais forte para a avaliação da qualidade da informação científica, principalmente, no caso específico do artigo científico, mesmo havendo alegadas limitações da revisão por especialistas como critério consistente de avaliação da qualidade da produção científica.

Frente a essas dificuldades, buscam-se alternativas de avaliação da produção científica, menos subjetivas e imediatas, partindo-se para métodos como o julgamento quantitativo de itens já avaliados qualitativamente. Em outras palavras,



é possível julgar superior uma instituição que possui maior número de pesquisadores atuantes e/ou maior número de publicações importantes divulgadas, se comparada à outra instituição.

Do ponto de vista institucional ou suprainstitucional, a avaliação da produção de conhecimento é utilizada de duas formas. Na primeira, como instrumento de hierarquização de propriedades na alocação de recursos humanos e materiais, o que é de grande importância dentro das comunidades científicas de países subdesenvolvidos. E na segunda, a avaliação da produção científica é considerada como importante meio para o estabelecimento e acompanhamento de uma política nacional de ensino e pesquisa, uma vez que permite o diagnóstico das reais potencialidades das instituições acadêmicas.

O grau de institucionalização do processo avaliativo da produção científica está relacionado com aquilo que se está avaliando, ou seja, aos pesquisadores, projetos de pesquisa, programas e cursos e não às condições materiais de infraestrutura das instituições. Sendo assim, o mais recomendável é impor maior formalização às avaliações individuais, seja de pesquisadores, seja de propostas de pesquisas. Quanto às instituições, na maioria dos casos, podem ser avaliadas sem periodicidade definida e/ou formato determinados, além de contar com o apoio de avaliadores selecionados *ad hoc*.

Assim, considerando-se as condições e capacidades de melhorar a produtividade de seus professores e alunos como elementos determinantes do potencial das universidades, é necessário uma tomada de decisão no sentido de aperfeiçoar os serviços prestados pelas instituições de educação superior a partir de um processo avaliativo que envolva tanto o corpo docente e discente como a administração das mesmas.

---

CASTRO (1998), por sua vez, comenta que para os professores, “*puxões de orelha*” produzem efeitos surpreendentemente positivos quando se trata de seus alunos, entretanto, o autor acredita que a lição também serve para os próprios professores e técnico-administrativos, igualmente sensíveis a recompensas e punições. E assegura que as instituições públicas de ensino superior são

experimentos vivos de como os incentivos são eficazes na determinação do comportamento humano. Observa-se, no entanto, que na graduação, ainda há poucos incentivos para prêmios e sanções. No entanto, a pós-graduação de uma mesma universidade é repleta de incentivos àqueles que mais publicam, aos programas que recebem as melhores notas etc., o que, de certa forma, contribui para o crescimento científico e tecnológico do País.

Portanto, o que justifica a avaliação do conhecimento em determinada área, entre outros fatores, é a necessidade de se atribuir a uma pesquisa ou estudo determinado grau de validade, confirmando ou refutando a justificativa para o seu desenvolvimento e apontando caminhos para sua continuidade. A avaliação figura como processo contínuo, aplicado no transcorrer do desenvolvimento do estudo, principalmente, se este integrar um trabalho de pesquisa.

TARGINO (1988) defende que a natureza da produção científica exige condições especiais, resultantes tanto das peculiaridades inerentes à própria atividade intelectual, quanto da forma pela qual o trabalho é percebido pelas estruturas institucionais e organizacionais em que se encontra o autor. Com isto, a avaliação na universidade pode ser visualizada como um instrumento de mudança da cultura universitária, consistindo em intervenções políticas, éticas e pedagógicas, partindo-se da análise apurada da realidade dentro das instituições universitárias. Logo, a avaliação constitui processo de reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional e teleológica. Avaliar compreende, pois, voltar o olhar para si mesmo objetivando analisar a consequência do quanto, do quando, do quê, do como, do porquê, do para quê de suas ações na universidade.

Ao tratar o processo avaliativo no ambiente acadêmico, refletindo sobre as ações daqueles que constituem a própria universidade, CREMA (1996, p.49) afirma que:

---

*"Avaliação pode ser considerada um momento de auto-educação: um pensar sobre si mesmo, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. Ou seja, a avaliação é*

*todo processo que a universidade empreende no sentido de auto-reflexão quanto às suas finalidades, seus processos, seus resultados”.*

Sob tal perspectiva, a avaliação não pode ser vista como ação neutra, haja vista que o ato de avaliar implica firmar valores. Entretanto, há valores julgados pelos pares como de maior importância e necessidade do que outros. Tudo isto corrobora com o indício de que a função da avaliação institucional é de identificar os fatores negativos e positivos que interferem na qualidade dos serviços prestados pelas universidades, fornecer subsídios necessários para a tomada de decisão no sentido de formular ações pedagógicas, administrativas e políticas, conduzir a uma maior eficiência e relevância o sistema como um todo e de cada instituição que o integra e subsidiar formas de credenciamento para garantir que as instituições integrantes do sistema cumpram os requisitos mínimos para nele permanecer.

Diante disso, os resultados da avaliação permitem a formulação de subsídios em dimensões variadas, tais como: a IFES, oferecendo elementos para seu autoconhecimento e subsídios para implementação de ações isoladas ou em função de um novo projeto político-acadêmico; à comunidade científica, oferecendo orientação para suas estratégias de desenvolvimento e de articulação interinstitucional; ao governo, o qual sistematiza informações para a elaboração de políticas de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico; à sociedade, prestando contas dos resultados do dinheiro público investido, traduzidos em profissionais qualificados e em ciência, arte e cultura produzida e compartilhada com a sociedade.

Mesmo assim, o argumento neoliberal de que a classificação estimula a competitividade num *"mercado"* de instituições de educação, com efeitos positivos para a qualidade, não tem encontrado eco na realidade educacional dos países que adotam esta estratégia, o que por si só, justifica as palavras de BELLONI (1998, p.52):

*“... Quando se fala de avaliação institucional e, em particular, da avaliação da educação superior, o centro da questão é a avaliação acadêmica, isto é, do trabalho intelectual. Qualidade e relevância são critérios, em princípio universais, que precisam ser qualificados e referenciados, do ponto de vista*

*social e científico, a partir de valores e necessidades endógenos sem cair em xenofobia e corporativismo. Qualidade e relevância que contemplam espaço para a criatividade e a inovação, para a pluralidade e o dissenso”.*

Complementado a assertiva acima, SOBREIRA (1999) comenta que as universidades vêm assumindo novas direções na tentativa de desenvolver o projeto de uma universidade produtora de qualidade, baseada no desenvolvimento crítico e capaz de pensar em geração de conhecimento acadêmico relevante do ponto de vista social e institucional. Portanto, este é o real papel da avaliação institucional, qual seja, apontar aspectos positivos e negativos das ações desenvolvidas pelas instituições, possibilitando a retomada de decisões. A avaliação deve orientar a universidade na busca de seu auto-conhecimento, do reconhecimento de suas possibilidades e desempenho. O seu traço distintivo deve ser a busca da qualidade. A avaliação é um processo contínuo e aberto que deve ser desenvolvido por todos os departamentos e pessoas que integram a universidade. Através de uma visão global, a avaliação oferece a possibilidade de visualizar problemas encobertos pela visão parcial da instituição, apresentando-se como oportunidade de crescimento e melhoria das mesmas.

BELLONI (1998) faz uma revisão da trajetória do debate e das experiências de avaliação no Brasil, o que possibilita a compreensão da atual conjuntura, em matéria de avaliação, relevância e pertinência das tentativas de políticas para a educação.

Destacam-se, entre estas propostas de implementação, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983 a 1985. Como iniciativa do setor público, proposta pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), objetivava a formulação de um amplo diagnóstico e identificação de ações com o fim de provocar mudanças internas no contexto da instituição, envolvendo universidades públicas e privadas num grande diagnóstico, a partir de estudos específicos sobre temas relacionados a atividades de ensino, pesquisa e extensão. O referido

Programa é desativado ainda em 1985, quando começavam emergir seus primeiros resultados, em função de uma nova proposta.

Outra experiência identificada como tentativa de política para a educação superior brasileira, é a proposta apresentada pelo Grupo Executivo pela Reforma do Ensino Superior (GERES), que vigorou no período de 1985 a 1986, implementado através do MEC, com o fim de reestruturar ou reformar a educação superior no Brasil. Pela primeira vez, propôs-se uma avaliação de forma estruturada com finalidade de controle da hierarquização. Contudo, em face de reações contrárias, tanto da comunidade científica como de universidades e entidades associativas, a estratégia não chegou sequer a ser implantada.

No final dos anos 80, quatro experiências se destacam dentro do contexto do processo de avaliações institucionais da educação superior. A universidade brasileira inicia, em 1986, um processo de avaliação global da instituição, tendo como ponto de partida a avaliação do ensino de graduação, associada com as outras funções e atividades acadêmicas de pesquisa, extensão e gestão. A Universidade de São Paulo (USP) desenvolve, ao final dessa década, sua estratégia de avaliação tendo como objeto de análise as atividades de pesquisa. A UFMG, em 1988, centraliza sua avaliação nas atividades de produção acadêmica de professores e alunos de pós-graduação. A UNICAMP inicia, em 1989, um processo de avaliação institucional, com base nas atividades acadêmicas reunidas em grandes áreas de conhecimento.

De fato, as instituições propunham uma sistemática de avaliação voltada para a identificação de suas dificuldades e potencialidades, com o objetivo de melhorar o desempenho de suas funções, exceto a USP. Esta, respaldada em seu projeto-piloto de avaliação, ano de 1986, coordenado por Léa Velho, sugere rever a estratégia de primeiro se conhecer a “*realidade*” da pesquisa científica nas universidades brasileiras, para depois tentar se estabelecer indicadores que reflitam sua realidade. Segundo recomendações dos órgãos diretores e administradores da USP, a iniciativa para realização dessa tarefa deve partir da própria comunidade acadêmica.

Quanto ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1989 a 1993, BELLONI (1998) discorre sobre a proposta de institucionalização da avaliação das IFES, formulada por entidades científicas e sindicais, no âmbito do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Diferenças de caráter político entre governo e setores mobilizados quanto à finalidade da avaliação impediram a concretização desta proposta. Por se tratar da lei maior de regulamentação do funcionamento do sistema de educação do País, a avaliação proposta combinava as duas tendências (governo e setores mobilizados) acima destacadas, de controle e transformação das instituições e do sistema em geral. Na etapa final da elaboração do texto legal, nos anos de 1995 e 1996, por interferência do executivo, a avaliação da educação superior foi excluída do âmbito da LDB e transferida para a competência do MEC, conforme projeto de Lei nº 9394/96, contrariando o princípio de que quem planeja não pode ser responsável pela avaliação.

A referida autora assegura que, ainda em 1993, o amadurecimento da compreensão sobre a necessidade e relevância da avaliação para a gestão da educação superior leva a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a construir um grupo de trabalho para a elaboração de proposta de avaliação como dispositivo de melhoria do ensino superior. O texto referencial é aprovado em reunião plenária, no ano de 1993, em Florianópolis-SC.

BELLONI (1998) afirma que, em 1993, o MEC cria as bases para implementação de uma política de avaliação da educação superior, com o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) e a reativação do funcionamento das comissões de especialistas voltados para a avaliação dos cursos de graduação. Após debate interno nas respectivas instituições acadêmicas, a partir da proposta da ANDIFES, o número de instituições envolvidas no PAIUB chega a mais de 100. A receptividade ante a metodologia do PAIUB, expressa tanto um reconhecimento real da relevância e utilidade da avaliação como a possibilidade de seu uso enquanto *marketing*, especialmente, no setor privado. Nesse contexto, destacam-se dois aspectos. O primeiro, o fortalecimento da concepção de avaliação

voltada para as modificações sociais e receptividade para a implementação dos processos com tais características. De outro lado, a perda de oportunidade de explicar na LDB os princípios e finalidades de avaliação da educação superior, por convergência de interesses, ainda que distintos entre si, do governo e de setores do movimento docente e do ensino particular.

Diante do exposto, conclui-se que os vetores que ilustram o tratamento da questão da avaliação na universidade continuam a direcionar tal processo com o objetivo de controlar seus resultados, uma vez que ainda existem muitas facetas a serem vistas dentro da temática. Acredita-se que o ideal de avaliação universitária deve partir de experiências passadas, como também, da contribuição de estudiosos envolvidos no processo de adequação e redefinição de caminhos convergentes para uma avaliação equânime na universidade brasileira.

### 3.3.2 Situação atual da avaliação nas universidades brasileiras

Desde 1995, com a promulgação da Lei nº 9131/95, que institui o Exame Nacional de Cursos (ENC), inicia-se uma nova política de avaliação da educação superior, baseada em princípios e finalidades distintas das instituídas pelo PAIUB.

Em 1998, a Portaria Ministerial nº 302/98 complementa a normalização da proposta, definindo e consolidando as ações que integram a política de avaliação atualmente em vigor. Instituída pelo próprio MEC e com o apoio do Conselho Nacional de Educação, com a função de controlar e supervisionar as IFES. A avaliação individual de cada instituição é construída com base num conjunto de indicadores que incluem os resultados do ENC e as características do corpo docente, além da infra-estrutura técnica e administrativa da instituição, possibilitando a elaboração de uma classificação entre as instituições e a identificação daquelas com graves insuficiências. A avaliação de cursos, também, em cada uma das instituições, é complementada com a participação da comissão de especialistas, principalmente, aquelas com pontuação insuficiente. Em abril de 1998, foram acrescentadas a estes indicadores dimensões da avaliação interna, sendo, para tanto, feita uma reestruturação do PAIUB. Pode-se afirmar que este conjunto de medidas objetiva o

cumprimento de requisitos legais para funcionamento e (re)credenciamento das instituições.

Frente a isto, resta a alternativa das próprias instituições de ensino superior desenvolverem este processo através da combinação de estratégias de auto-avaliação e de avaliação externa. Conforme palavras textuais de BELLONI (1989, p. 61-62):

*“...O MEC carece, neste momento, de legitimidade política para coordenar o desenvolvimento de uma atividade tão sensível e complexa. Nos últimos tempos, a política educacional para o 3º grau tem-se caracterizado pelo descompromisso político e científico para com a universidade. A própria ‘crise’ hoje vivida pela educação superior é grandemente resultado da política educacional praticada. A insatisfação generalizada em relação ao desempenho das agências governamentais diretamente envolvidas na formulação e implementação desta política (em especial MEC e CFE) é já resultado de um processo de avaliação assistemático e sincrético, mas nem por isso inapropriado; as proposições de reformulações da composição e competências do CFE, as eleições diretas de dirigentes universitários forçando a homologação dos seus resultados por parte do governo, bem como a ‘desobediência civil’, praticada com o objetivo de romper a inércia e dinamizar a administração universitária, são indícios claros de questionamento e mesmo de reconhecimento da inadequação da política educacional e das medidas desenvolvidas pelo MEC”.*

Cumpre, entretanto, ressaltar que os riscos decorrentes do envolvimento dos avaliadores na atividade avaliada podem vir a ser minimizados pelas múltiplas dimensões consideradas, pelo grande número de participantes envolvidos com o processo de avaliação, bem como, pela participação de consultores e avaliadores externos. No sentido de corroborar tal afirmativa, DIAS SOBRINHO (1998, p.60) diz que:

*“Não há nenhuma dúvida quanto à necessidade de combinação de avaliações externas com as avaliações internas. Em outras palavras, não estou propondo a exclusividade da auto-avaliação. Da mesma forma que condeno o absolutismo das avaliações técnico-burocráticas externas. O que é importante esclarecer desde logo é que todos esses processos devem submeter-se a um critério de ‘verdade social’, ou seja, passar pelo crivo do debate público e da resignificação pela comunidade acadêmica. Aqui se instaura um outro conceito de universidade, distinto da lógica da eficiência e da produtividade,*



*e um outro conceito de avaliação, diferente da medição e comprovação de resultados”.*

Em vista disso, deve-se procurar analisar, de forma coerente, os efeitos de estratégias de avaliação instaladas na universidade como forma de mensurar a quantidade de produção de seus professores, como é o caso da GED, que apresenta proposta clara de medir quantitativamente as atividades docentes, afastando a possibilidade de aumento salarial.

### 3.3.3 Gratificação de Estímulo à Docência (GED)

Através da Lei nº 9.678 (3/7/1998), foi acrescentada mais uma característica à política de avaliação, formulada e apresentada pelo MEC, agora especificamente em relação às IFES. Embutida em uma política de não aumento salarial, o governo opta pela estratégia de conceder gratificações, neste caso, denominadas de GED, ainda que parte dela esteja sujeita à avaliação qualitativa das atividades docentes de ensino e extensão. A nova característica, ausente nos textos legais anteriores alusivos à avaliação, consiste na associação entre os resultados da avaliação de desempenho dos professores e gratificações financeiras. Esta forma de usar resultados de algum tipo de avaliação é, de fato, praticada há bastante tempo.

A GED representa a possibilidade de pequena gratificação financeira *“embutida em uma política de não aumento salarial”* e de introduzir um novo fator de diferenças salariais entre docentes por atividades desempenhadas, como titulação, tempo de serviço, bolsas de pesquisas, gratificação de fronteira e ganhos judiciais. A novidade está na decisão de partilhar a definição dos critérios do novo fator com duas das entidades ligadas às IFES, ANDES-SN e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Neste sentido, fica claro que se trata de uma nova forma de implementar a política salarial usando um procedimento denominado de *“avaliação qualitativa”*, talvez, adequada aos moldes típicos de uma concepção meritocrática de avaliação, mas, certamente, baseado em modelos clássicos de remuneração por tipo e número de tarefas. Como

decorrência, argumenta-se que esta sistemática de avaliação não atende às necessidades de transformação da universidade brasileira comprometida com avanço do conhecimento, justiça e equilíbrio social.

Assim, ESPÍRITO SANTO (2000) afirma que a GED prejudica a pesquisa, ao exigir do professor quantidade mínima de horas-aulas ministradas, para aquisição de gratificação financeira, o que leva o professor a abandonar suas atividades de pesquisa para dedicar-se as atividades de ensino.

Quanto às dificuldades em se definir as estratégias da GED, o documento *A história da GED*, lançado no *InformANDES* (2000) ressalta que esta encontra seu maior apoio na própria universidade, no momento que corresponde aos interesses dos setores mais significativos da comunidade acadêmica em controlar as atividades desenvolvidas pelos colegas dentro das universidades, assim como de seu funcionamento em geral. Neste sentido, a GED confunde a necessidade de avaliar o desempenho dos docentes e da própria IFES com um fenômeno que possui raízes no elitismo característico de uma universidade, à qual somente um por cento da população tem acesso e que, para grande parte de seu corpo docente, funciona como mecanismo clássico de diferenciação social, inclusive, em relação aos seus colegas menos “*produtivos*”.

Diante disso, GERMINIANI (2000) comenta que o sistema de avaliação praticada pela GED pode gerar um clima de competição e animosidade entre os professores nos departamentos, colocando os “*menos produtivos*” em situação discriminatória. Por isso, tal situação deve ser discutida de forma mais complexa.

Outro aspecto a ser considerado no referente a esta questão, são os critérios de pontuação da GED, conforme BERCHMANS (2000, p. 4),

---

*“A sistemática de pontuação da GED é complexa em relação a determinadas atividades, como a produção artística que em certos casos, não é contemplada. É preciso uma discussão ampla dos critérios da GED e também dos valores da gratificação”.*

Em algumas universidades, nota-se, a exemplo da produção artística, que algumas áreas acadêmicas como a educação física e outras, também sofrem

exclusão da GED, naquilo que se refere as suas atividades específicas, dependendo dos critérios adotados por cada IFES.

Para BELLONI (1998), uma reação positiva, mediante a construção de um novo projeto de universidade social e cientificamente relevante, sinaliza na direção da construção de uma universidade atuante, baseado no tripé - autonomia, recursos e avaliação. A luta por melhores salários e condições de trabalho está inserida neste projeto, sendo uma das suas dimensões, mas não o esgota. Ao contrário, possivelmente, a dimensão salarial só venha a se consolidar no bojo de um projeto consistente de uma nova universidade.

Frente à situação apresentada no referente à avaliação, a autora acima citada esclarece que restam duas facetas a serem discutidas. A primeira é considerar a GED como forma de remunerar cada tarefa desempenhada pelo docente, num conjunto de atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão, conforme o regime de tempo de trabalho, a partir de critérios e propriedades definidos internamente pelas IFES, em suas várias instâncias. Trata-se, somente, de operacionalizar formas de computar as atividades que os docentes desenvolvem, de modo que todas as atividades sejam remuneradas. A segunda é engajar-se na formulação e implementação de uma estratégia de avaliação institucional voltada para a construção de uma universidade social e cientificamente relevante. Trata-se de uma avaliação global da instituição e não somente de um ou outro aspecto, como desempenho docente, processual e legítima, do ponto de vista técnico e político, fundamentalmente independente dos interesses imediatos, tanto por parte do governo quanto das IFES.

Segundo BELLONI (1998), uma avaliação independente e apoiada diretamente pelas IFES e pelo governo, com objetivos e metas abrangentes e complexos, não limitados apenas ao cumprimento de requisitos e normas legais e atuando em conjunto com a autonomia universitária e garantia de financiamento, constitui a base da gestão de uma universidade mais eficiente, de melhor qualidade e efetividade social. A partir dos subsídios da avaliação, pode-se exigir que uma instituição e o ensino cheguem a reexaminar, não apenas o seu funcionamento e

cumprimento de suas funções, mas a sua missão institucional diante das novas características e demandas do desenvolvimento científico-tecnológico e sociocultural, conduzindo a universidade a uma completa redefinição.

Assim, a Comissão Nacional de Acompanhamento CNAO/GED, em 9 de junho de 1999 divulgou documento Lei nº 9.678 de 3 de julho de 1998 contendo orientações gerais às IFES, em agosto de 1999. O documento sistematiza as recomendações discutidas nas reuniões regionais e estabelece parâmetros gerais para a formulação dos critérios utilizados na atribuição de pontos às atividades docentes, indicando que as informações utilizadas para este fim devem ser organizadas de acordo com os seguintes grupos de atividades: a) atividade de ensino; b) produção intelectual; c) atividades de pesquisa e de extensão; d) atividades de qualificação; e) atividades administrativas; f) representação; g) avaliação qualitativa das atividades de ensino e h) outras atividades.

### 3.3.3.1 Diretrizes para implementação da GED

Para o estudo da produção científica, nesta dissertação, serão consideradas as diretrizes para implementação da GED, nos contextos da UFPI e UFMG.

Em conformidade com a Resolução nº 37/99 do Conselho Universitário da UFPI, o quadro de distribuição da GED/UFPI está assim composto: atividades de ensino; produção intelectual; atividades de pesquisa e de extensão; atividades de qualificação; atividades administrativas e de representação e outras atividades (Anexo 1).

Deve-se ressaltar que as atividades alusivas à produção intelectual incorporam a produção bibliográfica, produção artística e produção técnico-científica.

Conforme os critérios adotados pela UFMG para pontuação de GED, bem como para avaliação do desempenho docente desta IFES, a Escola de Educação Física considera produção intelectual e atividades de pesquisa, segundo CNAO/GED, da seguinte forma:

*Produção acadêmico-científica final; Produção acadêmica - científica intermediário - tipo I e Produção acadêmico-científica intermediária - tipo II.*  
(Anexo 2)

Verifica-se que cada IFES possui a liberdade de contemplar as atividades que considera relevantes, como atribuir a quantidade de pontuação que julgar adequada a cada categoria de produção. É possível encontrar-se atividades consideradas componentes de produção acadêmica, classificadas de diversas formas nas diferentes instituições acadêmicas, sendo algumas atividades ignoradas em uma instituição e consideradas por outra. Cita-se o exemplo da GED/UFMG que apresenta diretrizes específicas para avaliação na área de educação física, considerando como produção acadêmico/científica: apresentação de coreografia nacional ou internacional; participação como técnico dirigente ou árbitro de competição esportiva nacional ou internacional. Cumpre-se ressaltar, no entanto, que a atividades docentes remuneradas não são contabilizadas para efeito de pontuação da GED.

---

Estão assinaladas com asterisco as atividades específicas de produção intelectual (científica) da área de educação física presentes na lista de critérios da GED/UFMG

## 4 METODOLOGIA

Serão apresentados neste capítulo os seguintes itens: sujeitos da pesquisa; material e método utilizado na investigação e procedimentos usados para realização da mesma.

### 4.1 Sujeitos

A presente investigação desenvolve-se no DEF/UFPI e envolve 17 dos 18 professores que constituem seu efetivo corpo docente. É oportuno esclarecer que a exclusão de um professor do universo da pesquisa deve-se ao fato de o mesmo estar afastado para curso de pós-graduação no exterior e as tentativas de contato não foram bem sucedidas.

Dentro da perspectiva de RUDIO (1998, p. 60) **universo** em pesquisa “... *Designa a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características, definidas para um determinado estudo*”. A este respeito, acrescenta-se que a opção em utilizar universo em lugar de amostra justifica-se pelo número acessível de professores que integram o departamento investigado.

Em se tratando de delinear o perfil dos respondentes, dentre os 17 docentes pesquisados, 13 são do sexo masculino e quatro do feminino. Isto parece decorrer do fato de a mulher se inserir no mercado de trabalho apenas nos anos mais recentes, além do fato de ter a educação física se originado no militarismo, o que concorre para, até os dias atuais, apresentar características que priorizam as capacidades de rendimento físico, como força muscular, velocidade, dentre outros, (CARLAN, 1997).

Com relação à **faixa etária**, o DEF apresenta um quadro constituído por apenas um professor com idade entre 30 a 35 anos; três, entre 36 a 39 anos; cinco, entre 40 a 45 anos, correspondendo à maioria da amostra (29,41%) Quatro outros professores estão na faixa etária de 46 a 50 anos e o mesmo índice com mais de 50

anos de idade. Logo, a maioria dos professores está na faixa etária superior a 46 anos de idade, o equivalente a 57,06% do seu total.

No que se refere à **titulação**, somente um professor apresenta título de doutor; quatro são mestres e 12 são especialistas. Tais dados reforçam e/ou resgatam as idéias de GONÇALVES; VIEIRA (1989), ao assegurarem que poucos profissionais da área de educação física possuem formação teórica satisfatória, devido à falta de incentivo por parte dos órgãos brasileiros de fomento à pesquisa na área de educação física; falta de linhas de pesquisas consolidadas; falta de prioridades estabelecidas formalmente para área; incipiência da área enquanto campo de pesquisa; dicotomia entre o aparelho formador e utilizador, além de uma matriz teórica bastante ambígua, que não consegue manter sua própria identidade, configurando-se mais num campo prático que teórico. Outro fator decisivo no que se refere à titulação dos professores da área é o pouco tempo de vida dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em educação física no Brasil, considerando-se que o primeiro curso de mestrado no País foi criado somente em 1977, pela USP, conforme referenciado por SILVA (1998).

Finalmente, há questões regionais intervenientes no processo de capacitação do corpo docente do DEF/UFPI. Sem dúvida, aspectos culturais, estruturais e regionais agem como facilitadores ou inibidores na titulação dos docentes em quaisquer circunstâncias. Como a UFPI é uma instituição que ainda não apresenta condições de capacitar seus próprios professores, estes necessitam se deslocar e permanecer nos centros provedores de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, os quais prioritariamente estão no centro sul do Brasil, o que demanda disponibilidade de tempo e esforços para se manterem em outras regiões do País. Tal fato, possivelmente, atue como agente desmotivador para alguns docentes dessa universidade se capacitarem. Contudo, deve-se considerar que é função do professor universitário realizar cursos em nível de mestrado e doutorado com o objetivo de melhorar sua produtividade acadêmica. Assim, questiona-se até que ponto tais dificuldades justificam o atraso na titulação acadêmica dos docentes investigados,

uma vez que há diversos incentivos para os docentes das IFES realizarem tais cursos.

Quanto ao **regime de trabalho**, três docentes estão em tempo parcial de 20 horas (TP-20); um professor em regime de tempo integral 40 horas (TP-40) e a maioria dos entrevistados, ou seja, 13 professores, em regime de dedicação exclusiva DE, o que equivale a 76,47% do corpo docente. Com relação ao **tempo de serviço** na UFPI, quatro dos professores entrevistados possuem entre cinco a 10 anos de serviço, enquanto seis outros estão entre 10 a 20 anos. Seis entrevistados contam com 20 a 29 anos de serviço e um está na ativa há mais de 30 anos na UFPI. De acordo com MEADOWS (1999), tanto os docentes que se encontram no início de suas carreiras como os que estão finalizando-as, não apresentam bons índices de produtividade. Assim, é positivo para o DEF/UFPI o fato de grande parte de seus professores, 10 deles, ou seja, 58,8% apresentarem entre cinco a 20 anos de serviço na UFPI, sendo que nenhum possui menos de cinco anos de trabalho na instituição.

No estudo da **classe** dos docentes, constata-se que a maior parte dos sujeitos que compõe a amostra pertence à classe de adjunto, num total de 10 professores, seguidos por cinco assistentes e dois auxiliares. O elevado número de professores adjuntos no DEF/UFPI, com apenas o título de especialista e apresentando mais de 10 anos de serviço na instituição, pode ser justificado pela progressão funcional que até pouco tempo possibilitava o docente, mediante o tempo de serviço na instituição, atingir o topo da classe docente. Quando o professor tinha sua classe elevada a cada oito anos de trabalho, da mesma forma ocorriam as progressões de níveis a cada dois anos de atividade docente. Conseqüentemente, o professor obtinha melhores salários, sem necessariamente realizar cursos de pós-graduação em nível de mestrado e/ou doutorado. Isto pode ter contribuído significativamente para a baixa titulação acadêmica apresentada pelos professores do DEF/UFPI, como também, para o índice insatisfatório de produção técnico-científica desenvolvida pelos mesmos.



A Tabela 1 apresenta a síntese do perfil dos docentes constituintes do universo da pesquisa no que diz respeito a faixa etária, sexo, titulação acadêmica, regime de trabalho, classe e nível e tempo de serviço.

**TABELA 1**  
**Perfil dos Professores do DEF/UFPI – Novembro e dezembro de 2000**

	<b>CATEGORIAS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
FAIXA ETÁRIA	30 a 35 anos	1	5,88
	36 a 39 anos	3	17,65
	40 a 45 anos	5	29,41
	46 a 50 anos	4	23,53
	mais de 50 anos	4	23,53
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>
SEXO	Masculino	13	76,47
	Feminino	4	23,53
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>
TITULAÇÃO ACADÊMICA	Especialização	12	70,59
	Mestrado	4	23,53
	Doutorado	1	5,88
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>
REGIME DE TRABALHO	TP-20 horas	3	17,65
	TIT-40 horas	1	5,88
	DE	13	76,47
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>
CLASSE E NÍVEL	MS-A3	1	5,88
	MS-A4	1	5,88
	MS-B1	2	11,76
	MS-B2	1	5,88
	MS-B3	2	11,76
	MS-C1	1	5,88
	MS-C2	1	5,88
	MS-C3	1	5,88
MS-C4	7	41,18	
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>
TEMPO DE SERVIÇO	+ de 5 a 10 anos	4	23,53
	+ de 10 a 20 anos	6	35,29
	+ de 20 a 29 anos	6	35,29
	+ de 30 anos	1	5,88
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>100,00</b>

Fonte: pesquisa direta

\* (Rodrigues, 2001)

Conclui-se, então, que o perfil médio dos docentes investigados pode ser assim definido: mais de 40 anos de idade; sexo masculino; título de especialista; regime de dedicação exclusiva; professores adjuntos e estão entre 10 a 29 anos na ativa.

\* RODRIGUES, Janete de P. Refere-se a autora desta pesquisa. Portanto, as tabelas apresentadas neste trabalho contém dados levantados pela própria pesquisadora.

## 4.2 Material e método

Para a coleta de dados, recorreu-se à técnica de entrevista estruturada, à análise dos relatórios da GED preenchidos pelos próprios docentes para o exercício de 1999 e a comparação entre as diretrizes de implementação da GED/UFPI e GED/UFMG.

A entrevista, como instrumento de coleta de dados escolhido, apresenta entre outras vantagens, liberdade de relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. Conforme palavras textuais de MARTINS (1994, p.44-45), a entrevista: *“Não é uma simples conversa. Trata-se de um diálogo orientado que busca, através do interrogatório, informações e dados para a pesquisa”*. No caso específico da entrevista estruturada, o autor assegura que: *“as questões são previamente formuladas, não havendo liberdade para o entrevistador alterar ou fazer inclusão de questões”*.

O roteiro da entrevista (Anexo 4) incorpora duas partes: **A primeira** visa caracterizar o perfil do docente quanto aos parâmetros: a) faixa etária; b) sexo; c) titulação acadêmica mais elevada; d) regime de trabalho; e) classe e nível e f) tempo de serviço, no sentido de suprir o primeiro dos objetivos propostos. **A segunda parte** consiste de nove perguntas. A **pergunta A** objetiva identificar a produção técnico-científica dos docentes, mediante a confirmação ou não de itens de produção presentes na listagem da GED/UFPI.

A **pergunta B**, da segunda parte do roteiro de entrevista, solicita dos docentes **sugestões** de atividades de produção técnico-científica para sua inclusão nos atuais critérios da GED/UFPI. Através da **pergunta C**, é possível verificar o **grau de satisfação** dos professores quanto aos critérios da GED ora adotados. Para detectar os **fatores motivadores** da produção técnico-científica no âmbito do DEF/UFPI, a **pergunta D** apresenta as alternativas: ascensão na carreira profissional, consciência profissional como pesquisador, desejo de provocar debates e testar as próprias idéias, desejo genuíno de colaborar com a ciência, possibilidade de interferir no processo de tomada de decisão, possibilidade de maior prestígio e

renome profissional, pressão acadêmica e/ou institucional e outros. A **pergunta E** trata dos **fatores inibidores** da produção técnico-científica: sobrecarga de horas-aulas, falta de infra-estrutura da instituição, falta de conhecimento de redação técnico-científica, falta de motivação pessoal, falta de motivação institucional, não acesso aos veículos de divulgação, desconhecimento da tipologia de produção técnico-científica, e outros. A **pergunta F** tem por finalidade identificar a **produção técnico-científica** dos respondentes, de acordo com as variáveis: idioma, subárea de estudo e tipo de autoria. Alusivos ao **idioma** das publicações apresentam-se as alternativas: português, inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e outros; quanto as **subáreas de estudo**, menciona-se: educação física escolar, recreação e lazer, treinamento desportivo, danças, biometria, atividade física para terceira idade, ginásticas, desportos, lutas, fisiologia do esforço, cinesiologia e educação física adaptada e **tipo de autoria** - individual ou múltipla.

### 4.3 Procedimentos

A pesquisa, realizada de novembro a dezembro de 2000, compreende um estudo a partir de dados quantitativos de toda a produção técnico-científica desenvolvida pelos professores do DEF/UFPI no ano de 1999, conforme já enunciado.

Os procedimentos desenvolvidos podem ser agrupados em dois momentos, obedecendo aos objetivos operacionais propostos.

No **primeiro momento (a)** realizam-se três atividades: **estudo da produção técnico-científica**, através da análise quantitativa das atividades encontradas nos relatórios da GED/1999, preenchidos pelos próprios docentes para efeito de pontuação; contagem e identificação das publicações técnico-científicas constantes nos resultados da entrevista aplicada aos docentes e comparação das atividades citadas nas diretrizes da GED/UFPI e GED/UFMG.

Para o **segundo momento** da investigação (b), contemplam-se os objetivos operacionais 1, 2, 3 e 4 da pesquisa, utilizando-se o levantamento da produção

técnico-científica realizado no momento anterior e observando-se as seguintes variáveis: subárea de estudo, idioma e tipo de autoria (individual ou múltipla) das publicações, realizando, dessa forma, o primeiro objetivo operacional da pesquisa.

Ainda por meio da entrevista, atende-se ao **objetivo operacional 2** através de consultas aos docentes sobre sugestões de novas atividades específicas da área de educação física não consideradas atualmente pelos critérios da GED/UFPI como produção técnico-científica, apresentando-se as seguintes alternativas: arbitragem de competição, organização de competição, treinamento de equipes para competição, composição de coreografias e outros.

O **objetivo 3** foi concretizado mediante o levantamento dos fatores motivadores e inibidores da produção técnico-científica no âmbito do DEF/UFPI. Por fim, para detectar o **objetivo 4**, verificou-se o grau de satisfação dos professores quanto aos critérios de avaliação adotados pela GED/UFPI.

A tabulação dos resultados das entrevistas foi feita através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* 10.1 e os resultados expressos em valores numéricos e/ou percentuais, que estão apresentados em tabelas e gráficos para melhor visualização, leitura e interpretação dos resultados.

## **5 RESULTADOS - ANÁLISE E DISCUSSÃO**

No primeiro momento desta investigação, estão discutidos os resultados advindos do levantamento quantitativo do tipo de produção técnico-científica registrado nos relatórios de atividades docentes para efeito de pontuação da GED/UFPI de 1999, bem como, do levantamento das atividades de produção científica dos entrevistados. Segue, então, análise comparativa entre as atividades consideradas pelos parâmetros da GED/UFPI e GED/UFMG de 1999, a fim de se verificar que atividades desenvolvidas pelos professores investigados são contempladas ou não pelos parâmetros das duas IFES.

No segundo momento, efetiva-se levantamento junto aos entrevistados sobre sugestões de novas atividades não contempladas pela GED/UFPI, além de se estabelecer os fatores motivadores e inibidores da produção dos docentes e seu grau de satisfação no que se refere aos critérios ora vigentes, enfocando-se, ao longo da discussão, o tipo de produção técnico-científica, o idioma, a subárea de estudo e tipo de autoria das publicações dos respondentes.

### **5.1 Produção técnico-científica dos docentes registrada nos relatórios da GED/UFPI**

Para a análise quantitativa da produção técnico-científica dos professores do DEF/UFPI, estabeleceu-se comparação entre os resultados obtidos através do instrumento de coleta de dados e as atividades acadêmicas constantes dos relatórios da GED/UFPI referentes ao ano de 1999, presentes na TAB. 2, verificando-se desencontros entre os dados coletados nas duas instâncias.

---

**TABELA 2**  
**Produção técnico-científica, conforme**  
**relatório da GED x entrevista. Novembro e dezembro de 2000**

PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA	GED/UFPI	ENTREVISTA
	N	N
Palestra/conferência/ Mesa redonda	03	13
<b>Produção de material didático</b>	-	<b>13</b>
Artigo de jornal e/ou revista informativa	06	11
<b>Relatório técnico</b>	-	<b>05</b>
Artigo de periódico	-	05
<b>Apresentação de obra artística</b>	-	<b>05</b>
Apresentação de trabalho em congresso	03	04
<b>Produção e/ou direção artística</b>	-	<b>04</b>
Outros	-	04
<b>Trabalho em anais</b>	<b>01</b>	<b>03</b>
Relatório final de pesquisa	01	02

Fonte; Dados da pesquisa.

(Rodrigues, 2001)

Considerando-se apenas as atividades de produção técnico-científica pertinentes aos sujeitos da pesquisa, de acordo com os relatórios da GED, **palestra/conferência/ Mesa redonda** constitui item que recebe três menções, enquanto os dados coletados via entrevistas registram 13. Ademais, não há registro de **produção de material didático** nos relatórios da GED, embora esta alternativa apareça 13 vezes nas entrevistas. **Artigo de jornal e/ou revista informativa** alcança seis pontos nos relatórios, mas nas entrevistas chega a 11. Não consta nenhum **relatório técnico** nos registros da GED, enquanto são citados cinco nas entrevistas. Prosseguindo, **artigo de periódico**, também, não consta dos relatórios e aparece com cinco trabalhos, quando das entrevistas. Segundo registros da GED, não há **apresentação de obra artística**, mas as entrevistas revelam cinco trabalhos deste tipo. E o desencontro continua: três **apresentações de trabalhos em congressos**, de acordo com relatórios da GED, ao tempo em que os resultados da entrevista mostram quatro; **produção e/ou direção artística** inexistente na documentação da GED e as entrevistas apontam quatro incidências; há um só **trabalho publicado em anais**, de acordo com a GED, em contraposição a três, quando das entrevistas; enfim, consta dos relatos um **relatório final de pesquisa** contra dois, das entrevistas.

Considerando-se que o relatório para efeito de pontuação da GED é o único instrumento de avaliação das atividades acadêmicas com fins de retorno de gratificação financeira para o docente, a princípio, é incompreensível à divergência entre a quantidade de trabalhos registrados nos relatórios da GED e os enumerados nas entrevistas. As tentativas de explicações para as divergências levam a algumas alternativas: uma seria o fato de o professor ter realizado o número de atividades excedentes nas entrevistas, após o período de entrega dos relatórios da GED; outra alternativa poderia ser o fato de não terem sido aceitas as publicações pelos membros da comissão de avaliação dos respectivos relatórios e, finalmente, os professores podem ter esquecido de enumerar, nos relatórios da GED, algumas atividades desempenhadas por eles durante o período investigado.

De acordo com a coluna referente aos resultados da entrevista, constata-se que **palestra/conferência/mesa redonda** e **produção de material didático** são os tipos de publicação mais comuns entre os docentes, com 13 pontos para cada uma das duas opções. **Artigo de jornal e/ou revista informativa** atinge 11 menções, seguindo-se os itens: **apresentação de obra artística, relatório técnico e artigo de periódico**, cinco; **apresentação de trabalho em congresso, produção e/ou direção artística** e **outros**, quatro. Em **outros**, estão enumeradas atividades variadas, não reconhecidas pela GED/UFPI, como: entrevistas em rádio e TV sobre temas relacionados com educação física; organização de competições; eventos esportivos e orientação de monografias de final de curso de graduação.

Quanto às orientações de trabalhos de conclusão de cursos, deve-se partir da premissa de que é função da universidade iniciar o mais cedo possível as atividades de pesquisa e geração de saber científico por parte do estudante universitário, de forma a antecipar a iniciação do cientista brasileiro nas atividades de pesquisas, considerando-se que, atualmente, a iniciação da carreira do pesquisador é tardia, aproximadamente aos 40 anos ou mais, conforme alguns autores citados neste trabalho, podendo esse limite estar associado ao momento em que os docentes concluem cursos em nível de mestrado e doutorado.

---

Estão assinaladas com asteriscos (\*), as atividades específicas de educação física na TAB. 3

## **5.2 Produção técnico-científica contemplada pela GED/UFPI e GED/UFMG**

Segundo as diretrizes de implementação de GED/UFPI e GED/UFMG, quanto à distribuição das atividades acadêmicas de produção científica (Anexos 1 e 2), nota-se que diante da análise comparativa entre as diretrizes para implementação da GED/UFPI e GED/UFMG, foi constatada a existência de atividades específicas de educação física elencadas como produção científica pela GED/UFMG, ausentes na listagem da GED/UFPI.

Assim, a TAB. 3 demonstra que dos 32 tipos de itens referentes à produção científica em ambas as diretrizes, 25 estão contempladas pela UFMG, enquanto a UFPI relaciona apenas 17 dessas atividades. Ressalta-se, que 15 das 30 atividades identificadas estão presentes somente na listagem de critérios da UFMG.



**TABELA 3**  
**Produção técnico-científica contemplada pela**  
**GED/UFPI e GED/UFMG – Novembro e dezembro de 2000**

<b>PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA</b>	<b>GED/UFPI</b>	<b>GED/UFMG</b>
Trabalhos em anais	X	X
<b>Artigo de periódico</b>	X	X
Artigo de jornal/revista informativa	X	
<b>Resenha</b>	X	
Tradução de livro	X	X
<b>Tradução de capítulo de livro</b>	X	X
Livro	X	X
<b>Capítulo de livro</b>	X	X
Apresentação de obra artística	X	X
<b>Relatório técnico</b>	X	
Relatório final de pesquisa	X	
<b>Apresentação de trabalhos em congressos</b>	X	
Palestras/conferências/ Mesa redonda	X	
<b>Produção de material didático</b>	X	
Editoria	X	X
<b>Produção e/ou direção artística</b>	X	X
Tese do docente		X
<b>Tese de discente orientado pelo docente</b>		X
Patente		X
<b>*Bailarino premiado</b>		X
Dissertação do docente		X
<b>Dissertação de discente orientado pelo docente</b>		X
Monografia do docente		X
<b>Monografia de discente orientada pelo docente</b>		X
Resumo publicado em evento		X
<b>Resumo publicado em periódico</b>		X
<b>*Técnico de competição nacional e/ou internacional</b>		X
<b>*Atleta de competição nacional e/ou internacional</b>		X
<b>*Coreografia premiada nacional e/ou internacional</b>	X	X
<b>*Arbitro de competição nacional e/ou internacional</b>		X
<b>*Tradução de código de pontuação esportiva</b>		X
<b>Organização de eventos nacionais e/ou internacionais</b>		X
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>25</b>

Fonte: Documentos: Diretrizes para implementação GED/UFPI e Diretrizes para implementação da GED/UFMG (Rodrigues, 2001)

Percebe-se que a única atividade exclusiva da área de educação física presente nas duas listas de critérios para pontuação da GED, é **coreografia premiada nacional e/ou internacional**. Quanto aos demais tipos de produção científica comum aos critérios das duas universidades, encontram-se: **trabalhos em anais; artigo de periódico; tradução de livro; tradução de capítulo de livro; livro; capítulo de livro; produção e/ou direção artística; editoria e**

**apresentação de obra artística.** Observa-se na TAB. 3, diferenças entre as IFES com relação à categorização dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, como por exemplo: tese de docente, tese de discente orientado pelo docente, dissertação do docente, dissertação de discente orientado pelo docente, monografia do docente e monografia de discente orientado pelo docente, os quais estão classificados como produção científica na UFMG, encontram-se na categoria de atividade de ensino na UFPI.

Quanto às atividades específicas da área de educação física, verifica-se que a UFMG apresenta um número maior de trabalhos contemplados nos critérios de pontuação de GED, a saber: bailarino premiado, técnico de competição nacional e/ou internacional, atleta de competição nacional e/ou internacional, coreografia premiada nacional e/ou internacional, as quais não se encontram presentes no documento da GED/UFPI. Tal resultado demonstra, claramente, a autonomia que cada universidade possui de contemplar as atividades de seus docentes. Portanto, os trabalhos desempenhados pelos docentes investigados podem ser incluídos na lista de produção técnico-científica da UFPI, sendo necessário, para isto, maior empenho por parte dos professores do DEF/UFPI neste sentido.

Tais resultados mostram, claramente, a falta de consenso entre as IFES, quanto aos critérios de avaliação da referida gratificação para com as atividades a serem pontuadas. Portanto, é necessário maior clareza e uniformidade por parte dos órgãos nacionais responsáveis pela regulamentação da GED, no sentido de eliminar tais diferenças, evitando dessa forma que docentes de algumas universidades sejam prejudicados no momento da pontuação de sua produção acadêmica em sua totalidade.

### **5.3 Produção técnico-científica dos docentes registrada nos relatórios da GED/UFPI no ano de 1999**

Mostra-se na TAB. 4, a produção técnico-científica dos 17 professores, que integra os relatórios da GED, ano de 1999. Os itens de produção científica considerados pela GED/1999 da UFPI consistem nas seguintes atividades: trabalho

em anais, artigo de periódico, artigo de jornal e/ou revista informativa, resenha, tradução de livro, tradução de capítulo de livro, livro, capítulo de livro, apresentação de obra artística, relatório técnico, relatório final de pesquisa, apresentação de trabalho em congresso, palestra/conferência/mesa redonda, produção de material didático, editoria e produção e/ou direção artística.

As atividades presentes na TAB. 4 seguem a mesma ordem apresentada na listagem da GED/UFPI, mostrando somente as realizadas pelo referido corpo docente, o que justifica a exclusão dos demais tipos de produção técnico-científica.

**TABELA 4**  
**Produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI**  
**conforme relatórios da GED/1999**

Produção Técnico-científica	DOCENTES																	Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Trabalho em anais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Artigo de jornal e revista informativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Relatório final de pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Apresentação de trabalho em congresso	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Palestra/conferência/mesa redonda.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>14</b>

Fonte: Relatórios de atividades docentes para efeito de atribuição da GED/UFPI (Rodrigues, 2001)

Segundo a coluna “TOTAL” da TAB. 4, o item **Trabalho em anais** é desenvolvido por apenas um professor, em um só momento. **Artigos de jornal e/ou revista informativa** constitui alternativa mencionada por um único professor, que tem seis trabalhos desta natureza; também um único professor produz um **relatório final de pesquisa**. Quanto aos **trabalhos apresentados em congressos**, três docentes aparecem com uma menção, cada. **Palestra/conferência e mesa redonda** é a opção de atividade desempenhada por três professores, com um trabalho para cada docente.

Os resultados comprovam que, dos 17 itens considerados pela GED/UFPI como atividade de produção técnico-científica, somente cinco são desenvolvidos pelo corpo docente do Departamento de Educação Física da UFPI. Além disso, dos 17 professores pesquisados, apenas quatro (23,52%) são autores dos trabalhos

apresentados nos relatórios da GED/UFPI como produção técnico-científica, com a ressalva de que artigos de jornais constituem o tipo de publicação mais comum, não obstante serem da autoria do mesmo professor. Estes resultados são negativos, considerando-se que a produção científica do departamento não é função de um ou dois professores, mas de todos aqueles que o constituem.

Os índices evidenciam o baixo rendimento da produção científica dos professores com relação aos critérios de avaliação das atividades contempladas pela GED – 24,52% do total - o que confirma o **terceiro pressuposto** deste trabalho: Os tipos de produção técnico-científica da área em questão, propostos pela GED, são em sua grande maioria, atividades não desempenhadas pelo referido corpo docente.

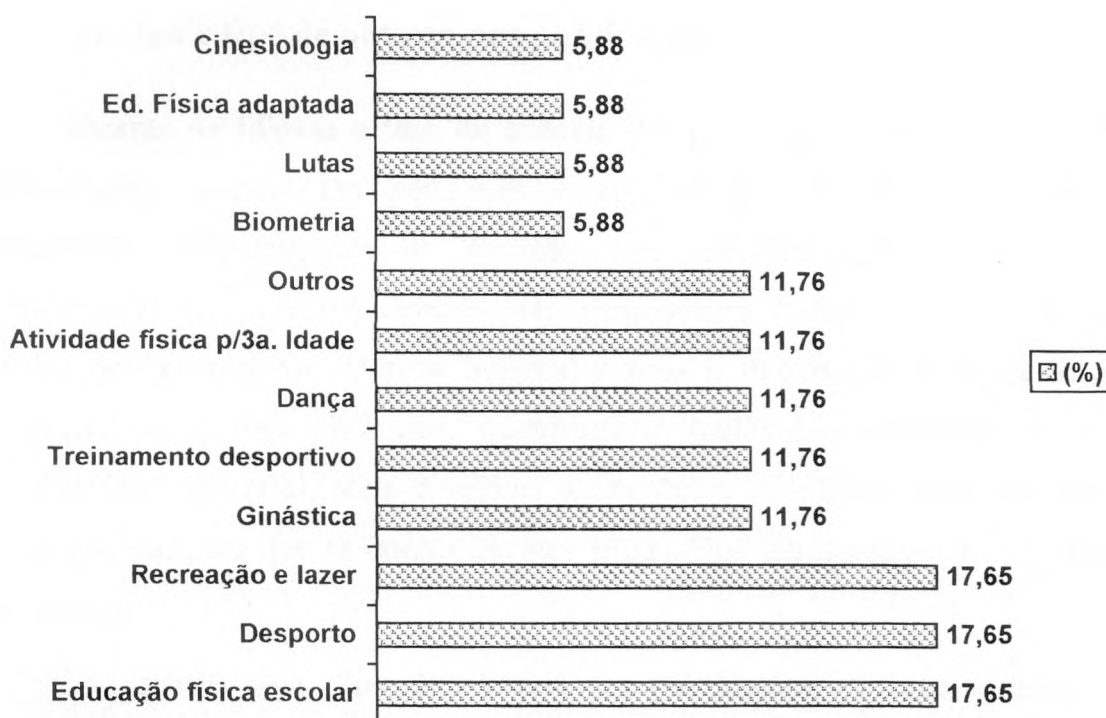
Nota-se, nos tipos de produção técnico-científica enumerados pela GED/UFPI, a ausência de trabalhos característicos da área de educação física para efeito de pontuação da GED, tanto na categoria de produção técnico-científica, como de outros tipos de atividades acadêmicas de ensino e extensão. Certamente, a educação física não deve se abster da função de produzir trabalhos considerados pelo atual documento da GED/UFPI, uma vez tratar-se de atividades fundamentais para o avanço de qualquer área de estudo que pretende firmar-se como ciência; por outro lado, tal campo de estudo não deve deixar de desenvolver trabalhos próprios de seu contexto acadêmico, assim como estes não podem ser desconsiderados pelos critérios de avaliação para GED.

É necessário, entretanto, analisar até que ponto os professores do DEF/UFPI desenvolvem atividades específicas que contribuem para geração de conhecimentos da área e que, associados aos tipos de produção já constantes na listagem da GED, passam a atuar de forma a impulsionar a produção técnico-científica em educação física no departamento investigado.

Os resultados apresentados a seguir dizem respeito às declarações feitas pelos docentes do DEF/UFPI em resposta à entrevista no que se refere à quantidade e tipos de produção técnico-científica, durante o ano de 1999.

#### 5.4 Subáreas temáticas de estudo da produção técnico-científica dos docentes.

Quanto às subáreas temáticas de estudo da produção técnico-científica dos professores do DEF/UFPI realizado a partir da **pergunta (E)**, na segunda parte do roteiro de entrevista, mostra-se o gráfico 1.



**GRÁFICO 1**  
Subárea de estudo da produção técnico-científica dos docentes.  
Novembro e dezembro de 2000

Fonte: dados da pesquisa  
(Rodrigues, 2001)

No que diz respeito às subáreas de estudo dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes entrevistados, verifica-se que **educação física escolar; desporto e recreação e lazer** são as subáreas mais desenvolvidas pelos docentes, três deles, com 17,65% do total de respondentes. Os resultados mostram, ainda, que **ginástica; treinamento desportivo; dança e atividade física para a terceira idade e outros**, são itens de interesse de dois docentes, o que vale 11,76%.

No item **outros**, dois docentes enumeram subáreas como: organização desportiva, gerenciamento de equipes de futebol profissional, formação profissional na área de educação física e mercado de trabalho. Nas subáreas: **cinesiologia, biometria, lutas e educação física adaptada**, percebe-se que há somente um professor para cada trabalho realizado, o que equivale a 5,88% dos respondentes. Portanto, são as subáreas menos exploradas no rol da produção técnico-científica.

### 5.5 Idioma e tipo de autoria das publicações

Quanto ao **idioma e tipo de autoria** das publicações dos docentes, 100% destas estão escritas em português e apresentam autorias individuais. Tal constatação evidencia que os docentes não realizam publicações de nível internacional e, conseqüentemente, não demonstram trabalhar em colaboração, prática que propiciaria esforços integrados para o desenvolvimento da área de educação física. Haja vista que, atualmente, o inglês é considerado idioma de comunicação universal, seria desejável a existência de alguns trabalhos escritos nesse idioma, para que os conhecimentos produzidos ultrapassassem as fronteiras das nações.

Ao discutir-se o **tipo de autoria** das publicações, percebe-se diante dos resultados encontrados, o absoluto isolamento do docente-autor, fato a que WITTER (1996) se refere ao comentar sobre o individualismo existente entre os membros de algumas comunidades acadêmicas, por falta de intercâmbio entre docentes e alunos produtores de uma mesma instituição, seja em nível de graduação, mestrado ou mesmo de doutorado.

---

### 5.6 Produção técnico-científica declarada pelos docentes, segundo faixa etária e sexo

A TAB. 5, assim como as Tabelas 6 e 7, referem-se à produção técnico-científica dos docentes, apresentando atividades que foram realizadas pelos

professores entrevistados, estando ausente delas os itens não citados, (não realizados), que são: resenha, tradução de livro, tradução de capítulo de livro, livro, capítulo de livro, relatório técnico, editoria, patente e resumo.

Assim, considerando-se os itens constantes da produção técnico-científica contemplada pela GED/UFPI, apresentada na **pergunta (A)**, segunda parte do roteiro de entrevista, foram encontrados os resultados da TAB. 5, onde as colunas referentes às variáveis apresentam os totais referentes aos docentes entrevistados, sendo **N** igual ao número de docentes.

A TAB. 5 compõe-se de duas partes: a primeira refere-se aos intervalos de idades dos docentes, portando os números correspondentes de professores (**N**), na respectiva faixa etária; a segunda parte indica o sexo (masculino e feminino) dos mesmos.

**TABELA 5**  
**Produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI,**  
**conforme faixa etária e sexo. Novembro e dezembro de 2000**

Produção técnico-científica	Faixa etária (anos)					Sexo		Total
	30 a 35	36 a 39	40 a 45	46 a 50	+ 50	Masc.	Fem.	
	N	N	N	N	N	N	N	N
Artigo de periódico	-	-	1	1	-	2	-	2
Artigo de jornal e/ou revista informativa	-	-	1	1	-	2	-	2
Apresentação de obra artística	1	-	-	-	2	1	2	3
Relatório técnico	-	-	2	1	-	3	-	3
Relatório final de pesquisa	-	-	-	1	-	1	-	1
Apresentação de trabalho em congresso	1	3	-	-	-	2	2	4
Palestra/conferência/mesa redonda	-	3	2	1	1	5	2	7
Produção de material didático	1	-	4	3	1	7	2	9
Produção e/ou direção artística	1	-	1	-	1	2	1	3
<b>Total de docentes</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>17</b>

Fonte: dados da pesquisa  
 (Rodrigues, 2001)

A coluna **TOTAL** da TAB. 5 mostra as quantidades exatas de docentes produtores para cada item em relação ao universo da pesquisa. Observa-se, então, em ordem decrescente, o número de docentes produtores dos diversos tipos de atividades de produção técnico-científica: **produção de material didático** atinge o

maior índice de professores, nove docentes; **palestra/conferência/mesa redonda** compreende sete docentes; **apresentação de trabalho em congresso** é realizado por quatro professores; **apresentação de obra artística; relatório técnico e produção e/ou direção artística**, são desenvolvidos por três dos sujeitos pesquisados; em seguida, aparecem os tipos de publicações, **artigo de periódico e artigo de jornal e/ou revista informativa**, com dois docentes para cada item produzido; por fim, mostra-se que somente um dos entrevistados do sexo masculino na faixa etária entre 46 a 50 anos produziu **relatório final de pesquisa**.

Constata-se que os demais tipos de produção técnico-científica contemplados pela GED/UFPI para efeito de pontuação, não estão incluídas na relação de atividades dos docentes apresentados na entrevista, ou seja, publicação de livro; capítulo de livro; resenha; tradução de livro; tradução de capítulo de livro; trabalho em anais e editoria são atividades ignoradas por todos os docentes do DEF/UFPI. Assim, apenas nove dos 17 itens presentes nas diretrizes da GED/UFPI, foram identificados nos resultados da entrevista.

O baixo número de produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI identificado, tanto nos relatórios para fins de GED, como nos resultados das entrevistas, pode estar associado à pouca tradição da área de educação física em desenvolver suas próprias pesquisas. Neste sentido, retomam-se palavras de GO TANI (1988, *apud* VERENGUER, 1997), ao afirmar que os problemas profissionais de preparação de recursos humanos e de pesquisas na área de educação física apresentam como natureza comum, a falta de estrutura da área enquanto ciência, fato possivelmente causador de estar, o curso de educação física, limitado à repetição de técnicas e procedimentos práticos.

Tais pensamentos confirmam os resultados deste estudo, ao mostrar que a maioria dos trabalhos realizados pelos professores do DEF/UFPI é de cunho prático, como por exemplo: arbitragem de competições, realização de manhãs de lazer, composição de coreografias e outras. Além do mais, a constatação de apenas um professor apresentar um **relatório final de pesquisa**, acentua a escassez e/ou quase inexistência de pesquisas de caráter científico no DEF/UFPI, mesmo diante da



relevância da investigação para o avanço das áreas de conhecimento, conforme apregoam autores como: VERENQUER (1997); PELLEGRINI (1987); FRINATTI (1991) e outros.

Outro aspecto que chama a atenção, diz respeito à **produção de material didático**, que ocupa a primeira posição na produção técnico-científica dos docentes. Acredita-se que este resultado decorre da necessidade de planejamento das atividades de ensino para a graduação, uma vez que tais materiais se constituem de textos extraídos de autores já consagrados na área de educação física.

Em se tratando da **produção técnico-científica com relação à faixa etária**, percebe-se através da TAB. 5, que a faixa etária de maior “*produtividade*”, em ordem decrescente entre os respondentes é de 40 a 45 anos, com cinco docentes produtores neste intervalo de idade; seguidas pelas faixas etárias de 46 a 50 e mais de 50 anos, ambas apresentando quatro professores nestas faixas etárias; segue-se com três docentes produtores apresentando entre 36 a 39 anos. Por fim, somente um docente do sexo feminino, apresenta entre 30 a 35 anos. Esses resultados confirmam pensamentos de HOYOS (1979), ao assegurar que depois dos 35 anos de idade, a maioria dos cientistas apresenta maior rendimento em termos de produção científica.

Assim, percebe-se que a grande maioria dos docentes do DEF/UFPI, ou seja, 13 dos 17 professores entrevistados, encontram-se na faixa etária entre 40 e mais de 50 anos de idade, o que pode ser considerada faixa etária elevada. Neste sentido, faz-se necessário um questionamento sobre a possível influência da idade dos docentes sobre o desempenho da produção científica dos profissionais de uma área com características especiais como a educação física, sobretudo em se tratando de docentes há muito tempo na ativa e, portanto, próximos da aposentadoria, como é o caso dos professores em questão.

No que diz respeito à **produção técnico-científica x sexo**, constata-se que dos nove tipos de atividades realizadas pelos professores do DEF/UFPI todas são desenvolvidas por docentes do sexo masculino, enquanto cinco são desenvolvidas

pelo sexo feminino. No entanto, faz-se a ressalva de que dentre os 17 entrevistados apenas quatro são mulheres, 23,52% da população pesquisada.

Tal constatação pode decorrer da inserção recente da mulher no mercado de trabalho como, também, do fato de ainda representarem minoria no campo das pesquisas nacionais. Segundo TARGINO (1998), a participação da mulher em atividades como publicação de artigo, livro, trabalho apresentado em congresso e outros, não ultrapassam 35% das publicações no Brasil. A autora assegura, ainda, que em termos regionais, as mulheres estão em menor proporção de produção científica no Nordeste, com apenas 20,93% das produções científicas realizadas em todo País.

No caso específico da educação física, pode-se considerar os fatores supracitados e os problemas discutidos no capítulo 4 deste trabalho, os quais se referem à pouca tradição da participação feminina nas atividades corporais e esportivas, bem como do atrelamento de suas raízes ao militarismo; isto pode contribuir para que, até hoje, a presença da mulher seja sutilmente afastada de diversas subáreas da educação física e dos esportes em algumas regiões do País, o que, talvez, justifique o reduzido número de docentes do sexo feminino no corpo docente do DEF/UFPI.

Ainda nesta esfera de discussão, vale ressaltar que dentre as subáreas que constituem a matriz curricular do curso de educação física da UFPI, os docentes do sexo feminino limitam-se a ministrar disciplinas voltadas para as atividades de natureza não desportiva, como: danças; ginásticas; recreação e lazer; educação física para terceira idade; educação física adaptada; e motricidade humana. Sendo as demais disciplinas do curso, a maior parte da matriz curricular, ministradas por professores do sexo masculino, dentre elas: treinamento desportivo; biometria; cinesiologia; atletismo; futebol; voleibol; basquetebol; handebol; lutas; organização desportiva e outras. Contudo, torna-se necessário explicitar aqui que esta é uma constatação empírica da pesquisadora e não um resultado da pesquisa.

## 5.7 Produção técnico-científica dos docentes *versus* regime de trabalho e classe docente

Para mostrar a produção técnico-científica dos professores com relação ao regime de trabalho e classe docente, recorre-se à TAB. 6, formulada a partir das respostas **da pergunta (A)**, constante da segunda parte do roteiro de entrevista.

**TABELA 6**  
Produção técnico-científica dos docentes,  
conforme regime de trabalho e classe docente. Novembro e dezembro de 2000

Produção técnico-científica	Regime de trabalho			Classe			Total
	TP-20	TIT-40	DE	auxiliar	assistente	adjunto	
	N	N	N	N	N	N	N
Artigo de periódico	1	-	1	-	1	1	2
Artigo de jornal e/ou revista informativa	1	-	1	-	1	1	2
Apresentação de obra artística	-	-	3	-	2	1	3
Relatório técnico	1	-	2	1	1	1	3
Relatório final de pesquisa	1	-	-	-	-	1	1
Apresentação de trabalho em congresso	-	-	4	1	3	-	4
Palestra/conferência/ mesa redonda	1	-	6	1	4	2	7
Produção de material didático	2	-	7	1	3	5	9
Produção e/ou direção artística	-	-	3	1	1	1	3
<b>Total de docentes</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>17</b>

Fonte: Dados da pesquisa  
(Rodrigues, 2001)

Nota-se que os professores **TP-20 horas** são autores de seis tipos de trabalhos presentes no elenco da GED/UFPI: duas **produções de material didático**; um **artigo de periódico**; um **artigo de jornal e/ou revista informativa**; um **relatório técnico**; um **relatório final de pesquisa** e uma **palestra/ conferência e mesa redonda**. Há somente um docente com **TIT-40 horas**, o qual não possui produção técnico-científica no período investigado. Acredita-se, com isso, que o fato do departamento apresentar índices insatisfatórios de produção científica, não tem relação com o regime de trabalho docente, uma vez que todas as categorias mostram quase o mesmo padrão de rendimento.

Em se tratando dos docentes em regime de **Dedicação Exclusiva - DE**, observa-se que oito tipos de produção técnico-científica distintos são executados pelos docentes da categoria. Sendo **produção de material didático**, a atividade desenvolvida pelo maior número de professores DE (sete deles); seguida de **palestra/conferência e mesa redonda**, com seis docentes a realizarem tais atividades. **Artigo de periódico e artigo de jornal e/ou revista informativa** são os tipos de trabalhos menos desenvolvidos por parte dos entrevistados; apresenta-se apenas um docente para cada trabalho desta natureza.

O registro de seis trabalhos desenvolvidos pelos docentes em regime de TP-20 horas frente aos oito dos docentes DE revela uma situação desvantajosa para os últimos, haja vista que representam grande maioria do quadro docente do Departamento, enquanto os docentes TP-20 horas correspondem somente a três dos 17 integrantes do quadro docente do DEF/UFPI. Tais resultados confirmam o **primeiro pressuposto** da investigação, segundo o qual, o número de produção técnico-científica realizado anualmente pelos professores do DEF/UFPI é pequeno com relação ao número de professores em regime de trabalho de dedicação exclusiva, como, também, quanto ao número de mestres e doutores do Departamento em pauta.

Ao analisar os resultados referentes à **classe** docente dos entrevistados, vê-se que há dois professores **auxiliares** e que estes desenvolvem cinco tipos de produção técnico-científica contemplados pelos critérios da GED. Quanto aos cinco professores **assistentes**, estes citam oito dos 17 itens considerados pela GED/UFPI, com destaque para **palestra/conferência/mesa redonda** como atividade produzida pelo maior número de professores assistentes, quatro docentes. Na classe de **adjuntos**, constata-se a existência de 10 professores, os quais desenvolvem, também, oito tipos de produção técnico-científica, quantidade equivalente a dos assistentes, o que denota baixo rendimento dessa categoria com relação aos professores assistentes, que são apenas cinco. Nota-se, também, que o item mais explorado por esta classe é a **produção de material didático**, sob a responsabilidade de cinco professores adjuntos.

## 5.8 Produção técnico-científica dos docentes conforme titulação acadêmica e tempo de serviço

Como nas tabelas anteriores, esta relaciona os diversos tipos de produção técnico-científica analisada de acordo com a titulação acadêmica e o tempo de serviço dos entrevistados, que formam duas colunas. A titulação se subdivide nas alternativas: especialização, mestrado e doutorado; o tempo de serviço, nos intervalos: + de 5 a 10 anos, +10 a 20 anos, +20 a 29 anos e +30 anos. A coluna total refere-se ao número de docentes (N) produtores de atividades técnico-científicas.

**TABELA 7**  
**Produção técnico-científica dos docentes, conforme titulação acadêmica e tempo de serviço. Novembro e dezembro de 2000**

Produção técnico-científica	Titulação acadêmica			Tempo de serviço				Total
	Esp.	Mest.	Dout.	+5 a 10	+10 a20	+20 a29	+ de 30	
	N	N	N	N	N	N	N	
Artigo de periódico	1	1	-	-	1	1	-	2
Artigo de jornal e/ou revista informativa	1	1	-	-	1	1	-	2
Apresentação de obra artística	3	-	-	1	1	-	1	3
Relatório técnico	2	1	-	1	1	1	-	3
Relatório final de pesquisa	1	-	-	-	-	1	-	1
Apresentação de trabalho em congresso	2	2	-	3	1	-	-	4
Palestra/conferência/mesa redonda	3	3	1	2	3	2	-	7
Produção de material didático	7	1	1	2	3	4	-	9
Produção e/ou direção artística	3	-	-	2	-	-	1	3
<b>Total de docentes</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>17</b>

Fonte: Dados da pesquisa (Rodrigues, 2001)

Os especialistas que totalizam 12 docentes constituem-se no grupo mais produtivo, responsável por nove tipos de trabalhos; seguem-se os mestres, quatro docentes, com seis tipos de trabalhos e os doutores com dois tipos de atividades realizadas.

Considerando-se os **especialistas**, os resultados apontam que produção de material didático é o tipo de trabalho produzido por sete docentes, seguindo-se a apresentação de obra artística e palestra/conferência/ Mesa Redonda e produção e/ou direção artística, com três docentes cada; relatório técnico e apresentação de trabalho em congresso, com dois docentes cada; já os itens, artigo de periódico, artigo de jornal e/ou revista informativa e relatório final de pesquisa com a participação de um docente para cada item.

Dentre os **mestres**, as atividades de palestra/conferência/ Mesa Redonda predominam com três professores, seguindo-se a apresentação de trabalho em congresso, com dois professores; artigo de periódico, artigo de jornal e/ou revista informativa, relatório técnico e produção de material didático, com participação de um professor para cada item.

O único **doutor** do Departamento participa com um trabalho de produção de material didático e uma palestra/conferência/ Mesa Redonda.

Diante da confirmação do baixo rendimento em termos de produção técnico-científica de professores do DEF/UFPI com título de mestre e doutor, retoma-se o referido texto, *Avaliação e perspectiva, CNPq (1982)*, o qual destaca problemas de formação de recursos humanos e produção científica em educação física.

Além desses fatores, os quais afetam diretamente a educação física em geral, acrescenta-se o fato da UFPI não apresentar cursos de mestrado e doutorado para qualificação de seu corpo docente, o que, obviamente, provoca atraso na titulação acadêmica de seus professores e, conseqüentemente, na produção de conhecimentos científicos por parte destes. Portanto, tais fatores podem justificar, em parte, a existência de tão poucos docentes com título de mestre e/ou doutor, o que, de certa forma, pode justificar a pouca produtividade científica dos respondentes.

---

No caso da ~~produção técnico-científica conforme o tempo de serviço~~, verifica-se a existência de quatro docentes com **+ 5 a 10 anos** de trabalho prestado a UFPI, os quais são responsáveis por seis tipos de trabalhos. Percebe-se, também, que o tipo de trabalho mais desempenhado pelos professores com esse tempo de serviço, três docentes, consiste em **apresentação de trabalhos em congressos**,

acompanhada de **palestra/conferência/mesa redonda; produção de material didático e produção e/ou direção artística**, com dois professores para cada uma das atividades supracitadas.

Por outro lado, os seis respondentes com **+10 a 20 anos** de serviço na UFPI, desenvolvem sete dos 17 itens contemplados pela GED/UFPI. Destacam-se **palestra/conferência/mesa redonda e produção de material didático** como os tipos de trabalhos produzidos respectivamente por três professores. Os docentes com tempo de serviço de **+20 a 29 anos**, assim como a categoria anterior, apresenta seis docentes. Entretanto, esta realiza seis atividades de produção técnico-científica da GED/UFPI, sendo que a maioria dos docentes com este tempo de serviço, quatro deles, produz **material didático**; apenas um docente tem **30 anos ou +** de serviços prestados à UFPI, o qual realiza duas das 17 alternativas de produção, a saber, **apresentação de obra artística e produção e/ou direção artística**.

A análise dos presentes resultados aponta certa equivalência entre a quantidade de publicações oriundas das quatro categorias docentes, o que implica certa uniformidade na quantidade de produção técnico-científica dos professores do DEF/ UFPI entre aqueles com pouco tempo de trabalho na instituição e os que estão há mais tempo.

## **5.9 Sugestões de atividades especiais da área de educação física para inclusão na GED/UFPI**

A TAB. 8 concentra **sugestões** dos entrevistados acerca da produção técnico-científica específica da área de educação física para efeito de pontuação da GED/UFPI.

TABELA 8

**Sugestões de produção técnico-científica específicas da área de educação física para GED/UFPI. Novembro e dezembro de 2000**

ATIVIDADES	DOCENTES	
	N	%
Treinamento de equipes para competição	14	82,35
Organização de competição	11	64,70
Arbitragem de competição	07	41,17
Outros	06	32,29

Fonte: Dados da Pesquisa  
Resposta múltipla não soma 100%  
(Rodrigues, 2001)

Dentre as atividades arroladas pelos respondentes, **treinamento de equipes para competição**, sugerida por 14 docentes (82,35%), ocupa a primeira posição. Seguem: **organização de competição**, com 11 docentes, 64,70%; **arbitragem de competição**, com sete docentes (41,17%); e seis docentes – 32,29% sugerem **outros**. Este tópico incorpora: encontros, seminários, simpósios, congressos, realização de manhãs de lazer, festas recreativas, composição de coreografia, organização de colônia de férias, administração de escolinhas esportivas e organização de eventos esportivos.

É importante destacar que atividades de monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, tanto do docente como de discente orientado pelo docente estão categorizadas atualmente pela GED/UFPI como atividades de ensino. Portanto, alguns respondentes defendem a inclusão dessas, na categoria de produção intelectual (técnico-científica). Diante disso, torna-se viável uma discussão apurada sobre a GED, quanto aos critérios de avaliação com relação a determinadas áreas acadêmicas. Entretanto, é necessária uma reflexão mais apurada no sentido de questionar-se até que ponto as atividades sugeridas pelos entrevistados podem colaborar para o acervo geral de conhecimentos da área de educação física. Com isso, é interessante ressaltar que as atividades sugeridas pelos entrevistados são pertinentes ao contexto aqui focado, haja vista, que são, em quase sua totalidade, atividades consideradas pela GED/UFMG. No entanto, há diferença de valores para efeito de pontuação dos diversos tipos de trabalhos desenvolvidos pelos docentes da referida Universidade (ver Anexo 2).



Assim, retoma-se a assertiva de FERINATTI; BATISTA (1989), quando estes asseguram que o conhecimento em educação física não pode deixar de lado a prática, da qual se frutifica, uma vez que a disciplinaridade acadêmica é constituída pelo *background* teórico que a fundamenta e este só é alcançado mediante a problematização de conhecimentos específicos sobre sua prática.

Frente aos resultados obtidos nesta etapa da investigação, confirma-se o **segundo pressuposto** do trabalho: os docentes do DEF/UFPI desenvolvem atividades específicas da área de educação física que podem ser consideradas como produção técnico-científica, contudo, estas não se encontram elencadas na lista de critérios da GED/UFPI para efeito de pontuação. Assim, conforme palavras textuais de um dos respondentes, sugerindo que sejam pontuadas:

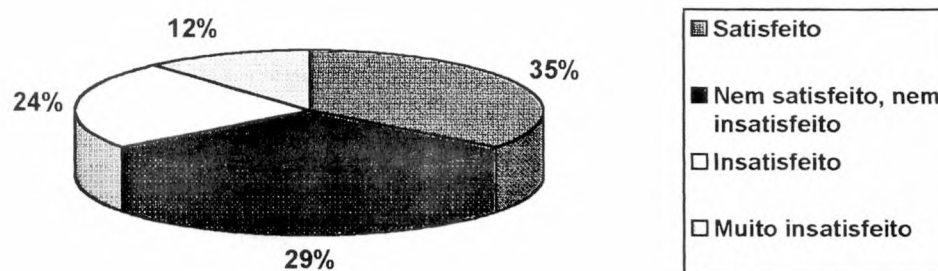
*“Todas as atividades relativas à educação física e ao desporto, mesmo que não desempenhadas na UFPI, mas que contam com a participação do nosso alunado em outras instituições como, acompanhamento de treinamento em equipes esportivas, análise de competições esportivas promovidas pelas respectivas federações etc. devem ser inseridas no rol de produção científica da GED”.*

Provavelmente, a não-contemplação de certas atividades na listagem da GED/UFPI para efeito de pontuação docente, leva a um desinteresse por parte dos professores no que tange à realização de tais trabalhos, embora sejam característicos de seu campo de atuação profissional.

#### **5.10 Grau de satisfação dos docentes, quanto às diretrizes da GED/UFPI para avaliar a Produção técnico-científica.**

---

O gráfico 2 registra o **grau de satisfação** do professor quanto aos critérios da GED/UFPI para avaliar suas atividades de produção científica, apresentando as seguintes opções: **satisfeito; nem satisfeito, nem insatisfeito; insatisfeito; muito insatisfeito.**



**GRÁFICO 2**  
**Grau de satisfação dos docentes, quanto às diretrizes**  
**da GED/UFPI para avaliação da produção técnico-científica**  
**Novembro e dezembro de 2000**

Fonte: dados da Pesquisa  
 (Rodrigues, 2001)

Aqui, observa-se que a maior parte dos respondentes (35%), está **satisfeita** com os critérios da GED/UFPI para avaliar seu desempenho quanto à produção técnico-científica. Este resultado pode decorrer da falta de informação dos docentes quanto às atividades desenvolvidas pelos mesmos e não reconhecidas como produção científica pela UFPI e que são consideradas em outras IFES do País. Uma outra possibilidade seria o fato do docente não necessitar da contabilidade dos pontos destas atividades para atingir a quantidade necessária para a concessão da gratificação.

Ressalta-se, que cinco professores - 29% do corpo docente do DEF/UEFS, mantém-se indiferente ao processo de avaliação da GED, ao afirmar que se encontram **nem satisfeitos, nem insatisfeitos**; enquanto 24% dos pesquisados afirmam estar **insatisfeitos** com tais critérios e, finalmente, os docentes que se dizem muito insatisfeitos representam 12% do total do universo pesquisado.

### 5.11 Fatores motivadores da produção técnico-científica dos docentes

Os fatores motivadores da produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI podem ser visualizados na TAB. 9. **Ascensão na carreira profissional; desejo de provocar debates e testar as próprias idéias** atingem a primeira posição na opinião dos respondentes como os fatores mais significativos para melhoria da produção técnico-científica, apresentando índices iguais na opinião de 11 docentes, 64,70% do total.

**TABELA 9**  
**Fatores motivadores da produção técnico-científica dos docentes**  
**Novembro e dezembro de 2000**

FATORES MOTIVADORES	DOCENTES	
	N	%
Ascensão na carreira profissional	11	64,70
Desejo de provocar debates e testar as próprias idéias	11	64,70
Possibilidade de maior prestígio e renome profissional	09	52,94
Outros	09	52,94
Consciência profissional como pesquisador	07	41,17
Desejo genuíno de colaborar com a ciência	06	35,29
Pressão acadêmica e/ou institucional	06	35,29
Possibilidade de interferir no processo de tomada de decisão	05	29,41

Fonte: dados da Pesquisa  
Resposta múltipla, não soma 100%  
(Rodrigues, 2001)

A este respeito, supõe-se que as perdas salariais ocorridas nos últimos anos no País, em decorrência da política do governo federal de não aumento salarial, sejam decisivos no desejo do docente ascender na carreira profissional em busca de melhorias salariais através da ascensão de classe docente, GED, atividades de pesquisas remuneradas, etc.

Quanto ao **desejo de provocar debates e testar as próprias idéias**, como fator motivador da produção técnico-científica, embora, estando na primeira posição na opinião dos respondentes, juntamente com o fator anterior, este, possivelmente, diverge das causas do primeiro, uma vez que se vincula a questões pessoais do docente no sentido de se auto-avaliar e da possibilidade de contribuir efetivamente

para a construção de uma universidade mais crítica e construtiva.

A seguir, 52,94% dos docentes pesquisados, nove destes, consideram a **possibilidade de maior prestígio e renome profissional** como fator motivador da produção técnico-científica. Tal resultado mostra que a possibilidade do docente ser reconhecido e prestigiado como profissional é bastante significativa para motivar o professor a desenvolver trabalhos de natureza científica dentro da universidade. Contudo, tal resultado não condiz com o pequeno número de publicações divulgadas pelos entrevistados, uma vez que é através dessas que o autor tem oportunidade de divulgar seus trabalhos para a comunidade científica, bem como, para a sociedade em geral. No âmbito dessa questão, evoca-se o pensamento de GARVEY; GRIFFITH (1979) ao afirmarem que é através da divulgação de resultados de pesquisas que os produtores de conhecimento garantem visibilidade e credibilidade no meio científico e social, onde produções e produtores se encontram.

Em posição similar, está o item **outros**, com nove professores, 52,94%. Aqui, os pesquisados citam possíveis fatores motivadores para a produção técnico-científica, como por exemplo: satisfação pessoal, melhorias salariais, aquisição de conhecimentos específicos da área e técnico-científicos em geral, facilidade de acesso e uso dos meios de comunicação eletrônica (internet), contribuir para pontuação da GED, além da relativa facilidade de acesso aos meios de divulgação dos trabalhos realizados. Nota-se, no entanto, que os entrevistados fornecem opiniões sobre os fatores já utilizados e comprovados como motivadores e sugerem outros, ainda possíveis de serem adotados pela UFPI, com intuito de melhoria tanto da quantidade como da qualidade das produções científicas de seus professores.

O fator **consciência profissional como pesquisador** é mencionado por sete docentes, o que corresponde a 41,17% do total dos respondentes. Em penúltima posição, estão **o desejo genuíno de colaborar com a ciência e pressão acadêmica e/ou institucional**, com seis professores, 35,29% do universo pesquisado. É surpreendente o fato dos Professores entrevistados não mostrarem desejo de colaboração com a ciência, uma vez que, desenvolver trabalhos de pesquisas

científicas é uma das mais importantes funções do professor universitário. Assim, são retomados aqui pensamentos de NEVES *et al.* (1997), ao afirmarem que a universidade é a instituição legitimada pela sociedade com a função de produzir e socializar os conhecimentos gerados por ela, bem como, de formar agentes capazes de realizar essa mesma função nas diversas instituições que apresentem tal objetivo. **Possibilidade de interferir no processo de tomada de decisão**, por seu turno, ocupa a última posição, com cinco docentes, 29,41% dos respondentes acreditam ser este fator motivador da produção. Tal resultado parece contraditório, partindo-se do ponto de vista de que os fatores expostos anteriormente - desejo genuíno de colaboração com a ciência; desejo de provocar debates e testar as próprias idéias – são, decerto, fatores desencadeadores de transformações na realidade do ambiente acadêmico, o que implica interferência no processo de tomada de decisão. Contudo, ao demonstrarem tão pouco interesse em interferir no processo de tomada de decisão, os docentes pesquisados podem estar explicitando conformismo diante da constatação da baixa produtividade científica apresentada pelo DEF/UFPI.

## **5.12 Fatores inibidores da produção técnico-científica dos docentes**

A TAB. 10 mostra agentes inibidores da produção técnico-científica, de acordo com a opinião dos professores entrevistados. Assim, problemas como: sobrecarga de horas-aulas; falta de infra-estrutura institucional; falta de conhecimento de redação técnico-científica; falta de motivação pessoal; falta de motivação institucional; não acesso aos veículos de divulgação; desconhecimento da tipologia de produção técnico-científica são fatores enumerados e discutidos nesta etapa da pesquisa.

**TABELA 10**  
**Fatores inibidores da produção técnico-científica dos docentes.**  
**Novembro e dezembro de 2000**

FATORES INIBIDORES	DOCENTES	
	N	%
Falta de motivação institucional	15	88,24
Falta de infra-estrutura institucional	14	82,35
Outros	10	58,82
Falta de motivação pessoal	09	52,94
Sobrecarga de hora-aula	09	52,94
Falta de conhecimento de redação técnico-científica	07	41,18
Desconhecimento da tipologia de produção técnico-científica	07	41,18
Não acesso aos veículos de divulgação	04	23,53

Fonte: Dados da Pesquisa  
 Resposta múltipla, não soma 100%  
 (Rodrigues, 2001)

Analisando-se os resultados referentes aos fatores inibidores da produção técnico-científica dos entrevistados, observa-se que 15 docentes, ou seja, a maioria dos respondentes - 88,24%, assegura que a **falta de motivação institucional** é fator contribuinte para a incipiente produção técnico-científica dos docentes do DEF/UFPI. Na mesma linha de raciocínio, **falta de infra-estrutura institucional** aparece como o segundo fator mais citado pelos professores, com 14 docentes, 82,35%. Tais dados são reforçados com o pensamento de WITTER (1996), ao afirmar que o potencial e produção dos professores universitários dependem muito das condições materiais e financeiras internas e externas, bem como da política de distribuição de verbas do País e das próprias instituições. Sabe-se que nem todas as IFES possuem recursos financeiros suficientes para a realização de pesquisas científicas, como, também, não recebem verbas suficientes, para este fim, das agências de fomento em nível nacional.

Ao que tudo indica, a **falta de motivação pessoal** ante a produção técnico-científica decorre da fusão dos problemas ora enumerados, além da pouca tradição dos profissionais da área de educação física em desenvolverem pesquisas para geração de conhecimentos e pressupostos teóricos na área, como antes mencionado e discutido.

Por isso, as universidades devem apresentar estratégias de valorização da pesquisa, tais como, incentivos financeiros, mais facilidades para publicação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, instalações materiais adequadas, tudo isto associando à capacidade criativa do professor e de sua curiosidade pelo conhecimento. Estas ações devem privilegiar equanimente as diversas áreas de estudo.

Em se tratando do caso específico da UFPI, tais fatores são extremamente significativos, considerando-se os poucos recursos enviados pelos órgãos nacionais de fomento à pesquisa para esta Universidade e as condições de infra-estrutura da mesma. Em razão disto, tal instituição não atende às necessidades dos departamentos para desenvolverem atividades de pesquisa e extensão, nem ao menos um ensino adequado.

**Outros** fatores são mencionados por 10 professores, 58,82% dos respondentes, os quais apontam fatores como: baixo nível de titulação dos docentes; ausência de políticas de incentivo para o aumento da produção em geral dos professores; falta de incentivo por parte da UFPI no que diz respeito à publicação dos trabalhos realizados; falta de recursos financeiros; preconceito por parte da UFPI com relação às atividades realizadas pelos docentes da área de educação física; falta de recursos materiais; sentimento de inferioridade dos docentes do DEF/UFPI com relação aos grandes centros de ensino superior do Brasil, por acreditarem não serem capazes, nem responsáveis pela geração de conhecimento na área, mas somente em repassar conhecimentos pré-existentes e “*importados*” de outras localidades; falta de comunicação entre a UFPI e as outras IFES, no sentido de trocar experiências e despertar o docente do DEF/UFPI para a urgência de estabelecer suas bases teóricas, a exemplo de outras instituições de ensino superior que possuem melhor índice de produtividade científica dentro da área. Tais pensamentos podem ser reforçados com o depoimento de um dos entrevistados ao afirmar que:

*“ O que a Universidade Federal do Piauí precisa urgentemente, é de uma política de desenvolvimento para pesquisa, que atue de fato, oferecendo maior*

*apoio, tanto de instalações materiais, como de recursos financeiros aos professores que pretendem realizar pesquisas, além de motivar seu corpo docente a capacitar-se em nível de mestrado e doutorado, independente da área de estudo. Contudo, não é dever somente dos que tem doutorado e mestrado, desenvolverem bons trabalhos de pesquisas. Pois estas atividades devem ser democratizadas dentro do próprio ambiente acadêmico, de forma a se efetivarem verdadeiras mudanças na cultura acadêmica em relação à pesquisa na UFPI".*

Os baixos salários encontram-se atrelados aos fatores expostos, induzindo ao professor buscar outras atividades para complementação de renda, o que certamente reduz o tempo do professor no desempenho pleno de suas atividades acadêmicas. **Sobrecarga de horas-aula e falta de motivação pessoal** são fatores, igualmente, considerados inibidores da produção docente por nove docentes - 52,92% dos entrevistados. Sobrecarga de horas-aula, possivelmente, esteja vinculada ao considerável número de aposentadorias integrais ou parciais que estão ocorrendo nos últimos anos em decorrência da política de reforma previdenciária do governo federal, que acarreta uma série de perdas financeiras e trabalhistas para os servidores do País. Associa-se a estes fatores, a política do governo federal de não contratação de pessoal para preenchimento das vagas surgidas no serviço público, há mais de seis anos, o que resulta certamente em sobrecarga de trabalho para os docentes que permanecem na ativa e, conseqüentemente, traz prejuízos para a produção em geral do docente.

A este respeito, é oportuno mencionar que, no DEF/UFPI, desde 1993, ocorreram nove aposentadorias, em contraposição a uma única contratação e duas transferências para o Departamento. Como esse conta, no momento, com três professores efetivos afastados para cursos de pós-graduação, restam apenas 15 professores, para o desenvolvimento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em vista disso, evidencia-se através das declarações dos respondentes, a excessiva sobrecarga de atividades dos docentes pesquisados.

Verifica-se, ainda, que a **falta de conhecimento de redação técnico-científica e desconhecimento da tipologia de produção técnico-científica** por parte dos professores atinge iguais proporções, segundo o ponto de vista de sete



docentes, 41,18% dos investigados. Isto pode ser decorrente da falta de iniciativa do docente em publicar trabalhos científicos e, conseqüentemente, não busca conhecimentos técnicos necessários para a produção literária.

Por fim, constata-se a **dificuldade de acesso aos veículos de divulgação** como fator inibidor para o crescimento da produtividade científica dentro DEF/UFPI, por quatro professores, 23,53% dos sujeitos entrevistados. Este resultado pode estar associado à dificuldade para o docente divulgar e publicar no âmbito da UFPI, uma vez que esta possui poucos recursos para editoração da produção acadêmica dos professores. Entretanto, deve-se ressaltar que não há custos financeiros para o docente publicar trabalhos em periódicos, anais e alguns outros veículos de divulgação de pesquisas científicas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Esta pesquisa traz, além de respostas diretamente relacionadas aos objetivos e pressupostos enunciados, algumas constatações complementares para o enriquecimento e compreensão acerca do tema avaliação da GED em educação física, no contexto da universidade.

No que se refere aos números de itens da produção técnico-científica dos docentes constante dos relatórios da GED comparado com os resultados da entrevista, constatam-se divergências, uma vez que os números apresentados nas entrevistas são superiores aos registrados nos relatórios da GED. Os tipos de produção técnico-científica mais desenvolvidos pelos docentes do DEF/UFPI, registrados nos relatórios da GED, são: artigo de jornal e/ou revista informativa, apresentação de trabalho em congresso e palestra/conferência/roda de conversa, enquanto no caso da entrevista, tem-se a seguinte ordem: palestra/conferência/roda de conversa, produção de material didático, com igual número de produção, seguido de artigo de jornal e/ou revista informativa.

Ao se comparar a produção técnico-científica contemplada pela GED/UFPI e GED/UFMG identifica-se que a única atividade específica de educação física, comum nas duas universidades, é coreografia premiada nacional e/ou internacional. Os demais tipos de produção técnico-científica contemplados por ambas as universidades são: palestra/conferência/roda de conversa, produção de material didático, trabalho em anais, artigo de periódico, tradução de livro, tradução de capítulo de livro, livro, capítulo de livro, apresentação de obra artística, produção e/ou direção artística.

---

Quanto às atividades específicas de educação física, verifica-se que a UFMG apresenta maior número de trabalhos contemplados para efeito de pontuação da GED do que a UFPI, tais como: bailarino premiado, técnico de competição nacional e/ou internacional, atleta de competição nacional e/ou internacional e coreografia premiada nacional e/ou internacional. Isto denota, então, falta de consenso entre as

instituições quanto aos critérios de avaliação das atividades docentes para efeito de pontuação da GED.

Em se tratando das subáreas de educação física, predominantes entre o referido corpo docente, constata-se que a educação física escolar, desporto e recreação e lazer lideram o rol das atividades.

De acordo com os resultados das entrevistas, a maioria dos docentes do DEF/UFPI produz: material didático, palestra/conferência/mesa redonda e trabalho apresentado em congresso, acrescentando-se que a língua de comunicação é o português e o tipo de autoria dessas publicações é individual.

Os docentes com maior índice de produtividade corresponde às características: faixa etária entre 40 a 50 anos; sexo masculino; dedicação exclusiva; distribuição eqüitativa entre assistentes e adjuntos; especialistas e tempo de serviço entre 10 a 29 anos.

No que diz respeito às atividades sugeridas para inclusão nos critérios da GED da Universidade Federal do Piauí enumeradas em ordem decrescente são: treinamento de equipes para competições esportivas; organização de competições esportivas; arbitragem de competição; coordenação de encontros, simpósios, seminários e congressos; realização de manhãs de lazer; colônia de férias e organização de eventos esportivos em geral.

Constata-se que a maior parte dos professores investigados demonstra satisfação quanto aos critérios de avaliação de suas atividades pela GED/UFPI, para efeito de pontuação.

Quanto aos fatores motivadores, considerados de maior relevância para a produção técnico-científica, na opinião dos docentes, destacam-se: ascensão na carreira profissional; desejo de provocar debates e testar as próprias idéias. Por outro lado, aparecem como fatores inibidores da referida produção, a falta de motivação institucional e de infra-estrutura institucional. Ressalta-se que no item **outros** do roteiro de entrevista, os docentes apontam como fatores inibidores o baixo nível de titulação dos docentes, a ausência de políticas de incentivo para o aumento da produção em geral dos professores, a falta de incentivo por parte da

UFPI, no que diz respeito à publicação dos trabalhos realizados, a falta de recursos financeiros nas universidades públicas, o preconceito por parte da instituição em estudo, com relação às atividades realizadas pelos docentes da área de educação física e a falta de conscientização do professor do departamento quanto a sua função de produzir trabalhos científicos.

Frente à abordagem da presente dissertação, não se pode assegurar que os seus resultados desencadeiem transformações, no sentido de amenizar diferenças entre os critérios de avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência da Universidade Federal do Piauí e demais universidades públicas federais, bem como dos diversos problemas enfocados nesta pesquisa. Entretanto, é de suma importância que se chame à atenção dos professores do DEF para a possibilidade de transformar a realidade vivida pelos mesmos, a partir das discussões feitas nesta investigação e que dizem respeito à importância de desenvolver pesquisas e publicar resultados, de forma a solidificar uma produção científica capaz de fundamentar suas atividades de ensino e extensão, dentro de uma universidade voltada para as carências de seus alunos e da população em geral.

A constatação do baixo rendimento da produção científica dos docentes do DEF/UFPI apresenta, certamente, diversas razões que devem ser discutidas de forma mais complexa. Porém, é preciso se fazer, neste momento, uma reflexão sobre a falta de iniciativa dos docentes estudados, no sentido de produzirem trabalhos científicos baseados em suas práticas pedagógicas.

Partindo-se da premissa de que é função de toda área acadêmica desenvolver atividades de produção científica, é recomendável que a área de educação física realize atividades clássicas de trabalhos científicos, tais como: livros, artigos de periódicos, resumos, trabalhos em anais, resenhas e outros, que estejam pautados no movimento humano, conteúdo básico da educação física. Assim, os conhecimentos gerados pelos docentes do Departamento deveriam ser documentados e disponibilizados para os profissionais que deles necessitassem para a melhoria de suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, de seus serviços prestados a sociedade.

No entanto, os fatores inibidores da referida produção, tais como: falta de motivação e infra-estrutura institucional, não acesso aos veículos de divulgação, falta de incentivos financeiros, dentre outros, podem ser considerados e discutidos, tanto no âmbito da UFPI como pelos órgãos governamentais de fomento à pesquisa, considerando-se as condições socioeconômicas e culturais de cada unidade de ensino para criar linhas de pesquisas que viabilizem a geração de conhecimentos inovadores nas diferentes áreas de estudo.

Em vista aos resultados obtidos referentes ao elevado tempo de serviço dos docentes do departamento em pauta, recomenda-se, inicialmente, a renovação do atual quadro docente, uma vez que, para ascenderem na carreira profissional terão que fazer cursos de mestrado e doutorado, o que, possivelmente, viabiliza a realização de novas pesquisas.

Frente ao exposto, é necessário dar continuidade ao processo de discussão dos parâmetros utilizados pela GED, considerando as peculiaridades de cada área de estudo presente no ambiente universitário, dando-se atenção especial às áreas de cunho prático, como educação física e outras. Diante disso, torna-se recomendável, uma revisão dos critérios da GED/UFPI na área de educação física, considerando-se as peculiaridades de cada área de estudo presente no ambiente desta universidade.

Sugere-se, também, a realização de estudos posteriores com objetivos similares aos apresentados neste trabalho, em outras universidades da região Nordeste que apresentem semelhanças no aspecto socioeconômico e cultural da Universidade Federal do Piauí, a fim de se averiguar, em proporções regionais, os problemas detectados nesta investigação.

Por isso, este trabalho não esgota o tema abordado, até porque a busca pelo conhecimento constitui processo contínuo. Pretende-se suscitar possibilidades de novos estudos e questionamentos sobre a temática, no sentido de apontar soluções para os problemas aqui levantados. Portanto, vislumbra-se, neste momento, melhorias nos critérios de avaliação da produção acadêmica, tendo em vista a realidade vivida por cada IFES. Ainda nessa perspectiva, espera-se contribuir para definição do projeto de universidade justa e competente.

Frente ao contexto, para maior compreensão da produção científica dos docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, são necessárias reflexões envolvendo abordagens históricas, sociológicas e antropológicas, no sentido de se questionar até que ponto o Piauí aparece como Estado propulsor do desenvolvimento científico e até que ponto os fatores culturais atuam como cerceadores e facilitadores da produção científica e de que forma seus docentes são afetados por esses fatores.

---

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, D. M. E. *A formação do professor de educação física no Estado do Piauí: 1969 - 1995*, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 1996. (Dissertação de mestrado em educação)

ARAÚJO, V. M. R. H. de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 8, n. 2, jul./dez. 1979.

BARRETO, A. de A., A estrutura da comunicação científica e a comunidade de química. *Revista de biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.10, n.1, jan./jun. 1982.

BELLONI, I. A GED no contexto da avaliação interinstitucional. *Universidade e Sociedade*, ano VIII, n. 17, nov. 1998.

BELLONI, I. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente. In: polêmicas do nosso tempo, *A universidade em questão*. São Paulo, Cortez: Autores associados, 1989.

BERCHMANS, J. A história da GED. *InformANDES*, Ano XI, n. 96, jan./2000.

BETTI, M. Como impedir o desenvolvimento da Educação física enquanto ciência ou a ciencideologia da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, esp. 8 (2 e 3) 1987.

BIELSCHOWSKI, C. E. Avaliação na Universidade Federal do Rio de Janeiro: A metodologia. *Avaliação*, ano 1, n. 2, dez. 1996.

BOTH, I. J. Avaliação Institucional: agente de modernização administrativa e da educação. *Avaliação*, Revista da rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas-SP, v.3, n. 1, mar./1998.

CALDEIRA, P. T. Produção científica dos professores da Escola de Veterinária da UFMG, 1970 -1974 *Congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação*, 10, anais, Curitiba, 1979.

CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M. *Fontes de Informação especializada: características e utilização*. 2. ed., editora da UFMG, 1993.

CARLAN, P. A produção do conhecimento na educação física brasileira e suas propostas de intervenção na educação física escolar: análises das pesquisas nos

mestrados de educação. *Coleção Trabalhos Acadêmicos*. Série dissertação de mestrado. Ijuí, editora UNIJUÍ, 1997.

CASTRO, C. de M. *Ciência e Universidade*. Brasil nos anos de autoritarismo, análise - balanço - perspectivas, Editora JZE LTDA, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. Onde estão os puxões de orelhas e os prêmios? *Revista Veja*, São Paulo, v. 31, n.1, 7 jan. 1998b.

CREMA, M. C. DA S. A questão da avaliação na universidade, subsídios e parâmetros. *Avaliação*, ano 1, n. 2, dez. 1996.

CHRISTOVÃO, H. T. Da comunicação informal à comunicação formal: Identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, 1979.

CHRISTOVÃO, H. T.; BRAGA, G. M. Ciência da Informação e Sociologia do conhecimento científico: a intermisticidade plural: *Transinformação*, Campinas, v.9, n.3, set./dez. 1997.

CRUZ, A. S. Eu torturei. Educação: o mapa do caos, *Revista Veja*, São Paulo, v. 31, n. 49, 9 dez./1998.

CUNHA, M. S. V. Algumas teses sobre a ciência da motricidade humana. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, 8 ( 2 e 3 ), jan. e maio/1987.

DIAS, E. W. Guia de fontes factuais e bibliográficas, impressas e eletrônicas. *Cadernos de ciência da informação*, edição preliminar, Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, Núcleo de Assessoramento à pesquisa, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e fontes internas. *Universidade e sociedade*. Sindicato ANDES Nacional, Ano VIII n. 17, nov. 1998.

FARINATTI, P. T. *Pesquisa em educação física no Brasil: por um compromisso com a evolução*. In: pesquisa e produção do conhecimento em educação física, livro do ano 1991, SBDEF, Rio de Janeiro, editora ao livro técnico, 1992.

---

FARINATTI, P. J.; BATISTA L. A. *Interação pesquisa/escola: uma análise crítica*. In: I congresso internacional de educação física para países de língua portuguesa. Rio de Janeiro, UERJ (resumos), 1989.

GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science*; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979.



GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Communication and information process within scientific disciplines, empirical findings for psychology. In: GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students*. Oxford: Pergamon, 1979.

GERMINIANI, C. de L. Movimento docente avalia os resultados da GED. *InformANDES*: no XI, n. 9 a 6, jan./2000.

GHIRALDELLI, P. J. *Educação Física Progressista*. São Paulo, Loyola, 1988.

GOERGEN, Pedro. A avaliação universitária na perspectiva da pós - modernidade. *Avaliação*, v. 2, n. 3, set. 1997.

GONÇALVES, A.; VIEIRA, P. C. T., Uma característica da produção científica no Brasil: avaliação no âmbito do conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v.10, n. 2, São Paulo, 1989.

GO TANI; MANOEL, E. de J. Preparação profissional em educação física e esporte: passado, presente e desafios para o futuro. *Revista paulista de educação física*, São Paulo, v.13, n. especial, dez. 1999.

GRIFFITH, B. C. Understanding science; studies of communication and information. *Communication Research*, Newbury Park, V. 16, n.5, Oct.1989.

HOYOS, L. E. A. *Características do processo de comunicação científica entre pesquisadores agrícolas brasileiros*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2.ed, Rio de Janeiro, 1979.

KAPLAN, N., STORER, N. W. Scientific communication. In: SILLS, D. L. (Ed.) *International encyclopedia of the social sciences*. New York: Macmillan, V. 14, 1968.

KNUDSEN, D.W. *Higher Education: Let the teacher teach*. New York: the institute, 1995.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3.ed. São Paulo Perspectiva, 1990.

---

\_\_\_\_\_. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago, The University of Chicago press, 1970.

LABORINHA, L. *A Produção científica em educação física: positivismo e humanismo, afirmação e busca da superação de uma influência*. Pesquisa e produção do conhecimento em educação física. SBDEF, livro do ano, 1991.

LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1996.

MAAR, W. L. A universidade brasileira e sua função social. *Caminhos*, n.14, jun./1997.

MARTINS, G. de. *Manual para elaboração de monografias*, São Paulo, editora atlas, 1994.

MEADOWS, A. J. *Communication research*. San Diego: Academic Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Communication in science*. London: Butter Worths, 1974.

A história da GED. *InformANDES*, ano XI, n. 96, jan./2000.

MENZEL, H. Scientific communication: five themes from social science research. *American Psychologist*, Washington, v.21, n.10, oct. 1966.

MERTON, R. K. *The sociology of science*; theoretical end empirical investigations. Chicago: The Univerty of Chicago, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*; teoria estrutura, mestre jou, São Paulo, 1970.

MOREL, R. L. de M.; MOREL, C. M., Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do Institute for Scientific Information (ISI). *Ciência da informação*, Rio de janeiro, 6 (2), 1977.

MOURA, M. A. Tecnologias da informação como aporte ao movimento docente. A experiência da greve de 1998. *Caminhos*. n. 16 e 17, dez. 1998.

MUELLER, S. P. M. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n .1, Jan./ jun. 1995.

NEILL, S. D. The information analyst as a quality filter in the scientific communication process, *Journal of information science*, London, 1988.

NEVES, A. das.; OLIVEIRA, C. A. D. de.; PIRES, G. de L. Reflexões sobre as relações que envolvem as instituições de ensino e a questão do conhecimento. *Caderno de Pesquisa do RPD*, n. 2, CDS/ UFSC: 1997.

NUNES, R. da C. Ciência e tecnologia. *Revista da ADUFG*, n. 5 – especial, 2000.

OLIVEIRA, M de. Canais formais de comunicação do conhecimento antropológico produzido no Brasil. *Ciência da informação*, Brasília, v. 25, n. 3, set./dez. 1996.

PARSONSON, M. *Pharaoh, Luther, and R & D today IEEE spectrum*, New York, 1993.

PELLEGRINI, A. M. *et al.* Avaliação e perspectivas da produção científica em educação física, metas e prioridades para o triênio 1987- 89. *ARTUS Documento*, n. 20, Rio de Janeiro, dez., 1987.

PRICE, D. J. de S. *A ciência desde a babilônia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976a. 189p. Tradução de: Science since Babilon.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento da ciência*; análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976b. Tradução de: Little science big science.

RAMOS, M. G., Modelos de comunicação e divulgação científicas – uma revisão de perspectivas. *Ciência da informação*, Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 1994.

REIS, J. Ciência, Comunicação e SBPC. *Ciência e Cultura*, 30 (11) 129-5. nov.1978.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de Pesquisa Científica*. editora vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

ESPÍRITO SANTO, A. M. do. GED prejudica a pesquisa. *Revista da ADUFG*, n. 5 – especial,

SEVERINO, A. J. Epistemologia e ética da produção científica na atualidade latino-americana; *Filosofia, Sociedade e Educação*. Marília, v. 2, n. 2, 1998.

SILVA, C. J. da. Qualidade ou quantidade, *Caminhos*, n.14, jun. /1998.

SOBREIRA, I. F. *A disseminação da informação na avaliação institucional e seus reflexos na cultura organizacional da UFMG*. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG. Setembro, 1999.

STORER, N. W. The social system of science. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

TARGINO, M. das G. Produção intelectual dos docentes do centro de ciências humanas e letras da Universidade Federal do Piauí. Teresina: "*veredas*", *culturarte*, 1988.

\_\_\_\_\_. *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*. Brasília; UNB, 1998. Tese (Doutorado em ciência da informação) –

Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998.

VÁLIO, I. F. M. Fazer ciência: um ponto de vista. *Transinformação*, v. 4, n. 1, 2, 3 jan./dez., 1992.

VERENGUER, R. de C. G. Dimensões profissionais e acadêmicas da educação física no Brasil: uma síntese das discussões. *Revista Paulista de Educação física*, SP, v.11, n. 2, jul./ dez. 1997.

WITTER, G. P. O ambiente acadêmico como fonte de produção científica. *Informação & Informação*, Londrina, v.1, n.1, jan./jun.1996.

WURMAN, R. S. *Ansiedade de informação*. São Paulo: Cultura, 1992.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

\_\_\_\_\_. *The force of knowledge: the scientific dimension of society*. Cambridge: Cambridge university press, 1976.

---

## **8 ANEXOS**

### **Anexo 1 – Diretrizes para implementação da GED/UFPI**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
*Gabinete do Reitor*

**Resolução N.º 37/99**

**CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFPI**

**Estabelece os Critérios e Procedimentos da Avaliação de Desempenho Docente para concessão da Gratificação de Estímulo à Docência – GED na Universidade Federal do Piauí.**

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 22.10.99 e , considerando;

- os termos da Lei n.º 9.678, de 03 de julho de 1998, e do Decreto n.º 2.668, de 13 de julho de 1998;
- os procedimentos estabelecidos no Relatório da Comissão Nacional, criada através da Portaria n.º 826, de 03 de agosto de 1998;
- as orientações gerais/99 - Ofício Circ. N.º 054/99-Gab. SESu/MEC, de 10.08.99;
- o processo N.º 23111-010264/99-97;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Criar a Comissão Institucional de Atribuição da GED - CIAG, da UFPI, composta de 08 (oito) membros, preferencialmente Doutores, assim escolhidos:

**I-** 02 (dois) professores doutores vinculados a outra Instituição de Ensino Superior, indicados pelo Magnífico Reitor;

**II -** 02 (dois) representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD;

**III -** 01 (um) representante da Comissão do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB da UFPI;

**IV -** 03 (três) representantes do CEPEX.

§ 1º A presidência da CIAG será exercida por um dos membros indicado pelo Magnífico Reitor.

§ 2º O mandato dos membros da CIAG será de 02 (dois) anos.

**Art. 2º** – São atribuições da CIAG:

**I -** Estabelecer e aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a concessão da GED;

**II -** Aplicar as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI;

**III** - Atuar como interlocutor formal da UFPI junto à Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação;

**IV** - Apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente;

**V** - Constituir a primeira instância de recursos da implantação da GED;

**VI** - Elaborar relatório final do processo para encaminhamento à Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação após homologação pelo Conselho Universitário da UFPI.

**Art. 3º** A gratificação de estímulo à docência é devida aos ocupantes dos cargos efetivos de professor de 3.º grau, em conformidade com a legislação pertinente.

**Art. 4º** - O processo de avaliação será anual, envolvendo 02 (dois) períodos letivos, sendo consideradas as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administrativas, classificadas de acordo com a Lei 9.678, de 03 de julho de 1998, em:

**I - Quantitativas**, assim consideradas aquelas especificamente alusivas às atividades de Ensino, correspondendo a uma pontuação máxima de 120 (cento e vinte) pontos, dos quais até 40 (quarenta) pontos em atividades de orientação e supervisão, conforme fixado na tabela constante no anexo I;

**II - Qualitativas**, assim consideradas aquelas referentes às atividades de Pesquisa, Extensão, Administrativas, Produção Intelectual e Outras, definidas no anexo I desta resolução e que correspondem a um máximo de 60 (sessenta) pontos;

**III** - Em obediência ao § 3º, do art. 1º, da Lei 9.678, de 03 de julho de 1998, só farão jus à pontuação referente às atividades qualitativas os docentes que obtiverem 80 (oitenta) pontos na atividade quantitativa, excetuando-se o que preceitua o art. 3º do Decreto nº 2.668, de 13.07.98.

**Art. 5º** - Para participar do processo de avaliação de suas atividades, os docentes deverão encaminhar às chefias de suas unidades de lotação Relatório de Atividades realizadas no período de avaliação especificado, de acordo com o modelo a ser fornecido pela CIAG.

§ 1º Cada departamento encaminhará à direção de sua unidade de ensino os Relatórios de Atividades de seu quadro docente, devidamente aprovados em reunião da Assembléia Departamental, para fins de encaminhamento à CIAG.

§ 2º A pontuação obtida, com base no Relatório de Atividades, determinará o valor da GED a ser paga ao docente no período subsequente à avaliação, de acordo com a legislação pertinente.

§ 3º - As pontuações dos docentes, para fins de cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência, serão remetidas pela CIAG ao Reitor, para posterior implantação pela DRH/DP no SIAPE.

**Art. 6º** - Os docentes afastados para programas de mestrado ou doutorado, de acordo com a Lei N.º 9.678/98 de 03 de julho de 1998, poderão receber a GED referente à atividade de qualificação, calculada com base em percentual superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação máxima, mediante avaliação do Relatório de Atividades e parecer emitido pelo Orientador, conforme modelo a ser fornecido pela CGCD/PRPPG.

§ 1º - Os docentes participantes de programas de pós-graduação "stricto sensu" nas modalidades institucional ou interinstitucional, terão assegurados 84 (oitenta e quatro) pontos durante o período de obtenção de créditos, podendo obter a pontuação máxima, através de outras atividades, sendo no mínimo 40 (quarenta) pontos em sala de aula. Quando em estágio obrigatório,

na modalidade interinstitucional, ou afastado para elaboração da dissertação, será assegurada a pontuação máxima.

§ 2º - Os docentes que estiverem participando de estágio de Pós-Doutoramento farão jus ao que preceitua o "caput" do artigo supra, mediante apresentação de relatório que comprove a execução do plano de trabalho do estágio.

Art. 7º - Para obter a gratificação máxima, é necessário uma pontuação equivalente de 140 (cento e quarenta) pontos.

§ 1º - Docentes que exerçam CD, FG1 ou FG2 têm garantido 60% (sessenta por cento) da pontuação máxima, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - Não serão consideradas para fins de avaliação as atividades em que o docente receba remuneração adicional por prestação de serviços.

Art. 8º - Os Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão devem ser cadastrados nas respectivas Pró-Reitorias, após aprovação nos respectivos departamentos.

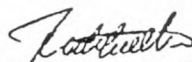
Art. 9º - Os docentes com ingresso durante o interstício da avaliação terão assegurados 60% (sessenta por cento) do valor a que fizeram jus.

Art. 10 - Os resultados da avaliação serão encaminhados à direção das unidades de ensino para divulgação, podendo o docente a partir de então, apresentar à CIAG, num prazo de 10(dez) dias, pedido de revisão da pontuação obtida.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Institucional de Atribuição da GED.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teresina (PI), 25 de outubro de 1999



Prof. Pedro Leopoldino Ferreira Filho  
Reitor da UFPI



## ANEXO I

## QUADRO DE ATIVIDADES / PONTUAÇÃO GED

PERÍODOS: 98/2 e 99/1

## I – ATIVIDADES DE ENSINO

OBS: Máximo de 120 pontos nestas atividades, dos quais até 40 pontos para atividades de Orientação e Supervisão.

Indicadores de atividades de Ensino	Pontos	
<b>I – Atividades de sala de aula</b>		
01. Atividade de sala de aula em ensino de graduação, pós-graduação e cursos seqüenciais	10 / hora-aula semanal	
<b>II – Atividades de Orientação e supervisão</b>		
01. Orientação de TCC	07	
02. Orientação/supervisão de Estágio Supervisionado Obrigatório	DE, TI e TP	40
03. Orientação em Residência Médica.	DE, TI e TP	40
04. Orientação de Monografia de especialização	07	
05. Orientação de Dissertação	Em andamento	12
	Concluída	20
06. Orientação de Tese	Em andamento	20
	Concluída	25

OBS: As atividades em sala de aula serão consideradas por período letivo e, para fins de cálculo da pontuação, será feita uma média aritmética das horas-aulas semanais ministradas nos dois períodos (98/2 e 99/1).





## II – PRODUÇÃO INTELECTUAL

OBS: Máximo de 60 pontos por estas Atividades

II.1 – Produção Bibliográfica	Pontos		
	01. Trabalhos publicados em anais	Resumo	Nacional
Internac.			07
Completo		Nacional	10
		Internac.	15
02. Artigos publicados em periódicos científicos*	Nacional	20	
	Internac.	30	
03. Artigo publicado em jornal ou revista (comuns)	02(máximo de 6 pontos)		
04. Resenha de trabalhos científicos na área	05		
05. Tradução de livro	10		
06. Tradução de capítulo de livro	02(máximo de 6 pontos)		
07. Livro publicado	30		
08. Capítulo de livro publicado na área	10(máximo de 20 pontos)		

\* - Trabalhos comprovadamente ACEITOS para publicação no período da avaliação e ainda não publicados, serão assegurados 05 e 10 pontos, respectivamente, na condição de Nacional ou Internacional. Em uma nova avaliação, após ter sido publicado, o valor da nova pontuação será descontado da pontuação dada pelo aceite.

II.2 – Produção Artística	Pontos
01. Apresentação de Obra Artística (Coreográfica, Literária, Musical, Teatral, outras)	10
02. Arranjo Musical (Canto, Coral, Orquestral, outros)	03/obra
03. Composição Musical (Canto, Coral, Orquestral, outras)	10
04. Obras de Artes Visuais (Cinema, Instalação, Televisão, Video, outras)	10
05. Obras de Artes Visuais (Desenho, Escultura, Fotografia, Gravura, Pintura, outras)	05
06. Transcrição Musical	03
07. Edição Musical	02
08. Produção Multimídia( CD-room)	05
09. Produção de CD	10
10. Programação Visual (Cartaz, Logomarca, painel, out-door, arte final de mídia impressa)	05

OBS: TODAS ESTES ITENS DEVEM, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DOCENTE.

*Assinado*



11.3 - Produção Técnica	Pontos	
01. Relatórios Técnicos( assessorias, Consultorias, pré-pint)	05	
02. Relatório final de pesquisa	10	
03. Apresentação de trabalhos em Congressos ou similares	Nacional	05
	Internac.	10
04. Palestras, conferências em eventos científicos	Nacional	05
	Internac.	10
05. Participação em Mesa Redonda de eventos científicos	03	
06. Produção de material didático instrucional	05(máximo de 10 pontos)	
07. Desenvolvimento de Aplicativos (Computacional, Multimídia, outros)	10	
08. Editoria (Edição, Editoração, outros)	03	
09. Maquete	03	
10. Produção de programas de Rádio e Televisão (Entrevista, Mesa Redonda, Comentários, outros)	03	
11. Direção Artística	10	
12. Produção Artística	10	

### III - ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

OBS: Máximo de 30 pontos por estas atividades

III.1 - Indicadores das atividades de Pesquisa	Pontos	
01. Projeto de pesquisa COM financiamento (CAPES, CNPq, FINEP, etc...)	Coordenador	15
	Membro	10
02. Projeto de pesquisa SEM financiamento	Coordenador	10
	Membro	05
03. Relatório parcial do projeto de pesquisa	Coordenador	10
	Membro	05
III.2 - Indicadores das Atividades de Extensão	Pontos	
01. Hora-aula ministrada em Curso de Extensão(p/cada hora-aula)	01	
02. Coordenação de Curso de Extensão(p/cada 10 horas-aula)	10	
03. Projeto de Extensão	Coordenador	10
	Membro	05
04. Relatório parcial do projeto de extensão	Coordenador	10
	Membro	05
05. Coordenação de atividade artístico-cultural	10	

OBS 1: Os projetos só serão pontuados mediante cadastramento nas devidas Pró-Reitorias

OBS 2: A pontuação referente a projetos e relatórios só serão ambos pontuados



#### IV – ATIVIDADES DE QUALIFICAÇÃO

OBS: Máximo de 140 pontos nestas atividades

Atividades de Qualificação	Pontos
01. Docente em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e estágio de Pós-Doutorado	84
02. Docente em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu com afastamento parcial ( programas Interinstitucionais e modulados)*	84
03. Relatórios do pós-graduando e do docente em estágio de pós-doutorado, aprovados pelo Orientador e pelas instâncias da UFPI	56

\* - Docentes na condição de afastamento parcial deverão complementar sua pontuação com atividades de ensino em sala de aula.

#### V – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE REPRESENTAÇÃO

OBS: Máximo de 70 pontos, desde que as atividades NÃO sejam remuneradas

Indicadores de atividades Administrativas e de Representação	Pontos
01. Vice Diretor de Centro	10
02. Sub-Chefe de Departamento e Sub –Coordenador de Curso	08
03. Coordenador a nível de Diretoria de Unidade de Ensino <sup>(*)</sup>	08
04. Participação em Conselhos Superiores <sup>(**)</sup>	05
05. Participação em Conselho Departamental <sup>(**)</sup>	03
06. Participação em Colegiados de Cursos <sup>(**)</sup>	02
07. Participação em Conselhos ou Comissões de Órgãos Governamentais e de Entidades Científicas, Culturais e Profissionais	05
08. Presidente da CPPD	10
09. Membro da CPPD	07
10. Membro da COPEVE	10
11. Presidente da CIAG	10
12. Membro da CIAG	07
13. Membro de CPAD de Unidade de Ensino	07
14. Participação em Comissão permanente de Pró-Reitoria	07
15. Participação em Comissão temporária instituída pelo Reitor	07
16. Participação em Comissão temporária de Pró-Reitoria	05
17. Participação em Comissão temporária de Unidade de Ensino	04
18. Participação em Comissão a nível de Departamento	03
19. Coordenação de Curso de Pós-graduação Stricto Sensu	10
20. Coordenação de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu	08
21. Coordenação de Núcleo	07
22. Coordenação de áreas de Núcleos	05
23. Coordenador de Disciplina (no mínimo 3 turmas com professores distintos)	05
24. Coordenador Executivo da Residência Médica	08
25. Supervisor de programas da Residência Médica	07
26. Coordenador de Estágio Curricular	07



## VI – OUTRAS ATIVIDADES

OBS: Máximo de 10 pontos por estas Atividades

Indicadores de atividades “Outras”	Pontos	
01. Participação em Banca de TCC	03	
02. Participação em Banca de Especialização	04	
03. Participação em Banca de Mestrado	05	
04. Participação em Banca de Doutorado	05	
05. Orientação de Monitoria	05	
06. Orientação de Iniciação Científica	05	
07. Participação em processo seletivo de cursos de Pós-Graduação lato sensu	03	
08. Participação em processo seletivo para ingresso na Pós-Graduação	Mestrado	04
	Doutorado	05
09. Participação em Banca de exames de qualificação	Mestrado	04
	Doutorado	05
10. Participação em Banca de processo seletivo para professor	Substituto	03
	Efetivo	05
11. Participação em cursos de qualificação pessoal (NÃO incluídos no item IV )	Extensão	02
	Especialização	03
12. Orientação/Supervisão em Estágio Extracurriculares	03	

*Estivato*

Universidade Federal de Minas Gerais  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DE GED

## CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO PARA FINS DE GED

### QUADRO GERAL

ATIVIDADES DE ENSINO	
ATIVIDADES DE ENSINO	MÁXIMO: 120 PONTOS
Hora-aula (CDSM)	1 HORA-AULA/SEMANA = 10 PONTOS MÁXIMO:
Atividades de orientação e supervisão que integralizam créditos na UFMG (Graduação e Pós-Graduação)	MÁXIMO: 40 PONTOS

Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de pós-graduação stricto sensu e interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA	60 pontos máximo
1- Produção Intelectual	Máximo de 60 pontos
2- Atividades de Pesquisa e de Extensão	Máximo de 30 pontos
3- Atividades de Administração Acadêmica (sem FG ou CD) e Representação	Máximo de 20 pontos
4- Avaliação Qualitativa das Atividades de Ensino	Máximo de 10 pontos
5- Outras Atividades	Máximo de 10 pontos

Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação (exemplos: consultorias/assessorias remuneradas, cursos de extensão pagos, etc).

Na atribuição de pontos às atividades incluídas na avaliação qualitativa, com exceção daquelas de produção intelectual, qual atividade a ser pontuada está limitada a 50% do total de pontos estabelecidos para cada grupo de atividades.

SITUAÇÕES ESPECIAIS
QUALIFICAÇÃO DOCENTE
ADMINISTRAÇÃO
LICENÇAS MATERNIDADE, LICENÇAS-PRÊMIO E PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

**DETALHAMENTO**

**ATIVIDADES DE ENSINO - MÁXIMO: 120 PONTOS**

Todos os itens precedidos de (\*) deverão ter limitação do número de vezes para cômputo de p

Hora-aula (CDSM) na Graduação e Pós-graduação stricto sensu	1 HORA
Hora-aula (CDSM) em cursos de Especialização e Aperfeiçoamento NÃO PAGOS	

**OBSERVAÇÕES:** Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de Pós-graduação stricto sensu Interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição sede.

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO QUE INTEGRALIZAM CRÉDITOS NA UFMG (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)*	
ATIVIDADE	
Orientação a bolsistas de iniciação científica (por aluno/mês)	
Orientação a alunos bolsistas de iniciação tecnológica (por aluno/mês)	
Orientação a alunos bolsistas de programa de aprimoramento discente, de monitoria e de extensão (por aluno/mês)	
Orientação a alunos bolsistas de programa especial de treinamento (por aluno/mês)	
Orientação a aluno monitor de graduação (por aluno/mês)	
Orientação a aluno monitor de extensão (por aluno/mês)	
Orientação de monografia de especialização <sup>2</sup> (até 1 ano) (por aluno/mês)	
Orientação de dissertação de mestrado (até 2 anos) (por aluno/mês)	
Orientação de tese de doutorado (até 4 anos) (por aluno/mês)	
* Preceptoría de residência médica (até 3 anos) (por aluno/mês)	
* Orientação a monitor de pós-graduação (por aluno/mês)	
* Orientação a alunos de estudos especiais, seminários (por atividade)	
* Orientação a alunos em aulas práticas de trabalho de campo (por atividade)	
* Orientação de monografia de trabalho de conclusão de curso de graduação <sup>1</sup> (por aluno/mês)	
* Orientação a alunos de graduação não bolsistas (por aluno/mês)	

**OBSERVAÇÕES:** Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de pós-graduação stricto sensu Interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição sede.

1- desde que não tenha gerado CDSM

2- só para cursos não pagos

**Diretrizes para aplicação da pontuação acima:**

- Para orientações de dissertação (mestrado) e tese (doutorado) deve ser observada a restrição do limite máximo de orientandos definido formalmente pela PRPG;
- À co-orientação de mestrandos e doutorandos, desde que formalizada, será atribuída pontuação equivalente à metade do valor estabelecido para a orientação individual;
- A orientação de discentes de outras instituições ou a alunos da UFMG cuja atividade orientada não integraliza créditos, não será pontuada neste item, mas poderá ser pontuada no item "outras atividades" e apenas quando for institucionalizada ou formalizada por convênios;
- Não serão pontuadas orientações de alunos de especialização por mais de 1 ano. Não serão pontuadas orientações de alunos de mestrado e doutorado matriculados há mais de 2 anos e 4 anos, respectivamente.

Todos os itens precedidos de (\*) deverão ter limitação do número de vezes para cômputo

**1- PRODUÇÃO INTELECTUAL - MÁXIMO: 60 PONTOS**

Observações: 1) publicações veiculadas apenas em meios eletrônicos devem ser enquadradas nas categorias es  
2) Na produção intelectual poderá ser atribuída pontuação superior ao máximo da faixa estabelecida justificativa individualizada para análise da CIAG/UFMG

PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA FINAL	
ATIVIDADE	FAIXA
Livro	
Capítulo de livro	
Artigo em periódico internacional	
Artigo em periódico nacional	
Tese do docente (aprovada no ano)	
Tese de discente orientado pelo docente (aprovada no ano)	
Apresentação de obra artística inédita em exposição internacional com catálogo	
Apresentação de obra artística inédita em exposição nacional com catálogo	
Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, <u>estréia</u> , evento internacional	
Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, <u>estréia</u> , evento nacional	
Composição estreada, evento internacional	
Composição estreada, evento nacional	
Arranjo estreado, evento internacional	
Arranjo estreado, evento nacional	
Publicação de cd solo ou de câmara	
Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito internacional	
Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito nacional	
Patente internacional	
Patente nacional	

PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA INTERMEDIÁRIA - TIPO I	
ATIVIDADE	FAIXA
Trabalhos completos em anais de congressos internacionais	
Trabalhos completos publicados em eventos nacionais	
Dissertação do docente (aprovada no ano)	
Dissertação de discente orientado pelo docente (aprovada no ano)	
Apresentação de obra artística inédita em exposição local com catálogo	
Participação em concerto como integrante de grandes grupos, <u>estréia</u> , evento internacional	
Participação em concerto como integrante de grandes grupos, <u>estréia</u> , evento nacional	
Participação em cd	

**PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA INTERMEDIÁRIA - TIPO II****ATIVIDADE**

Monografia do docente (aprovada no ano)

\* Monografia de discente orientado pelo docente (aprovada no ano) (cursos de especialização não pagos)

Resumos de trabalhos publicados em periódicos internacionais

Resumos de trabalhos publicados em periódicos nacionais

\* Resumos de trabalhos publicados em eventos internacionais com ou sem apresentação

\* Resumos de trabalhos publicados em eventos nacionais com ou sem apresentação

\* Apresentação de obra artística inédita em exposição internacional sem catálogo

\* Apresentação de obra artística inédita em exposição nacional sem catálogo

\* Apresentação de obra artística inédita em exposição local sem catálogo

\* Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, estréia, evento local

\* Participação em concerto como integrante de grandes grupos, estréia, evento local

\* Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito local

Registro de Patente Internacional

Registro de Patente Nacional



COORDENAÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA	
ATIVIDADE	FAIXA
Editoria geral de periódicos internacionais	
Editoria geral em periódicos nacionais	
Participação no corpo editorial de periódicos internacionais	
Participação no corpo editorial de periódicos nacionais	
Editoria de livro	
Membro de comitê assessor (CAPES, CNPQ, FAPEMIG)	
Organização/coordenação de eventos internacionais (com publicação de anais)	
Organização/coordenação de eventos internacionais (sem publicação de anais)	
Organização/coordenação de eventos nacionais (com publicação de anais)	
Organização/coordenação de eventos nacionais (sem publicação de anais)	
* Organização/coordenação de eventos locais (com publicação de anais)	
* Organização/coordenação de eventos locais (sem publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento internacional (com publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento internacional (sem publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento nacional (com publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento nacional (sem publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento local (com publicação de anais)	
* Membro de comissão organizadora de evento local (sem publicação de anais)	
Curadoria de exposição internacional com catálogo	
Curadoria de exposição nacional com catálogo	
* Curadoria de exposição local com catálogo	

**TRABALHOS DE DIVULGAÇÃO**

ATIVIDADE	F
Resenha em periódico científico	
Artigo em periódico de divulgação científica	
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação local	
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação nacional	
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação internacional	
* Artigo de caráter técnico/divulgativo em boletins, jornais de associações, etc.	
* Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação local	
* Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação nacional	
Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação internacional	
Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos internacionais	
Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos nacionais	
* Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos locais	
Repetição de recital em evento internacional; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
Repetição de recital em evento nacional; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
* Repetição de recital em evento local; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
Repetição de recital em evento internacional; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
Repetição de recital em evento nacional; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
* Repetição de recital em evento local; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	
* Concessão de entrevista à mídia, desde que formalmente registrada no Departamento	

## 2. ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

Máximo: 20 pontos

Elaboração de projetos de pesquisa

Coordenação de projetos de pesquisa financiados por meio do sistema interno à UFMG

Coordenação de projetos de pesquisa financiados por meio do sistema externo à UFMG

### PRODUÇÃO TÉCNICA

ATIVIDADE	FAIXA DE PONTOS
Tradução de livro	6 a 10
Tradução de capítulo de livro	3 a 5
Ilustração de livros	2 a 3
* Vídeos/software publicizados	4 a 6
Trabalho de restauração efetivamente concluído no ano, formalmente registrado no Departamento	4 a 6
* Relatórios técnicos de domínio público	2 a 3
*Elaboração de banco de dados divulgados/catálogos publicados	2 a 3
* Cartilhas/apostilas	1 a 2

\* Participação em programas/projetos de educação continuada, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento, Unidade e UFMG e de interesse do Departamento

\* Execução/supervisão de análises laboratoriais de projetos extensionistas com reconhecimento formal do Departamento, Unidade e UFMG

\* Assessoria/consulta formalmente registrada no Depto para órgãos externos à UFMG e não pertencentes ao sistema de fomento à pesquisa

Para valores especificados por hora foi considerado um ciclo de 30 horas para cálculo de mérito.

OBSERVAÇÃO: Algumas atividades extemporâneas devem ser consideradas para efeito de pontuação.

## 2- ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

Máximo: 30 pontos

Elaboração de projetos de pesquisa	
ATIVIDADE	
Coordenação de projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento externo à UFMG</u>	
Coordenação de projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento da UFMG</u>	
* Participação em projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento externo à UFMG</u>	
* Participação em projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento da UFMG</u>	

RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA

Atividades de extensão	
ATIVIDADE	
Coordenação de cursos	
* Participação como docente em cursos	
Coordenação de programas/projetos de beneficiamento da comunidade extra-muros, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e Unidade e UFMG	
* Participação em programas/projetos de beneficiamento da comunidade extra-muros, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e Unidade e UFMG	
Coordenação de programas/projetos de educação continuada, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento, Unidade e UFMG	
* Participação em programas/projetos de educação continuada, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento, Unidade e UFMG e de interesse do Departamento	
* Execução/supervisão de análises laboratoriais de projetos extensionistas com reconhecimento formal do Departamento, Unidade e UFMG	
* Assessoria/consultoria formalmente registrada no Depto para órgãos externos à UFMG e não pertencentes ao sistema de fomento à pesquisa	

Para valores especificados por hora foi considerado um curso de 30 horas para cálculo da média.

OBSERVAÇÃO: Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação

**3- ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO (SEM CD E SEM FG) E REPRESENTAÇÃO A****MÁXIMO: 20 PONTOS**

ATIVIDADE
SubChefia de Departamento, sub-coordenação de Colegiado
* Chefia/ coordenação de setores/ divisões/áreas/serviços, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e de interesse da Unidade/universidade
* Coordenação de disciplina considerando número de turmas, créditos e alunos, com justificativa fundamentada para a relevância do trabalho de coordenação
Participação como membro de Colegiados Didáticos/Câmaras Departamentais/Congregação
Representação no CEPE e Conselho Universitário
Membro das comissões: PAIUB, CPPD, COPEVE E CIAG
Presidência de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo Reitor
Presidência de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo diretor
Membro de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo Reitor
Membro de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo diretor
Representação em órgãos complementares e suplementares da UFMG
Coordenação de CENEX e NAPQ
Coordenação/presidência de comissões institucionais indicadas pelo Reitor
* Membro de comissões institucionais indicadas pelo Reitor
*Coordenação/presidência de comissões institucionais indicadas pelo diretor da Unidade/Chefia de Departamento
* Membro de comissões institucionais indicadas pelo diretor da Unidade/Chefia de Departamento
Coordenação de organismos/comissões institucionais em nível nacional
Presidência de associação sindical
Membro de direção de associação sindical
Presidência de sociedade científica
Membro de direção de sociedade científica
Coordenação/presidência de organismos/comissões institucionais em nível nacional ou Internacional
Participação em organismos/comissões institucionais em nível nacional ou Internacional
Coordenação/presidência de organismos/comissões institucionais em nível regional
Participação em organismos/comissões institucionais em nível regional

**OBSERVAÇÃO: PARA SUPLENTE, SUB-COORDENADOR E VICE-PRESIDENTE, CONSIDERAR A METADE DO VALOR ATRIBUÍDO AO COORDENADOR E PRESIDENTE, RESPECTIVAMENTE.**

**4- AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS ATIVIDADES DE ENSINO****MÁXIMO: 10 PONTOS**

AVALIAÇÃO DO DOCENTE
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB); AVALIAÇÃO DISCENTE

OBSERVAÇÃO: OS DADOS ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOMEPAGE DA UFMG.

**5. OUTRAS ATIVIDADES**

**MÁXIMO: 10 PONTOS**

ATIVIDADE	FAIXA D
Orientação a bolsistas de iniciação científica (não curricular)(Por aluno/mês)	0,
Orientação a alunos bolsistas de iniciação tecnológica (não curricular)	0,
Orientação a alunos bolsistas de programa de aprimoramento discente, de monitoria e de extensão (não curricular)(Por aluno/mês)	0,
Orientação a alunos bolsistas de programa especial de treinamento (não curricular)(Por aluno/mês)	0,
Orientação a aluno monitor de graduação não bolsista (não curricular)(Por aluno/mês)	0,1
* Tutoria de pós-doutorando ou recém-doutor (formalmente registrado no Departamento)(Por aluno/mês)	0,
* estágios profissionalizantes de pessoal externo à UFMG, estágios extra-curriculares, bolsista de aperfeiçoamento, estágios voluntários (formalmente registrados no Departamento)(Por aluno/mês)	0,1
* orientação de monografia de especialização de discente de outra instituição (até 1 ano) (Por aluno/mês)	0,1
* orientação de dissertação de mestrado de discente de outra instituição (até 2 anos) (Por aluno/mês)	0,1
* orientação de tese de doutorado de discente de outra instituição (até 4 anos) (Por aluno/mês)	0,2
Membro de comissão examinadora de concurso de magistério (efetivo) (Por Comissão)	
Membro de comissão examinadora de tese de doutorado (efetivo)(Por Comissão)	
Membro de comissão examinadora de dissertação de mestrado (efetivo)(Por Comissão)	
* membro de comissão examinadora de trabalho final de especialização (efetivo)(Por Comissão)	
* membro de comissão examinadora de seleção de alunos de pós-graduação, de monitores de graduação, de monitores de pós-graduação, de professores substitutos e exames de qualificação para doutorado(Por Comissão)	
* curso de atualização concluído pelo docente (Por curso)	
* curso de aperfeiçoamento concluído pelo docente (Por curso)	
Curso de especialização concluído pelo docente (Por curso)	
Coordenação de projeto de ensino de caráter interinstitucional, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	4
Coordenação de projeto de ensino de caráter interdepartamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	3
Coordenação de projeto de ensino de caráter departamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	2
Participação em projeto de ensino de caráter interinstitucional, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	2
Participação em projeto de ensino de caráter interdepartamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	1
* participação em projeto de ensino de caráter departamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento) (Por Projeto)	1
* participação como ouvinte ou curso freqüentado em evento internacional (Por evento)	0,
* participação como ouvinte ou curso freqüentado em evento nacional ou local (Por evento)	0,

1- Só para cursos de especialização não pagos

**Observações:** para orientações de dissertação (mestrado) e tese (doutorado) deve ser observada a restrição do limite máximo de orientandos por professor definido formalmente como regulamentar pela PRPG, **Incluídos** os alunos orientados na própria UFMG;

- À co-orientação de mestrandos e doutorandos, desde que formalizada, será atribuída pontuação equivalente à metade do valor estabelecido para a orientação;
- A orientação de discentes de outras Instituições será pontuada somente quando for Institucionalizada ou formalizada por convênios;
- Não serão pontuadas orientações de alunos de especialização por mais de 1 ano e alunos de mestrado e doutorado que estejam matriculados em outra instituição;

**QUALIFICAÇÃO DOCENTE****Mínimo de pontos a atribuir = 84****Pontuação adicional - até 56 pontos**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>FAIXA DE PONTUAÇÃO</b>
Avaliação do orientador	6 a 36
Avaliação do Departamento	20 a 50

**OBSERVAÇÃO:** Docentes formalmente vinculados a programas de capacitação stricto sensu com ou sem afastamento e docentes em pós-doutoramento (mestrado - até 2 anos/doutorado até 4 anos/pós-doutoramento- legislação)

**CARGOS DE CHEFIA****Docentes em cargos FG1 e FG2**

Atribuição de 50 pontos além dos pontos atribuídos pelas atividades de ensino

Pontos qualitativos	Até 60 pontos
---------------------	---------------

Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG

**Docentes em cargos de CD**

Atribuição de 80 pontos além dos pontos atribuídos pelas atividades de ensino

Pontos qualitativos	Até 60 pontos
---------------------	---------------

Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG

**Observação Importante:** Os 50 ou 80 pontos a serem atribuídos, referem-se ao exercício durante todo o ano. No caso de início, interrupção ou os pontos a serem atribuídos serão proporcionais aos meses de mandato.

**LICENÇAS MATERNIDADE, LICENÇAS-PRÊMIO e PARA TRATAMENTO DE SAÚDE e LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO**

Para atribuição dos pontos referentes às atividades de ensino será considerada como carga didática média, o número de horas-aulas semanais em análise ou a pontuação correspondente a 08 horas-aula, em caso de duração da licença por todo o ano.

Pontos qualitativos	Até 60 pontos
---------------------	---------------

Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG

**Comissão Institucional da UFMG**

Profa. Maria Elisa de Souza e Silva

Prof. Dra. Verônica Dorothea E. B. Benn-Ibler

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Fontes Prado

Prof. Dr. Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci

Prof. Dr. Agostinho Aurélio Garcia Campos

**Membros Externos à UFMG:**

Prof. Dr. João Carlos Pereira Silva (UFV)

Prof. Dr. Américo Tristão Bernardes (UFOP)

Prof. Dr. Rui Curi (USP)

Prof. Dr. José Benedito Donadon Leal (UFOP)



Universidade Federal de Minas Gerais  
**COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DE GED**

**CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO  
 PARA FINS DE GED  
 QUADRO GERAL**

<b>ATIVIDADES DE ENSINO</b>	
<b>ATIVIDADES DIDÁTICAS FRENTE AOS ALUNOS</b>	<b>MÁXIMO: 120 PONTOS</b>
Hora-aula (CDSM)	1 HORA-AULA/SEMANA = 10 PONTOS MÁXIMO:120 PONTOS
Atividades de orientação e supervisão que integram créditos na UFMG (graduação e pós-graduação)	MÁXIMO: 40 PONTOS

Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de pós-graduação stricto sensu interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição sede.

<b>AVALIAÇÃO QUALITATIVA</b>	<b>60 pontos máximo</b>
1- Produção Intelectual	Máximo de 60 pontos
2- Atividades de Pesquisa e de Extensão	Máximo de 30 pontos
3- Atividades de Administração Acadêmica (sem FG ou CD) e Representação	Máximo de 20 pontos
4- Avaliação Qualitativa das Atividades de Ensino	Máximo de 10 pontos
5- Outras Atividades	Máximo de 10 pontos

Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação (exemplos: consultorias/assessorias remuneradas, cursos de extensão pagos, etc).

Na atribuição de pontos às atividades incluídas na avaliação qualitativa, com exceção daquelas de produção intelectual, qualquer atividade a ser pontuada está limitada a 50% do total de pontos estabelecidos para cada grupo de atividades.

<b>SITUAÇÕES ESPECIAIS</b>
Qualificação docente
Administração
Licenças maternidade, licenças-prêmio e para tratamento de saúde



## DETALHAMENTO

ATIVIDADES DE ENSINO - MÁXIMO: 120 PONTOS

☒ Todos os itens precedidos de (\*) deverão ter limitação do número de vezes para cômputo de pontuação

Hora-aula (CDSM) na Graduação e Pós-graduação stricto sensu	1 HORA-AULA/SEMANA = 10 PONTOS
Hora-aula (CDSM) em cursos de Especialização e Aperfeiçoamento NÃO PAGOS	

OBSERVAÇÕES: Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de Pós-graduação stricto sensu Interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição sede.

Atividades de orientação e supervisão que integram créditos na UFMG (graduação e pós-graduação)*	MÁXIMO: 40 PONTOS
ATIVIDADE	PONTUAÇÃO
Orientação a bolsistas de iniciação científica	0,5 por aluno/ mês
Orientação a alunos bolsistas de iniciação tecnológica	0,5 por aluno/ mês
Orientação a alunos bolsistas de programa de aprimoramento discente, de monitoria e de extensão	0,5 por aluno/mês
Orientação a alunos bolsistas de programa especial de treinamento	0,5 por aluno/mês
Orientação a aluno monitor de graduação	0,5 por aluno/mês
Orientação a aluno monitor de extensão	0,5 por aluno/mês
Orientação de monografia de especialização (até 1 ano) <sup>2</sup>	0,5 por aluno/mês
Orientação de dissertação de mestrado (até 2 anos)	0,75 por aluno/mês
Orientação de tese de doutorado (até 4 anos)	0,67 por aluno/ mês
* Preceptoria de residência médica (até 3 anos)	0,67 por aluno/mês ( máximo 2 )
* Orientação a monitor de pós-graduação	0,67 por aluno/mês ( máximo 2 )
* Orientação a alunos de estudos especiais, seminários	5 por atividade ( máximo 4 )
* Orientação a alunos em aulas práticas de trabalho de campo	2 por atividade ( máximo 5 )
* Orientação de monografia ou projeto aprovado de trabalho de conclusão de curso de graduação <sup>1</sup>	0,6 por aluno/mês ( máximo 3 )
* Orientação a alunos de graduação não bolsistas	0,5 por aluno/mês (máximo 3 )

OBSERVAÇÕES: Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação, exceto nos casos de pós-graduação stricto sensu interinstitucional aprovadas pelas instâncias superiores (CAPES, PRPG) e que exija deslocamento do docente da instituição sede.

1- desde que não tenha gerado CDSM

2- só para cursos não pagos

### Diretrizes para aplicação da pontuação acima:

- Para orientações de dissertação (mestrado) e tese (doutorado) deve ser observada a restrição do limite máximo de orientandos definido formalmente como regulamentar pela PRPG;
- À co-orientação de mestrandos e doutorandos, desde que formalizada, será atribuída pontuação equivalente à metade do valor estabelecido para a orientação;
- A orientação de discentes de outras instituições ou a alunos da UFMG cuja atividade orientada não integraliza créditos, não será pontuada neste item. Deverá ser considerada no item "outras atividades" e apenas quando for institucionalizada ou formalizada por convênios;
- Não serão pontuadas orientações de alunos de especialização por mais de 1 ano. Não serão pontuadas orientações de alunos de mestrado e doutorado que estejam matriculados há mais de 2 anos e 4 anos, respectivamente.

**AVALIAÇÃO QUALITATIVA - MÁXIMO: 60 PONTOS**

☒ Todos os itens precedidos de (\*) deverão ter limitação do número de vezes para cômputo de pontuação

**1- PRODUÇÃO INTELECTUAL - MÁXIMO: 60 PONTOS**

**Observação: publicações veiculadas apenas em meios eletrônicos devem ser enquadradas nas categorias especificadas abaixo**

<b>PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA FINAL</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PONTOS</b>
Livro	30
Capítulo de livro	15
Artigo em periódico internacional	30
Artigo em periódico nacional	20
Tese do docente ( <b>aprovada no ano</b> )	30
Tese de discente orientado pelo docente ( <b>aprovada no ano</b> )	15
Apresentação de obra artística inédita em exposição internacional com catálogo	20
<b>Apresentação de coreografia inédita em competições ou festivais internacionais com catálogo</b>	<b>20</b>
<del>Apresentação de obra artística inédita em exposição nacional com catálogo</del>	<del>10</del>
<del><b>Apresentação de coreografia inédita em competições ou festivais nacionais com catálogo</b></del>	<del><b>10</b></del>
Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, <u>estréia</u> , evento internacional	10
<del><b>Participação como técnico, dirigente ou árbitro em evento ou competição internacional</b></del>	<del><b>10</b></del>
Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, <u>estréia</u> , evento nacional	8
<del><b>Participação como técnico, dirigente ou árbitro em evento ou competição nacional</b></del>	<del><b>8</b></del>
Composição <u>estreada</u> , evento internacional	10
Composição <u>estreada</u> , evento nacional	8
Arranjo <u>estreado</u> , evento internacional	6
Arranjo <u>estreado</u> , evento nacional	5
Publicação de cd solo ou de câmara	30
<del>Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito internacional</del>	<del>10</del>
<del><b>Técnico, atleta, coreógrafo ou bailarino premiado em evento internacional</b></del>	<del><b>10</b></del>
<del>Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito nacional</del>	<del>8</del>
<del><b>Técnico, atleta, coreógrafo ou bailarino premiado em evento nacional</b></del>	<del><b>8</b></del>
Patente internacional	30
Patente nacional	25

**PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA INTERMEDIÁRIA – TIPO I**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PONTOS</b>
Trabalhos completos em anais de congressos internacionais	15
Trabalhos completos publicados em eventos nacionais	11
Dissertação do docente ( <b>aprovada no ano</b> )	30
Dissertação de discente orientado pelo docente ( <b>aprovada no ano</b> )	15
Apresentação de obra artística inédita em exposição local com catálogo	5
Participação em concerto como integrante de grandes grupos, <u>estréia</u> , evento internacional	4
Participação em concerto como integrante de grandes grupos, <u>estréia</u> , evento nacional	3
Participação em cd	5

<b>PRODUÇÃO ACADÊMICO/CIENTÍFICA INTERMEDIÁRIA – TIPO II</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PONTOS</b>
Monografia do docente ( <b>aprovada no ano</b> )	10
* Monografia de discente orientado pelo docente ( <b>aprovada no ano</b> ) (cursos de especialização não pagos)	6 por monografia (máximo 5 por ano)
Resumos de trabalhos publicados em periódicos internacionais	7
Resumos de trabalhos publicados em periódicos nacionais	5
* Resumos de trabalhos publicados em eventos internacionais com ou sem apresentação	7 (máximo 4)
* Resumos de trabalhos publicados em eventos nacionais com ou sem apresentação	5 (máximo 6)
* Apresentação de obra artística inédita em exposição internacional sem catálogo	10 (máximo 3)
* Apresentação de obra artística inédita em exposição nacional sem catálogo	5 (máximo 6)
* Apresentação de obra artística inédita em exposição local sem catálogo	3 (máximo 6)
* Recital solo ou câmara, concerto como solista ou regente, participação em recital solo ou de câmara, <u>estréia</u> , evento local	8 (máximo 3)
* Participação em concerto como integrante de grandes grupos, <u>estréia</u> , evento local	2 (máximo 6)
* Participação como candidato premiado em concurso de música de âmbito local	10 (máximo 3)
<b>Técnico, atleta, coreógrafo ou bailarino premiado em evento regional ou local</b>	<b>10 (máximo 3)</b>
Registro de Patente Internacional	20
Registro de Patente Nacional	15

<b>COORDENAÇÃO ACADÊMICA/CIENTÍFICA</b>	
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PONTOS</b>
Editoria geral de periódicos internacionais	30
Editoria geral em periódicos nacionais	25
Participação no corpo editorial de periódicos internacionais	15
Participação no corpo editorial de periódicos nacionais	10
Editoria de livro	20
Membro de comitê assessor (CAPES, CNPQ, FAPEMIG)	10
Organização/coordenação de eventos internacionais (com publicação de anais)	20
Organização/coordenação de eventos internacionais (sem publicação de anais)	17
Organização/coordenação de eventos nacionais (com publicação de anais)	15
Organização/coordenação de eventos nacionais (sem publicação de anais)	12
* Organização/coordenação de eventos locais (com publicação de anais)	10 (máximo 3)
* Organização/coordenação de eventos locais (sem publicação de anais)	8 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento internacional (com publicação de anais)	10 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento internacional (sem publicação de anais)	8 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento nacional (com publicação de anais)	8 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento nacional (sem publicação de anais)	5 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento local (com publicação de anais)	8 (máximo 3)
* Membro de comissão organizadora de evento local (sem publicação de anais)	5 (máximo 3)
Curadoria de exposição internacional com catálogo	8
Curadoria de exposição nacional com catálogo	6
* Curadoria de exposição local com catálogo	3 (máximo 6)
Direção musical de cd	6

<b>TRABALHOS DE DIVULGAÇÃO</b>	
ATIVIDADE	PONTOS
Resenha em periódico científico	8
Artigo em periódico de divulgação científica	10
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação local	5
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação nacional	5
Artigo em caderno especializado de jornal/revista de circulação internacional	6
* Artigo de caráter técnico/divulgativo em boletins, jornais de associações, etc.	3 (máximo 6)
* Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação local	4 (máximo 6)
* Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação nacional	4 (máximo 6)
Artigos, resenhas em jornais e revistas de circulação internacional	5
Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos internacionais	10
Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos nacionais	8
* Palestras, conferências, mesa-redonda, seminários e cursos ministrados em eventos locais	5 (máximo 6)
Repetição de recital em evento internacional; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	6
Repetição de recital em evento nacional; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	5
* Repetição de recital em evento local; solista, regente ou câmara (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	4 (máximo 6)
Repetição de recital em evento internacional; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	3
Repetição de recital em evento nacional; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	2
* Repetição de recital em evento local; participação como integrante de grandes grupos (um recital só pode ser computado neste item uma única vez por semestre)	2 (máximo 6)
* Concessão de entrevista à mídia, desde que formalmente registrada no Departamento	2 (máximo 10)

<b>Produção técnica</b>	
Atividade	Pontos
Tradução de livro	20
Tradução de capítulo de livro	8
Ilustração de livros	10
* Vídeos/software publicitados	10 (máximo 3)
Trabalho de restauração efetivamente concluído no ano, formalmente registrado no Departamento	10
* Relatórios técnicos de domínio público	5 (máximo 6)
<b>Tradução de código de pontuação esportiva</b>	<b>5 (máximo 6)</b>
* Elaboração de banco de dados divulgados /catálogos publicados	5 (máximo 6)
* Cartilhas/apostilas	10 (máximo 3)

**2- ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO**  
**Máximo: 30 pontos**

<b>Elaboração de projetos de pesquisa</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontos</b>
Coordenação de projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento externo à UFMG</u>	15
Coordenação de projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento da UFMG</u>	15
* Participação em projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento externo à UFMG</u>	10 (máximo 1)
* Participação em projetos de pesquisa <u>aprovados no ano por órgão de fomento da UFMG</u>	6 (máximo 2)

<b>Atividades de extensão</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontos</b>
Coordenação de cursos	10
* Participação como docente em cursos	8 (máximo 2)
Coordenação de programas/projetos de beneficiamento da comUnidade extra-muros, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e Unidade e UFMG	15
* Participação em programas/projetos de beneficiamento da comUnidade extra-muros, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e Unidade e UFMG	10 (máximo 1)
Coordenação de programas/projetos de educação continuada, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e Unidade e UFMG	15
* Participação em programas/projetos de educação continuada, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento, Unidade e UFMG e de interesse do Departamento	8 (máximo 2)
* Execução/supervisão de análises laboratoriais de projetos extensionistas com reconhecimento formal do Departamento e Unidade e UFMG	9 (máximo 1)
* Assessoria/consultoria formalmente registrada no Departamento para órgãos externos à UFMG e não pertencentes ao sistema de fomento à pesquisa	10 (máximo 1)

**OBSERVAÇÃO:**

**Nenhuma atividade remunerada deve ser considerada para efeito de pontuação**

**3- ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO (SEM CD E SEM FG) E REPRESENTAÇÃO ACADÊMICA**  
**MÁXIMO: 20 PONTOS**

ATIVIDADE	PONTOS
Sub-Chefia de Departamento, sub-coordenação de Colegiado	0,83 por mês
* Chefia/ coordenação de setores/ divisões/ áreas/ serviços, devidamente reconhecidos e registrados no Departamento e de interesse da Unidade/Universidade	0,67 por mês ( máximo 12 )
* Coordenação de disciplina considerando número de turmas, créditos e alunos, com justificativa fundamentada para a relevância do trabalho de coordenação	5 por semestre( máximo 10 pontos )
Participação como membro de Colegiados Didáticos/Câmaras Departamentais/Congregação	0,67 mês
Representação no CEPE e Conselho Universitário	0,83 mês
Membro das comissões: PAIUB, CPPD, COPEVE E CIAG	10 por com.
Presidência de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo Reitor	10 por com.
Presidência de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo diretor	10 por com.
Membro de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo Reitor	8 por com.
Membro de comissão de inquérito ou sindicância nomeada pelo diretor	8 por com.
Representação em órgãos complementares e suplementares da UFMG	0,33 por mês
Coordenação de CENEX e NAPQ	0,83 por mês
Coordenação/presidência de comissões institucionais indicadas pelo Reitor	6 por com.
* Membro de comissões institucionais indicadas pelo Reitor	4 por com. (máx. 2)
* Coordenação/presidência de comissões institucionais indicadas pelo diretor da Unidade/Chefia de Departamento	4 por com. (máx. 2)
* Membro de comissões institucionais indicadas pelo diretor da Unidade/Chefia de Departamento	3 por com. (máx. 3)
Coordenação de organismos/comissões institucionais em nível nacional	10 por com.
Presidência de associação sindical	0,83/mês
Membro de direção de associação sindical	0,67 por mês
Presidência de sociedade científica	0,83 por mês
Membro de direção de sociedade científica	0,67 por mês
Coordenação/presidência de organismos/comissões institucionais em nível nacional ou Internacional	0,83 por mês
Participação em organismos/comissões institucionais em nível nacional ou Internacional	0,67 por mês
Coordenação/presidência de organismos/comissões institucionais em nível regional	0,5 por mês
Participação em organismos/comissões institucionais em nível regional	0,33 por mês

**OBSERVAÇÃO: PARA SUPLENTE, SUB-COORDENADOR E VICE-PRESIDENTE, CONSIDERAR A METADE DO VALOR ATRIBUÍDO AO TITULAR, COORDENADOR E PRESIDENTE, RESPECTIVAMENTE.**

**4- AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS ATIVIDADES DE ENSINO**  
**MÁXIMO DE 10 PONTOS**

**AVALIAÇÃO DO DOCENTE**

QUALIFICAÇÃO

PONTOS

**OBSERVAÇÃO: OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DEVEM SER RECONHECIDOS PELO CEPE. EXCEPCIONALMENTE, NESTE ANO PODERÃO SER OBJETO DE PONTUAÇÃO, OS RESULTADOS DE PROCESSOS DE AVALIAÇÕES ANTERIORMENTE RECONHECIDOS PELAS CONGREGAÇÕES DE UNIDADES.**

<b>OUTRAS ATIVIDADES MÁXIMO 10 PONTOS</b>	
ATIVIDADE	PONTOS
Orientação a bolsistas de iniciação científica (não curricular) por aluno/mês	0,4
Orientação a alunos bolsistas de iniciação tecnológica (não curricular) por aluno/mês	0,4
Orientação a alunos bolsistas de programa de aprimoramento discente, de monitoria e de extensão (não curricular) por aluno/mês	0,4
Orientação a alunos bolsistas de programa especial de treinamento (não curricular) por aluno/mês	0,4
Orientação a aluno monitor de graduação não bolsista (não curricular) por aluno/mês	0,33
* Tutoria de pós-doutorando ou recém-doutor (formalmente registrado no Departamento) por aluno mês	0,4 (máximo 1) p/ 12 meses
* estágios profissionalizantes de pessoal externo à UFMG, estágios extra-curriculares, bolsista de aperfeiçoamento, estágios voluntários (formalmente registrados no Departamento) por aluno mês	0,16 (máximo 2) p/ 12 meses
* orientação de monografia de especialização de discente de outra instituição (até 1 ano) por aluno mês	0,25 (máximo 1) p/ 12 meses
* orientação de dissertação de mestrado de discente de outra instituição (até 2 anos) por aluno/mês	0,33 (máximo 1) p/ 12 meses
* orientação de tese de doutorado de discente de outra instituição (até 4 anos) por aluno mês	0,40
Membro de comissão examinadora de concurso de magistério (efetivo)	5 por com.
Membro de comissão examinadora de tese de doutorado (efetivo)	5 por com.
Membro de comissão examinadora de dissertação de mestrado (efetivo)	4 por com.
* membro de comissão examinadora de trabalho final de especialização (efetivo)	3 por com(max 1)
* membro de comissão examinadora de seleção de alunos de pós-graduação, de monitores de graduação, de monitores de pós-graduação, de professores substitutos e exames de qualificação para doutorado	3 por com. (máximo 1)
* curso de atualização concluído pelo docente	2 por curso (máximo 2)
* curso de aperfeiçoamento concluído pelo docente	4 por curso (máximo 1)
Curso de especialização concluído pelo docente	5 por curso
Coordenação de projeto de ensino de caráter interinstitucional, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	5 por projeto
Coordenação de projeto de ensino de caráter interdepartamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	5 por projeto
Coordenação de projeto de ensino de caráter departamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	5 por projeto
Participação em projeto de ensino de caráter interinstitucional, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	3,5 por projeto
Participação em projeto de ensino de caráter interdepartamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	4 por projeto
* participação em projeto de ensino de caráter departamental, efetivamente em desenvolvimento ou concluído no ano (formalmente registrado no Departamento)	2 por projeto (máximo 2)
* participação como ouvinte ou curso freqüentado em evento internacional	2 por evento (máximo 2)
* participação como ouvinte ou curso freqüentado em evento nacional ou local	1 por evento (máximo 5)

**1- Só para cursos de especialização não pagos**

Observações: para orientações de dissertação (mestrado) e tese (doutorado) deve ser observada a restrição do limite máximo de orientandos definido formalmente como regulamentar pela PRPG, incluídos os alunos orientados na própria UFMG;

- À co-orientação de mestrandos e doutorandos, desde que formalizada, será atribuída pontuação equivalente à metade do valor estabelecido para a orientação;
- A orientação de discentes de outras instituições será pontuada somente quando for institucionalizada ou formalizada por convênios;
- Não serão pontuadas orientações de alunos de especialização por mais de 1 ano e alunos de mestrado e doutorado que estejam matriculados há mais de 2 anos e 4 anos, respectivamente.

## SITUAÇÕES ESPECIAIS

<b>QUALIFICAÇÃO DOCENTE</b>	
Docentes formalmente vinculados a programas de capacitação stricto sensu com ou sem afastamento e docentes em pós-doutoramento (mestrado - até 2 anos/doutorado até 4 anos/pós-doutoramento- legislação)	
<b>Mínimo de pontos a atribuir</b>	<b>84 pontos</b>
<b>Pontuação adicional – até 56 pontos</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontos</b>
Avaliação do orientador	20
Avaliação do Departamento	36

<b>CARGOS DE CHEFIA</b>	
<b>Docentes em cargos FG1 e FG2</b>	
Atribuição de 50 pontos além dos pontos atribuídos pelas atividades de ensino	
Pontos qualitativos	<b>ATÉ 60 PONTOS</b>
Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG	
<b>Docentes em cargos de CD</b>	
Atribuição de 80 pontos além dos pontos atribuídos pelas atividades de ensino	
Pontos qualitativos	<b>ATÉ 60 PONTOS</b>
Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG	

**Observação Importante: Os 50 ou 80 pontos a serem atribuídos, referem-se ao exercício durante todo o ano. No caso de início, interrupção ou conclusão de mandato, os pontos a serem atribuídos serão proporcionais aos meses de mandato.**

<b>LICENÇAS MATERNIDADE, LICENÇAS-PRÊMIO e PARA TRATAMENTO DE SAÚDE e LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO (DECRETO 2.794)</b>	
Para atribuição dos pontos referentes às atividades de ensino será considerada como carga didática média, o número de horas-aulas semanais ministradas no semestre do ano sob análise ou a pontuação correspondente a 08 horas-aula, em caso de duração da licença por todo o ano.	
Pontos qualitativos	<b>Até 60 pontos</b>
Atividades avaliadas de acordo com os critérios da UFMG	

<b>Comissão Institucional da UFMG</b> Profa. Maria Elisa de Souza e Silva Prof. Dra. Verônica Dorothea E. B. Benn-Ibler Profa. Dra. Maria Auxiliadora Fontes Prado Prof. Dr. Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi Prof. Dr. Otávio Soares Dulci Profa. Dr. Agostinho Aurélio Garcia Campos	<b>Membros Externos à UFMG</b> Prof. Dr. João Carlos Pereira Silva ( UFV ) Prof. Dr. Américo Tristão Bernardes (UFOP ) Prof. Dr. Rui Curi (USP ) Prof. Dr. José Benedito Donadon Leal (UFOP )
--	---





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO DOCENTE PARA EFEITO DE ATRIB

### IDENTIFICAÇÃO

NOME: David Marcos Emérito de Araújo

MATRÍCULA SIAPE: 0423528

CLASSE/REFERÊNCIA: MS - B2

REGIME DE TRABALHO: TI - DE

CENTRO/UNIDADE DE ENSINO: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO FÍSICA

TITULAÇÃO: Mestre



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

**I - ATIVIDADES DE ENSINO**

**I.1 - ATIVIDADES DE SALA DE AULA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DA DISCIPLINA</b>	<b>SEMESTRE</b>	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>
107-200	FUND. HISTÓRICOS E TEORIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	2º/98	45
107-313	VOLEIBOL I	2º/98	60
107-430	FUTEBOL DE CAMPO (PRÁTICA DESPORTIVA)	2º/98	30
107-430	FUTEBOL DE CAMPO (PRÁTICA DESPORTIVA)	2º/98	30
107-221	GINÁSTICA ARTÍSTICA	1º/99	45
107-313	VOLEIBOL I	1º/99	60
107-200	FUND. HISTÓRICOS E TEORIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	1º/99	45
107-430	FUTEBOL DE CAMPO (PRÁTICA DESPORTIVA)	1º/99	30

**I.2. ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO**

**I.2.1 - ORIENTAÇÃO**

ORIENTAÇÃO DE TCC / MONOGRAFIA (M) / DISSERTAÇÃO (D) / TESE (T)

<b>TÍTULO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>NOME DO ALUNO</b>	<b>SITUAÇÃO*</b>
O Perfil dos profissionais de Ed. Física que atuam nas séries iniciais do ensino fund. nas escolas públicas municipais urbanas de Teresina - PI. (1º/99)	Monografia	Lívia Samara Oliveira Lima Moura	Concluída



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

A dança como conteúdo de Ed. Física nas escolas de ensino fundamental da rede estadual de Teresina (1º/99)	Monografia	Ana Anísia Cardoso Medeiros	Andam to
Prática do desporto e o rendimento escolar do aluno (1º/99)	Monografia	Enéas de Freitas Dutra Júnior	Andam to
O futsal desenvolvido na rede privada de ensino de 5ª a 8ª séries (1º/99)	Monografia	Marco Antônio de Oliveira de Sousa	Andam to
A formação de turmas nas aulas de educação física do ensino fundamental municipal da cidade de Teresina.(1º/99)	Monografia	Maria do Socorro Nogueira Cruz	Andam to

\* - ORIENTAÇÃO EM ANDAMENTO OU CONCLUÍDA

1.2. 2 - SUPERVISÃO

SUPERVISÃO/ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS				
CÓDIGO	DISCIPLINA / MÓDULO	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA DO DOCENTE	NATUREZA
	/	/	/	/

\* - PRECEPTORIA, ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO

II - PRODUÇÃO INTELECTUAL



## II.1 - PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- Artigos Publicado em Jornal:

\*Educação Física é Regulamentada\*(Jornal Meio Norte/ Teresina – PI / 2º - 1998.)

\*Criação do Conselho Estadual de Educação Física do Piauí\*(Jornal Diário do Povo/Teresina-PI/2º-1998).

\*A Prática Desportiva na UFPI: obrigação ou opção?\*(Jornal Meio Norte/Teresina-PI/2º-1998).

\*LDB mantém a disciplina Educação Física\*(Jornal Meio Norte/Teresina-PI/1º-1999).

\*Como queimar as calorias indesejáveis\*(Jornal Meio Norte/Teresina-PI/1º-1999).

\*Reunião discutirá a lei que regulamenta a Educação Física\*(Jornal Meio Norte/Teresina-PI/1º/1999)

## II.2 - PRODUÇÃO ARTÍSTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

### II.3 - PRODUÇÃO TÉCNICA

- Apresentou o Tema Livre: "A formação do professor de Educação Física no estado do Piauí:1969-1995" no I Educação Física e Áreas Afins.(2º/99) .

- Ministrou a palestra: "Educação Física: Uma Abordagem Total" no 1º Ciclo de Palestras de Educação Física (UFP

## III - ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

### III.1 - ATIVIDADES DE PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG**

**III.2 -- ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

- Coordenador do I Seminário de Pesquisa em Educação Física e Áreas Afins -- (2º/98)

- Coordenador do Grupo de Trabalho no I Seminário de Pesquisa em Educação Física e Áreas Afins -- (2º/98)

- Coordenador do Projeto de Extensão: "Prática de Capoeira"(cadastrado na Pró - Reitoria de Extensão com o nº de apresentação do Relatório Parcial em setembro/99 / Carga Horária Semanal: 06 horas) . (1º/99)

- Coordenador do Projeto de Extensão: "Master de Voleibol"(Cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão com o nº de registro 08-CS-99 / 06 horas) -- 1º/99

**IV - ATIVIDADES DE QUALIFICAÇÃO**

NÍVEL*	MODALIDADE**	INSTITUIÇÃO

\* - ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO

\*\* - INSTITUCIONAL, INTERINSTITUCIONAL, CONVENCIONAL (PICD)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

V - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE REPRESENTAÇÃO

ATIVIDADES

Sub-Coordenador do Curso de Especialização em Educação Física Escolar da UFPI – (2º-98)

VI - OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADES

Participação na Banca Examinadora de apresentação de monografia do aluno José Ribeiro da Silva(2º/98)

Orientação de Monitoria do aluno: Raimundo Alves de Sousa Júnior – Voleibol I (2º-98)

Orientação de Monitoria do Aluno: Inácio Vaz da Costa – Ginástica Artística (1º/99)

Orientação de Monitoria do aluno: Carlos César Alves Costa – Voleibol I (1º/99)

Participação em banca de processo seletivo para Professor Substituto ( Deptº de Educação Física (1º/99)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

OBSERVAÇÕES:

- 1 - As informações prestadas são de inteira responsabilidade do professor;
- 2 - Os relatórios deverão ser aprovados em Assembléia Departamental, devidamente comprovado o envio dos comprovantes para a CIAG;
- 3 - Os documentos comprobatórios deverão ficar arquivados no Departamento, para fins de p CIAG e/ou da Comissão Nacional.

Teresina, 19 de DEZEMBRO de 1999

David Marcos Eustáquio da Silva





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÃO DA GED - CIAG

Assinatura do Docente

Aprovação do Departamento

Data da reunião da Assembléia Departamental: 22.11.99

*Sandra de A. Rodrigues*  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Chefe do Departamento

Profª Sandra de A. Rodrigues

Sub-Chefe do Depto. de Física - UFPI

UFPI - Av. Alcides F. Lima, s/n - Bairro Universitário - Teresina - PI - CEP: 64.000-000

## **Anexo 4 – Roteiro de entrevista aplicada aos docentes do DEF/UFPI**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE MESTRADO EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRANDA: JANETE DE PÁSCOA RODRIGUES  
ORIENTADORA: LÍDIA ALVARENGA  
CO- ORIENTADORA: MARIA DAS GRAÇAS TARGINO

### **PESQUISA**

A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB O ENFOQUE DA CIENCIA DA INFORMAÇÃO.

Prezado (a) professor(a):

Você enquanto integrante do corpo docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Piauí, é personagem imprescindível na investigação proposta para efeito de conclusão do curso de mestrado em ciência da informação, a qual se propõe realizar um estudo da produção técnico-científica dos docentes supracitados. Sendo você membro do mesmo, compreende o quão relevante é sua colaboração para o sucesso dessa pesquisa. Todas as informações serão tratadas de forma estritamente confidencial. A identificação serve apenas para controle dos respondentes. Em nenhum momento será feita menção à identificação dos entrevistados.

Muito obrigada

JANETE DE PÁSCOA RODRIGUES  
Cond. Del Rei, bloco B, apto 204, rua Padre Áureo  
Oliveira, 1964, Cristo rei – Teresina-PI  
Cep. 64015-270. Fone: 086 228 3065

No \_\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**II PERFIL DO DOCENTE****A) Faixa etária**

1( ) 30 a 35 anos

2( ) 36 a 39 anos

3( ) 40 a 45 anos

4( ) 46 a 50 anos

5( ) mais de 50 anos

**B) Sexo**

1( ) masculino

2( ) feminino

**C) Titulação acadêmica mais elevada**

1( ) graduado

2( ) especialista

3( ) mestre

4( ) doutor

5( ) pós-doutor

**D) Regime de trabalho**

1( ) TP-20 horas

2( ) TIT-40 horas

3( ) DE

**E) Classe docente**

1( ) auxiliar

2( ) assistente

3( ) adjunto

4( ) titular

**F) Tempo de serviço na UFPI**

1( ) – de 1 ano

2( ) 1 a 5 anos

3( ) + de 5 a 10 anos

4( ) + de 10 a 20 anos

5( ) + de 20 a 29 anos

6( ) + de 30 anos

## II ASPECTOS RELATIVOS À PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

A) Tomando por base o rol da produção científica contemplada pela GED/UFPI, assinale e quantifique os itens que você produziu no ano de 1999.

Itens	1. Não	2. Sim	Quantidade
Trabalho em anais			
Artigo de periódico			
Artigo de jornal/revista informativa			
Resenha			
Tradução de livro			
Tradução de capítulo de livro			
Livro			
Capítulo de livro			
Apresentação de obra artística			
Relatório técnico			
Relatório final de pesquisa			
Apresentação de trabalho em congresso			
Palestra/conferência/ Mesa redonda			
Produção de material didático			
Editoria			
Produção e/ou direção artística			

B) Assinale os itens não contemplados pela GED/UFPI, que, na sua opinião, são especialmente relevantes para a produção técnico-científica na área de educação física.

- 1( ) arbitragem de competição
- 2( ) organização de competição
- 3( ) treinamento de equipes para competição
- 4( ) composição de coreografia
- 5( ) outros: \_\_\_\_\_

C) Quanto ao grau de satisfação referente aos critérios utilizados pela GED/UFPI para avaliar sua produção técnico-científica, em geral, você se considera:

- 1( ) muito satisfeito
- 2( ) satisfeito
- 3( ) nem satisfeito, nem insatisfeito
- 4( ) insatisfeito
- 5( ) muito insatisfeito

D) Assinale os fatores que, na sua opinião, incentivam a produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da UFPI

- 1( ) ascensão na carreira profissional
- 2( ) consciência profissional como pesquisador
- 3( ) desejo de provocar debates e testar as próprias idéias
- 4( ) desejo genuíno de colaborar com a ciência

- 5( ) possibilidade de interferir no processo de tomada de decisão
- 6( ) possibilidade de maior prestígio e renome profissional
- 7( ) pressão acadêmica e/ou institucional
- 8( ) outros: \_\_\_\_\_

E) Assinale os fatores que, na sua opinião, inibem a produção técnico-científica dos docentes do Departamento de Educação Física da UFPI

- 1( ) sobrecarga de horas-aulas
- 2( ) falta de infra-estrutura institucional
- 3( ) falta de conhecimento de redação técnico-científica
- 4( ) falta de motivação pessoal
- 5( ) falta de motivação institucional
- 6( ) não acesso aos veículos de divulgação
- 7( ) desconhecimento da tipologia de produção técnico-científica
- 8( ) outros: \_\_\_\_\_

F) Conforme a natureza das produções técnico-científicas desenvolvidas por você durante o ano de 1999, assinaladas na pergunta II A, responda sobre:

*F.1 o idioma das publicações*

- 1( ) português
- 2( ) inglês
- 3( ) francês
- 4( ) espanhol
- 5( ) italiano
- 6( ) outros: \_\_\_\_\_

*F.2 a subárea de estudo*

- |   |                             |
|---|-----------------------------|
| 1( ) educação física escolar                | 9( ) desporto               |
| 2( ) recreação e lazer                      | 10( ) ginástica             |
| 3( ) treinamento desportivo                 | 11( ) fisiologia do esforço |
| 4( ) danças                                 | 12( ) cinesiologia          |
| 5( ) biometria                              | 13( ) nenhuma               |
| 6( ) atividade física para a terceira idade | 14( ) outros: _____         |
| 7( ) lutas                                  |                             |
| 8( ) educação física adaptada               |                             |

*F.3 o tipo de autoria*

- 1( ) individual
- 2( ) múltipla
- 3( ) nenhuma